

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Janeiro de 2009

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Cassel rebate crítica com balanço positivo - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 03/01/2008	5
MST prepara invasões pelos seus 25 anos - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/01/2008	5
Sociedade civil e governos discutem dimensão social do bloco – Sítio Eletrônico da Contag - 05/01/2009	6
Foco de conflito agrário em SP, Pontal vê êxodo de sem-terra – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 05/01/2009	7
Aqui é a terra prometida, diz ex-sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 05/01/2009	8
Governo paulista diz que beneficiou 1,6 mil famílias – Folha de São Paulo – Brasil – 05/01/2008	9
Por que o MST elevou o teor das críticas ao governo Lula – Sítio Eletrônico do MST – 06/01/2009	9
LULA NÃO VAI A DAVOS E OPTA POR FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008	11
Carta do MP defende movimentos sociais e Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 07/01/2009	12
Balanço da Luta Camponesa em 2008 – Sítio Eletrônico da CPT – 08/01/2009	16
CPT faz balanço da luta camponesa em 2008 – Sítio Eletrônico do MST – 08/01/2009	18
Terceira idade do campo conquista muitos avanços em 2008 – Sítio Eletrônico da Contag - 09/01/2009	20
Abin monitora 'aliança' entre MST e Paraguai para rever acordo de Itaipu - Tânia Monteiro e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/01/2009	21
Stedile já pôs militantes à disposição de Evo Morales - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Nacional – 08/01/2008	22
Até PT quer debater normas de tratado - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/01/2009	23
PF ampliará cooperação para combate ao tráfico - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 08/01/2009	24
Incra planeja Reforma Agrária na Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 05/01/2009	26
Trabalho escravo persiste no Brasil – Sítio Eletrônico do MST – 09/01/2009	26
O MST no papel de quinta-coluna – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/01/2009	27
Coronel Curió avalia que cumpriu sua missão e se compara a Napoleão – Estado de São Paulo – Nacional – 11/01/2009	29
Para presidente do Incra, pressão ajuda - João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 11/01/2009	31
Amazônia concentra maior parte de casos de trabalho escravo no Brasil – Sítio Eletrônico da Contag - 12/01/2009	31
Governo reduz verbas para MST - Roldão Arruda e Daniel Bramatti – Estado de São Paulo – Nacional – 13/01/2009	33
Festa e invasões devem marcar 25º aniversário - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/01/2009	34

Rejeição de contas é política, diz entidade – Estado de São Paulo – Nacional – 13/01/2009	35
Terra sem lei - Celso Ming – Estado de São Paulo – Vida & - 13/01/2009	37
Incra defende convênios com 'braços' do MST - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/01/2009	38

Segunda Quinzena

MST perde adeptos e recursos e procura identidade sob Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009	40
Governo assentou famílias longe das bases tradicionais – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009	42
Terra produtiva cresce, mas maior parte continua com poucos – Benites Afonso – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009	44
MST diz que não precisa de CNPJ para fazer reforma – Cláudio Dantas Sequeira – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009	45
Apoio da sociedade mantém MST atuante, afirma Stedile – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009	45
Para ruralistas, o movimento perdeu espaço – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009	47
Fundadores do MST contam como nasceu o movimento – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2008	48
Aos 25 anos, MST perde base e se afasta do PT - Soraya Aggege – O Globo – Nacional – 18/01/2009	51
MST foi processado mais de 600 vezes – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 19/01/2009	51
Encontro deve ter tom crítico ao governo Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 19/01/2009	53
Movimento ficou conhecido após massacre no Pará – Estado de São Paulo – Brasil – 19/01/2009	54
Governo veta festa na periferia durante Fórum Social no Pará – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 19/01/2009	55
Ministros travam disputa sobre regularização de terras - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 20/01/2009	56
Decadente aos 25 – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 21/01/2009	57
Interesses ruralistas prevaleceram mais uma vez em 2008 – Sítio eletrônico do MST – 21/01/2009	58
Mangabeira quer regularizar terras em três anos - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 21/01/2009	63
MST diz que crise favorece reforma – Graciliano Rocha – Folha de São Paulo – Brasil – 22/01/2009	64
MST faz um balanço do 13º Encontro Nacional – Sítio Eletrônico do MST – 22/01/2009	65
União doa pequenas terras a posseiros na Amazônia – Hudson Corrêa e Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009	65

Desmate cresce 52% em 14 cidades das líderes de lista – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009	67
DEVASTAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL CAIU 82%, REVELA ONG – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009	67
49% dos resgates são em lavouras de cana, diz CPT – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009	67
Crítico da transgenia, MST planta soja com alteração genética em assentamento – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009	68
MST contra o Brasil – Douglas Falcão e Renato Pacca – O Globo – Opinião – 23/01/2009	69
MDA vai regularizar 67,4 milhões de hectares na Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MDA – 23/01/2009.....	70
Nova diretoria executará plano de legalização de terras - Mauro Zanatta e Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 23/01/2009	71
Em encontro, MST promete ampliar invasões – Folha de São Paulo – Brasil – 24/01/2009	72
Crise mundial será o foco das discussões do Fórum Social – João Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2009	73
Setor sucroalcooleiro emprega 49% da mão-de-obra escrava – Sítio Eletrônico do MST – 26/01/2009	74
Fóruns pedem "outro mundo", mas com fórmulas diferentes – Clovis Rossi – Folha de São Paulo - 27/01/2009	74
A atualidade da Reforma Agrária no Brasil – Sítio Eletrônico do MST – 27/01/2009..	75
Cassel apresenta plano de regularização fundiária a governadores – Sítio Eletrônico do MDA – 28/01/2009.....	77
Assentados do Portal da Amazônia recebem Crédito Instalação – Sítio Eletrônico do MDA – 28/01/2009.....	78
Lula 'devolve' 25% das terras de RR - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 29/01/2009	79
MST INVADE FAZENDA DO INCRA NO PARANÁ – Folha de São Paulo – Brasil – 29/01/2009	80
MST exclui Lula de evento de presidentes – Folha de São Paulo – Brasil – 30/01/2009	80
Para sociólogo, fórum deveria ser nos EUA – Folha de São Paulo – Brasil – 30/01/2009	82
Governo Federal reduz conflitos agrários e melhora a vida dos assentados em todo o País – Sítio Eletrônico do MDA – 30/01/2009	82
De Davos a Belém – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 31/01/2009	84

Cassel rebate crítica com balanço positivo - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 03/01/2008

As prometidas ações do MST para 2009 podem não impressionar o Palácio do Planalto como imaginam os líderes do movimento. Uma das razões disso é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não avalia as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário apenas pelo número de famílias assentadas no programa da reforma agrária. Quem faz tal afirmação é o titular da pasta, ministro Guilherme Cassel.

Rebatendo as acusações de organizações como Movimento dos Sem-Terra sobre a inoperância da instituição que dirige, ele diz: “Em conversas com o presidente Lula, com a ministra Dilma Rousseff e outros ministros, o balanço do nosso ministério em 2008 tem sido muito positivo. Uma das razões disso foi o programa Mais Alimentos, que lançamos no meio da crise de abastecimento e que ajudou a segurar a inflação. Houve uma retração brutal no preço do feijão.”

O ministro, que afirma ainda não ter números da reforma agrária em 2008, admite a existência de problemas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), especialmente na estrutura administrativa. Mas destaca outros avanços: “O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) cresceu muito, deu mais impulso aos pequenos agricultores. Realizamos uma feira da agricultura familiar, no Rio, que reuniu mais de 300 mil pessoas.”

A ação do ministério acabou impulsionando outros setores da economia, segundo Cassel: “O programa Mais Alimentos deu impulso à indústria de tratores, máquinas e implementos agrícolas. Até hoje é um dos setores que melhor resistem à crise econômica internacional, graças a esse impulso.”

Para 2009, o ministro promete reforçar os acordos já existentes com as Forças Armadas para a regularização fundiária em zonas de conflito na Amazônia: “Queremos ampliar essa associação que tem sido bem-sucedida.”

MST prepara invasões pelos seus 25 anos - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/01/2008

O Movimento dos Sem-Terra (MST) prepara uma jornada de marchas e invasões em todo o País para comemorar os 25 anos de existência da organização - que se completam este mês. Foi em janeiro de 1984 que o movimento definiu a bandeira de luta pela reforma agrária em Cascavel, no Paraná. Em nota divulgada pela coordenação nacional, o MST convoca os militantes para a ação. “Não haverá maneira e lugar melhores para comemarmos nossos 25 anos do que com lutas nas ruas e ocupações de latifúndios”, diz a nota.

As coordenações estaduais do movimento terão autonomia para definir as formas de mobilização. As datas não são anunciadas para evitar uma possível repressão. O objetivo é recolocar a questão agrária em pauta, já que, segundo a coordenação nacional, o governo federal abandonou a reforma. “Mais do que nunca temos a convicção de que a única reforma agrária possível é aquela feita pelo povo”, ressalta a nota.

O MST considera que a crise econômica internacional expôs a “fragilidade” do projeto neoliberal e deve favorecer sua luta: “Este momento de fragilidade, se transformado em bandeiras de luta e mobilizações de massa, poderá ser uma oportunidade histórica para a classe trabalhadora.”

Integrante da coordenação nacional, José Roberto Silva considera que, nos últimos seis anos, a reforma agrária parou. Embora o governo divulgue ter assentado 448 mil famílias, apenas 150 mil foram efetivamente assentadas, segundo suas informações: “Há uma grande propaganda sobre a quantidade de assentamentos, mas o que o governo tem feito é o mesmo processo que outros governos fizeram, maquiando números.”

Em 2008, de acordo com o líder, não foram atingidos 10% da meta estabelecida pelo governo. “Temos mais de 100 mil famílias acampadas”. diz ele.

Sociedade civil e governos discutem dimensão social do bloco – Sítio Eletrônico da Contag - 05/01/2009

Mais de 200 representantes de ONGs, movimentos sociais e dos governos do Brasil, Argentina e Chile discutiram sobre o desenvolvimento político, econômica e social dos países do Mercosul. O debate ocorreu na Cúpula Social do Mercosul, realizada no final do ano passado, em Salvador/BA.

A ministra do Planejamento do Chile, Paula Quintana, afirma que é importante a participação efetiva dos movimentos sociais nos debates sobre a agricultura familiar, soberania e segurança alimentar. "É importante o fortalecimento e a pressão da sociedade civil dos países do Mercosul e também a integração regional dos povos para combater a crise financeira internacional".

Paula Quintana explica também que "os governos dos países do Mercosul precisam desenvolver políticas públicas de proteção social e geração de emprego para a população".

Durante a Cúpula, representantes da Contag e autoridades governamentais participaram do lançamento da campanha da Mônica, feita pelo cartunista brasileiro Maurício de Sousa. Segundo o vice-presidente da Confederação e secretário-executivo da Coprofam, Alberto Broch, o cartunista fará trabalho educativo a fim de destacar a importância do Mercosul para o Brasil. "Será elaborado um material didático para que as nossas crianças aprendam o que é o bloco do Mercosul e a importância da sociedade estar presente nos debates que envolvem o bloco".

Foco de conflito agrário em SP, Pontal vê êxodo de sem-terra – Cristiano Machado –
Folha de São Paulo – Brasil – 05/01/2009

Cerca de 150 famílias migraram da região para o centro-oeste paulista desde 2007 - MST leva trabalhadores rurais para as cidades de Iaras e Agudos, onde foram descobertas 11 fazendas consideradas improdutivas

Foco do conflito agrário em São Paulo, o Pontal do Paranapanema (oeste do Estado) assiste à migração dos sem-terra e ao consequente esvaziamento de acampamentos, base para preparação de invasões e protestos por reforma agrária.

As cidades de Iaras (282 km de SP) e Agudos (325 km de SP), no centro-oeste paulista, são os principais destinos das famílias, levadas pelo próprio MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Segundo o movimento, desde agosto de 2007 cerca de 150 famílias migraram para essas cidades, distantes 300 km do Pontal. Dessas, 78 foram assentadas. Em 2009, outras 150 devem migrar. "O Pontal agora é aqui. É aqui que está a oportunidade", disse o dirigente do MST Romildo Pereira, 43, um dos responsáveis pelo recrutamento das pessoas.

Segundo ele, outras cem famílias de Promissão, Itapeva, Andradina e até da Grande São Paulo vivem há pouco tempo no entorno de Iaras e Agudos à espera de um lote.

O principal interesse do MST pelo "Novo Pontal", como o lugar está sendo chamado, é a descoberta na região de um conjunto de 11 fazendas consideradas improdutivas que totalizam 4.600 alqueires. "Como determina a Constituição, se a área é improdutiva e não cumpre seu papel social deve ser destinada à reforma agrária", disse Pereira.

Além disso, a cúpula do MST no Pontal admite que há outros dois fatores para a fuga dos sem-terra da região -que foi palco de 46,72% do total de invasões de fazendas em São Paulo nos últimos cinco anos, conforme o governo estadual.

O primeiro é o avanço da cana-de-açúcar na região, que torna a área produtiva e, conseqüentemente, derruba uma das principais justificativas para as invasões. O segundo é a tentativa do governo paulista de regularizar as áreas devolutas, o que poria fim a disputas jurídicas e ao questionamento sobre a legitimidade da posse das terras em poder dos fazendeiros.

O questionamento sobre a legalidade da posse da área também é uma frequente justificativa para invasões. "No Pontal o governo do PSDB, desde [Geraldo] Alckmin e agora com o [José] Serra, já deu sinais que não quer fazer reforma agrária", disse o dirigente do MST.

O governo paulista contesta a crítica, afirmando que nos últimos cinco anos 1.619 famílias tiveram acesso à terra no Estado (leia texto nesta página). A chegada dos grupos de sem-terra gerou reclamações dos prefeitos de Iaras e Agudos. "A cidade não tem capacidade para abrigar todos eles e dar assistência ideal em termos de saúde básica e educação", disse Paulo Sérgio de Moraes (PSDB), de Iaras. Já o prefeito de Agudos, José Carlos Otaviani (PMDB), disse que o Incra deveria assentar primeiro as famílias naturais da própria cidade. "Tem muita gente de fora. Eles deveriam assentar prioritariamente as pessoas da cidade, para depois dar terra aos demais", afirmou o prefeito. Ambos dizem que vão reivindicar aos governos federal e do Estado verbas compensatórias nas áreas de saúde e educação.

Pressão - Para o historiador Clifford Welch, 52, norte-americano que vive há uma década no Pontal e coordena núcleo de estudos sobre a reforma agrária da Unesp, a migração é "um fato normal", mas poderá "diminuir a pressão pela reforma agrária e reforçar o agronegócio e o latifúndio" na região. "A resistência dos acampados está acabando porque o governo Serra resiste às pressões e não faz reforma agrária. Já o Incra não tem mais área para comprar. Com isso, quem tem alguma oportunidade vai embora mesmo, pois é difícil viver sob barracas de lona sem expectativa alguma", afirmou.

Aqui é a terra prometida, diz ex-sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 05/01/2009

Quase uma década depois de viver sob barracos de lona às margens de estradas do Pontal do Paranapanema, onde participou de diversas invasões de terra, o paranaense Josias Luiz Serafim, 45, precisou de um ano e dois meses para deixar de ser sem-terra e se tornar assentado em Iaras (SP).

Morador do lote 18 do projeto de assentamento Pequeno Moisés, ele saiu do Pontal em agosto de 2007 com a mulher, a filha e a neta, de 3 anos. Em outubro de 2008 ganhou a posse do lote de 15 hectares. "Aqui é a terra prometida. No Pontal só volto para visitar e ajudar os companheiros. Sofremos muito lá. Enfrentar frio, chuva, ventania e sereno no barraco de lona não é fácil."

Além do lote, Serafim disse ter recebido do governo federal R\$ 2.400 para construir a casa e preparar a terra para produzir. De acordo com o MST, todos os 78 assentados já receberam a primeira parcela do chamado "fomento". A segunda deve sair ainda neste mês. Seduzidos pela conquista dos companheiros, cada vez mais famílias desembarcam na região. Há duas semanas a Folha flagrou a chegada de um grupo de 12 famílias de Presidente Epitácio (655 km de SP). Eles abandonaram, após cinco anos, o acampamento Jahir Ribeiro, criado em 2003 por José Rainha Jr. e que chegou a ser o maior do Brasil, com quase 10 mil pessoas.

Governo paulista diz que beneficiou 1,6 mil famílias – Folha de São Paulo – Brasil – 05/01/2008

O Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), via assessoria de imprensa, contestou, apresentando números, as críticas em relação à sua política fundiária.

Conforme o órgão, nos últimos cinco anos 1.619 famílias tiveram acesso à terra em São Paulo, sendo 442 delas no Pontal. O Itesp afirma ainda que investiu R\$ 34,4 milhões entre 2003 e 2008 na arrecadação de 14 áreas para fins de reforma agrária -9 delas na região do Pontal.

O assentamento de famílias sem terra de outras regiões nas cidades de Agudos e Iaras, no interior de São Paulo, não é visto como problema pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Por meio de sua assessoria, o órgão federal disse que os critérios de seleção seguem a Norma de Execução nº 45, de 25 de agosto de 2005. Diferentemente do governo paulista, que exige da família a ser assentada comprovação de moradia no município por dois anos, não há esse item nas normas do Incra.

A regra impõe vetos a funcionário público civil ou militar; a quem tem renda não agrícola superior a três salários mínimos; a donos de comércio e donos de outros imóveis rurais, entre outros. Ainda conforme o órgão, desde 2005 foram assentadas 279 famílias na região central de São Paulo em áreas "consideradas grandes propriedades improdutivas".

O Incra disse que um grupo de trabalho foi criado para retomar áreas da União ocupadas irregularmente. Após levantamento, diz o órgão, foram descobertos cerca de 50 processos de ações reivindicatórias tramitando na Justiça, que totalizam 50 mil hectares em cinco cidades, entre elas Iaras e Agudos, número acima do estimado pelo MST -as áreas devem ser destinadas à reforma agrária.

Por que o MST elevou o teor das críticas ao governo Lula – Sítio Eletrônico do MST – 06/01/2009

É uma dessas tardes de sol intenso em Salvador. Dezenas de militantes do MST, bandeiras à mão e sorrisos no rosto, reúnem-se à frente do Centro de Convenções da Bahia. Não estão ali para ocupar um latifúndio improdutivo ou organizar mais um protesto em defesa da reforma agrária. A mobilização é, sim, para inaugurar um monumento a Simom Bolívar — um busto doado ao Brasil pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. "Atos dessa natureza contribuem muito para a integração da América Latina, politizam todo esse processo e fazem com que a integração não fique só nos marcos da economia. Ações assim extrapolam para a política, para a ideologia, para a cultura", afirma ao *Vermelho* João Paulo, membro da coordenação nacional do MST.

Afora a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, destacam-se os participantes, as bandeiras e as faixas da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e do PCdoB. No palco, um pouco mais tarde, estariam reunidos

nada menos que cinco presidentes latino-americanos — além de Chávez, o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, o cubano Raúl Castro, o boliviano Evo Morales e o hondurenho José Manuel Zelaya Rosales.

É uma das últimas ações do calendário do MST em 2008 — "um ano difícil", segundo João Paulo, devido às limitações da política agrária de Lula e à crise econômica. Mas também um período em que o MST acumulou "para que 2009 possa se transformar num ano de lutas e mobilização social".

Leia abaixo a entrevista de João Paulo ao *Vermelho*.

Você avalia que 2008 foi positivo para o MST?

Foi um ano difícil, com uma conjuntura adversa — fruto de pouco avanço na reforma agrária — e uma crise econômica nestes últimos meses. Mas o MST avalia que 2008 foi positivo, sim. Conseguimos avançar na área de formação política, na educação — formamos muita gente — e tivemos um bom processo de elaboração política.

Avançamos em cooperação agrícola e política de agroindústria, de crédito, mas também na política de alianças. O MST fez, neste ano, boas alianças na CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais) e na Assembléia Popular.

Avançamos internacionalmente na Via Campesina e saímos de uma grande conferência na América Latina para uma conferência mundial. Então a nossa avaliação do ano é muito positiva. E avaliamos que o principal é se preparar para 2009. Acumulamos para que 2009 possa se transformar num ano de lutas e mobilização social.

Por outro lado, as críticas do MST ao governo Lula se tornaram mais recorrentes e muito mais intensas em 2008, não?

Concordo. Acho que 2008 foi um ano de vários avanços no governo Lula — um ano de bom crescimento econômico. Mas, no tema da reforma agrária, o governo deixou muito a desejar. Este vai ser o pior dos seis anos de governo Lula em relação à política agrária, o ano em que o governo menos assentou famílias — em torno de 20 mil. Em outros anos, foram assentadas 100 mil, 80 mil famílias. Isso faz que com se aumentem as críticas ao governo. Além disso, tivemos muitos problemas com o avanço do agronegócio, em especial do etanol. Muitas áreas do Centro-Oeste e da Amazônia foram desapropriadas e usadas para o plantio de cana-de-açúcar. Grandes empresas transacionais que atuam no Brasil também avançaram em áreas do Sul e do Sudeste para o plantio do eucalipto.

Sem dúvida nenhuma, isso deixa um clima de hostilidade a essa forma de governar. É um governo de esquerda que continua priorizando essa política de investimento em áreas de monocultura. Além de criar um conjunto de problemas ambientais e sociais, não é uma política que distribui renda no campo. Por isso é que aumentaram as críticas.

Apesar disso, o MST insiste em dizer que não é oposição ao governo — e também não é de situação. Somos de um movimento que vai continuar com sua autonomia, defendendo temas importantes e fazendo críticas às medidas que não trazem avanço para a sociedade.

Em novembro, o governo fez uma série de audiências com os movimentos sociais. Deu para sair dessas reuniões — não tão freqüentes — com uma boa expectativa? De modo geral, não podemos nos queixar da abertura do governo, que recebe e não criminaliza os movimentos sociais...

Mas até você mesmo já reclamou disso, em 2007, numa audiência da CMS com o ministro Luiz Dulci. Disse que o governo Lula só procurava os movimentos sociais em épocas de crise... Os movimentos até têm uma certa receptividade. O problema é que o governo, de fato, só convoca os movimentos sociais em períodos de crise. Nós até

conseguimos chegar ao presidente, mas o governo tem uma dificuldade muito grande em governar para os movimentos sociais. É uma governança muito ligada ao Congresso Nacional, e isso dificulta.

Acho que as audiências que houve no mês de novembro foram importantes, mas não trouxeram — não puderam trazer — melhorias à pauta dos movimentos sociais. Foram audiências para debater grandes políticos, especialmente a crise econômica. Na nossa leitura, é muito difícil o governo querer dividir o ônus da crise com os movimentos sociais. E não vamos mesmo aceitar, de modo nenhum, qualquer proposta que possa tirar direitos dos movimentos. Isso está muito claro para o MST, para as centrais sindicais e para todos os movimentos sociais.

O que é importante, para nós todos, é que o governo aproveite 2009, um ano sem eleição, para continuar o diálogo com os movimentos. Mas que seja um diálogo mais pragmático, que permita avançar em algumas questões concretas, como os grandes temas estruturais — educação, saúde, moradia, reforma agrária...

Os movimentos promoveram, em dezembro, uma série de atos e reuniões em Salvador — como a Cúpula dos Povos do Sul e a Marcha pela Unidade Latino-Americana e Caribenha. Em nenhuma dessas atividades a participação do MST sobressaiu tanto quanto nesta inauguração do busto em homenagem a Simom Bolívar... Você achou isso?

Sim. É só impressão minha? Nós tivemos presentes durante toda a cúpula com uma representação menor, é verdade, e participamos também da marcha organizada pelas centrais. Mas aqui, na inauguração do busto, há elementos importantes. Primeiro, é pelo carinho e pela boa relação que temos pela Venezuela. Estamos fazendo um esforço com outras organizações da CMS para ajudar a construir a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas).

E achamos que é extremamente importante ter a oportunidade de inaugurar um monumento de Simom Bolívar no Brasil. Atos dessa natureza contribuem muito para a integração da América Latina, politizam todo esse processo e fazem com que a integração não fique só nos marcos da economia. Ações assim extrapolam para a política, para a ideologia, para a cultura.

Numa atividade como essa, ter a presença do Evo Morales e do Hugo Chávez, do próprio Raúl Castro, é muita honra para nós, brasileiros do MST. Por isso a nossa movimentação para representar aqui o MST e a Via Campesina. A nossa vontade era estar com uma delegação muito maior para receber esses presidentes. Mas, como não foi possível, viemos nós aqui trazer nosso abraço fraterno a tão importantes chefes de Estado.

LULA NÃO VAI A DAVOS E OPTA POR FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008

Considerado pelo governo, em anos anteriores, potencial espaço para "vender" o Brasil e atrair investidores, o Fórum Econômico Mundial de Davos não vai contar com a presença do presidente Lula neste ano. Segundo interlocutores, o motivo é porque Lula considera que algumas teses defendidas ali foram responsáveis pela atual crise econômica. Em vez de Davos, o presidente vai a Belém, nos dias 29 e 30, para o Fórum Social Mundial. Sua ausência em anos anteriores havia recebido críticas de movimentos sociais e até de organizadores. Desde 2005, Lula não ia ao fórum social.

Carta do MP defende movimentos sociais e Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 07/01/2009

O Ministério Público Brasileiro, por meio do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União, elaborou e aprovou em Brasília, em dezembro de 2008, na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (11ª CNDH), um documento que aborda diversas questões referentes a luta dos movimentos sociais e pela Reforma Agrária.

Os promotores repudiam as tentativas de criminalização de membros e lideranças de trabalhadores rurais sem-terra. Além disso, reconhecem a atipicidade penal das ações dos membros e lideranças de movimentos sociais que visam a efetivação de princípios, direitos fundamentais e sociais e reconhecem a viabilidade constitucional da desobediência civil diante de atos violadores dos princípios, direitos fundamentais e sociais perpetrados pelo Estado frente às ocupações de terras.

A seguir, leia o documento na íntegra.

CARTA DO GRUPO NACIONAL DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DOS DIREITOS HUMANOS

O Ministério Público Brasileiro, através do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União, na sua atribuição precípua de contribuir para o estabelecimento de uma Política Institucional na temática dos Direitos Humanos, manifesta aos participantes da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos seu posicionamento acerca dos seguintes pontos:

I - Pugna no sentido da garantia, com absoluta prioridade, dos direitos pertinentes à infância e juventude, principalmente no que tange ao dever do Estado de dar preferência à área quando da formulação e execução de políticas sociais públicas, com a destinação privilegiada de recursos.

II - Proclama que o lugar dos Direitos Humanos é na política e orçamento públicos, repudiando, por isso mesmo, a política econômica que, submetida às injunções dos interesses financeiros neoliberais, produz superávit primário para pagamento da dívida externa e interna, sem saldar a dívida social com milhões de brasileiros que se encontram afastados da possibilidade do exercício dos direitos elementares da cidadania.

III - Apóia o aprofundamento da construção do Sistema Nacional dos Direitos Humanos como forma de superação de visões e atuações fragmentadas na promoção e defesa dos Direitos Humanos.

IV - Refuta a recorrente manipulação ideológica do imaginário coletivo, mormente pelos meios de comunicação social, identificando as práticas em favor dos Direitos Humanos como “defesa de bandidos”, reafirmando o compromisso do Ministério Público com o regime democrático e o apoio às causas dos movimentos sociais, respeitados os seus direitos de organização, expressão e reivindicação.

V - Reafirma o compromisso de lutar pela prevenção e enfrentamento da prática da tortura, em suas diversas modalidades, em especial quando institucionalizada, praticadas por agentes do Estado.

VI - Reconhece a necessidade de ampliação dos instrumentos de controle externo da atividade policial, conferindo-se maior efetividade à atuação do Ministério Público.

VII - Alerta quanto à importância do poder investigatório criminal do Ministério Público para a garantia dos direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, entendimento já respaldado pela sociedade civil em diversas oportunidades,

como em moção aprovada na IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos, bem assim no abaixo-assinado realizado por ocasião do V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

VIII - Externa a necessidade de se agilizar o andamento dos processos criminais em que figurem testemunhas e vítimas inclusas no PROVITA, bem como da garantia orçamentária para o adequado funcionamento dos Programas de Proteção (PROVITA, PPCAM e PPDDH).

IX - Afirma a necessidade de serem implementados e fortalecidos os programas de proteção às vítimas de violência doméstica, com a celebração de convênios e a devida previsão orçamentária nos Municípios, Estados, Distrito Federal e União, como forma de garantia dos direitos fundamentais e combate à impunidade.

X - Manifesta acentuada preocupação com a possibilidade de não aplicação da lei de improbidade a agentes políticos, vulnerando diretamente os direitos humanos, na medida em que tais condutas ilícitas comprometem a realização das políticas públicas, atingindo os direitos à educação, saúde, alimentação, habitação, segurança, dentre outros.

XI - Reafirma a necessidade da imediata regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, no sentido de conferir-se efetividade à vinculação constitucional de recursos para a saúde.

XII - Reconhece a necessidade da priorização da educação como política pública a ser garantida através de verbas orçamentárias adequadas, bem como a inclusão efetiva da temática dos Direitos Humanos em todos os níveis educacionais.

XIII - Pugna pela implementação de execução penal humanizada, assegurando-se os direitos humanos dos segregados.

XIV - Apóia a realização da Conferência Nacional de Comunicação Social, asseverando que o exercício da liberdade de imprensa deve ser compreendido em uma perspectiva individual e coletiva, tendo como limite o direito humano à comunicação e à informação técnica, isenta, com respeito à diversidade e à dignidade da pessoa humana.

XV - Afirma a necessidade de mudança do atual modelo de desenvolvimento, focado em preceitos meramente econômicos, passando-se a privilegiar as formas de desenvolvimento sustentável, com ênfase nos Direitos Humanos e nos preceitos da construção de um Estado Ambiental de Direito.

XVI - Apóia a rápida tramitação legislativa dos seguintes projetos: a) da PEC que prevê a expropriação de terras onde foram encontrados trabalhadores escravos; b) da criação do Conselho Nacional de Direitos Humanos com caráter deliberativo, garantindo-se a participação paritária da sociedade civil organizada; c) do PL que criminaliza a discriminação por orientação sexual.

XVII - Pugna pela alteração legislativa para elevação da pena nos delitos de abuso de autoridade.

XVIII - Apóia a revogação do art. 235, do Código Penal Militar, que criminaliza a pederastia.

XIX - Reafirma a necessidade de efetiva implementação dos Tratados Internacionais em matéria de Direitos Humanos, agora já reconhecidos com status de norma constitucional, garantido-se a exigibilidade e a justicialidade dos Direitos Humanos.

XX - Manifesta a necessidade da implementação de ações afirmativas tendentes à inclusão social e econômica de parcelas historicamente marginalizadas, notadamente da população afrodescendente e indígena.

XXI - Reafirma o compromisso de promoção e defesa dos direitos humanos dos grupos vulneráveis, a exemplo dos idosos, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, LGBT, população carcerária, sem-teto, sem-terra, povos ciganos, quilombolas, combatendo toda a forma de discriminação.

XXII - Afirma a necessidade do devido enquadramento legislativo e administrativo das questões relacionadas à obtenção dos territórios de comunidades remanescentes de quilombos, a teor dos arts. 215 e 216, da Constituição da República e do art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tratando-se de territorialidade específica e, portanto, distinta daquela pertinente à reforma agrária.

XXIII – Apóia a elaboração da Carta de Direitos Fundamentais do Mercosul.

XXIV - Repudia as tentativas de criminalização de membros e lideranças de trabalhadores rurais sem-terra que lutam pela indispensável política pública de efetivação da reforma agrária (moção a ser apresentada).*

XXV - Reconhece a atipicidade penal das ações dos membros e lideranças de movimentos sociais que visam a efetivação de princípios, direitos fundamentais e sociais, como forma de legítima pressão para a realização da reforma agrária (moção a ser apresentada).*

XXVI - Reconhece a viabilidade constitucional da desobediência civil diante de atos violadores dos princípios, direitos fundamentais e sociais perpetrados pelo Estado frente às ocupações de terras (moção a ser apresentada).*

XXVII – Reafirma, de modo a preservar também os direitos humanos dos adolescentes que estiveram em conflito com a lei, a posição intransigente a favor da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e contra qualquer proposta de diminuição da imputabilidade penal (moção a ser apresentada).

XXVIII - Afirma a necessidade de ser implementado, incrementado e fortalecido o sistema de proteção em todos os Estados, por meio dos programas de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas (PROVITA), proteção aos defensores de Direitos Humanos (PPDDH) e proteção a crianças e adolescentes ameaçadas (PPCAM), com a criação de marcos legais necessários, celebração de convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a devida previsão orçamentária nos Estados, Distrito Federal e União, como forma de garantia dos direitos fundamentais, combate ao crime organizado e à impunidade (moção a ser apresentada).

XXIX – Pugna pela implementação, como parte integrante do Plano Nacional de Direitos Humanos e requisito para o exercício das funções de conselheiros nas esferas deliberativas de políticas públicas, curso de educação em direitos humanos e cidadania (moção a ser apresentada).

XXX – Manifesta sua disposição de integrar comissão a ser instituída com o objetivo de monitoramento da implementação das propostas deliberadas pela 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos.

MOÇÕES 1 - De modo a preservar os Direitos Humanos dos adolescentes em conflito com a lei, os participantes da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos manifestam posição intransigente a favor da manutenção da imputabilidade penal somente após os 18 anos de idade, reconhecendo que a regra do art. 228, da Constituição Federal, corresponde a cláusula pétrea (portanto, insuscetível de modificação por emenda constitucional). Para efetivo enfrentamento à denominada criminalidade infanto-juvenil, indispensável a adoção de todas as medidas políticas e administrativas (e também judiciais) no sentido de distribuição da justiça social, de modo a universalizar o acesso às políticas

sociais públicas (cumprindo-se assim o comando constitucional da prioridade absoluta em favor das crianças e adolescentes), bem como imediata implantação dos programas relativos às medidas sócio-educativas, que se têm mostrado, nos locais onde foram corretamente instalados, aptos a ser resposta social justa e adequada à prática de atos infracionais por adolescentes, com eficiência maior que a pura e simples retribuição penal e conseqüente ingresso no sistema penitenciário

2 - Considerando o comando constitucional no sentido da participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas públicas e no controle das ações governamentais em todos os níveis, pugna-se pela implementação, como parte integrante do Programa Nacional de Direitos Humanos e requisito para o exercício das funções de conselheiro nas esferas deliberativas de políticas públicas, curso de educação em direitos humanos e cidadania.

3 - A Construção do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos passa necessariamente pela realização da reforma agrária, com o cumprimento da função social da propriedade, assegurando os direitos humanos das populações acampadas e assentadas, especialmente o do acesso à terra, à moradia, à alimentação adequada e ao trabalho, reconhecendo-se a fundamental importância da intervenção dos movimentos sociais para sua implementação. Nesse sentido, declara-se a atipicidade penal das ações dos membros e lideranças de movimentos sociais que visam à efetivação de princípios, direitos fundamentais e sociais, como forma de legítima pressão para a realização da reforma agrária, bem como a viabilidade constitucional da desobediência civil diante de atos violadores dos princípios, direitos fundamentais e sociais perpetrados pelo Estado frente às ocupações de terras. Repudia-se, ainda, as tentativas de criminalização de membros e lideranças de trabalhadores rurais sem-terra que lutam pela indispensável política pública de efetivação da reforma agrária. Por fim, pugna-se pela premente adequação legislativa que garanta, de forma clara e explícita a intervenção prévia do Ministério Público nas concessões de liminares nas ações possessórias de conflitos coletivos, assim como a obrigatoriedade da inspeção judicial no local do fato. *

4 - Que seja implementado, incrementado e fortalecido o sistema de proteção em todos os Estados, através dos programas de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas (PROVITA), proteção aos defensores de direitos humanos (PPDDH) e proteção a crianças e adolescentes ameaçados (PPCAM), com a criação dos marcos legais necessários, celebração dos convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a devida previsão orçamentária nos Estados, Distrito Federal e União, como forma de garantia dos direitos fundamentais, combate ao crime organizado e à impunidade

Páginas Relacionadas

Balanco da Luta Camponesa em 2008 – Sítio Eletrônico da CPT – 08/01/2009

O Governo Brasileiro intensificou seu apoio ao agronegócio priorizando o Programa de Agrocombustíveis, a partir do etanol, atendendo aos interesses de grandes empresas nacionais e do capital internacional. Além de procurar regularizar a grilagem de terras na Amazônia e de alienar partes extensas do território nacional às empresas transnacionais, o Governo disponibilizou recursos públicos ao agronegócio. Só o setor sucroalcooleiro recebeu, este ano, mais de R\$ 6,4 bilhões apenas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que aplica os recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, também no agronegócio. Essa política de incentivo aos agrocombustíveis só aumentou em 2008, sendo que, no final do ano, houve uma forte redução nos projetos programados, tendo em vista que a crise financeira internacional, logo no seu início, impactou fortemente a atividade sucro-alcooleira. Essa redução de investimento denunciou, mais uma vez, a fragilidade e a conhecida dependência desse setor quanto aos recursos públicos e à ação do Estado.

A Reforma Agrária está paralisada, sem que o Governo cumpra a função de adotar o conjunto de medidas indispensáveis para valorizar e multiplicar a agricultura familiar e camponesa, atacar e reverter a elevada concentração da propriedade da terra no Brasil, que é uma das maiores do Mundo. Transformou-se em um mero programa de assentamentos, que está bastante aquém das próprias promessas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) elaborado no início do Governo. O ano de 2008 foi o pior para Reforma Agrária no Governo Lula. O número de famílias assentadas correspondeu a, apenas, cerca de 20 % do total das famílias assentadas em 2007, desempenho que, por sua vez, já estava abaixo da meta estabelecida.

Além de abandonar o II PNRA, o Governo e os seus órgãos responsáveis pela Reforma Agrária - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - permaneceram omissos na solução de questões centrais e estratégicas para a Reforma Agrária no País. Questões que foram assumidas como bandeiras de lutas pelos movimentos sociais do campo, a exemplos do limite da Propriedade da Terra; da aferição da função social da propriedade a partir dos requisitos amplos definidos na Constituição Federal; da revogação da medida provisória que reprime os trabalhadores em suas ocupações de latifúndios improdutivos; da aprovação do Projeto de Emenda à Constituição contra o trabalho escravo; além da atualização dos índices de produtividade para ampliar a desapropriação de terras.

No caso dos territórios quilombolas a situação é a mesma, mesmo que tenha vontade política de demarcar os territórios quilombolas, o INCRA não dispõe de pessoal capacitado e de estrutura para promover o procedimento de titulação e de elaboração de relatórios técnicos. O resultado disso foi o insignificante número das comunidades tituladas durante o Governo Lula: apenas 8 comunidades em todo Brasil, dentro um universo de três mil. O agronegócio tem exercido pressões contrárias à titulação dessas terras e, infelizmente, o Governo tem sido mais sensível a essas pressões e interesses do que ao seu dever maior de fazer justiça às comunidades quilombolas. Setores ligados ao agronegócio articularam uma instrução normativa que não mais respeita o direito de auto-identificação, conforme preconiza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto 4887/03.

No Nordeste brasileiro a situação é ainda mais perversa. As usinas historicamente violam os direitos trabalhistas e negam a função social da terra. Promovem também a

constante degradação do meio ambiente, seja através do desmatamento, seja pela poluição dos rios da zona canavieira nordestina provocada pelo constante derramamento do vinhoto, substância tóxica resultante da produção de álcool etílico pelas usinas, bem como pelo uso intensivo de agrotóxicos que contaminam o solo e os cursos de água. Os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, e Rio Grande do Norte, aumentaram, em média, 25% a produção de cana-de-açúcar sobre as áreas de produção de alimentos e da mata nativa. Como consequência aumentou o preço dos alimentos. Os governos Federal e estadual, permaneceram na Zona da Mata nordestina, sem cobrar os débitos milionários de muitas usinas. Em vez de executar essas dívidas fiscais e tributárias e, por essa via, obter terras para assentar trabalhadores e trabalhadoras, os governos facilitam o perdão ou securitização das dívidas, favorecendo novos financiamentos para devedores crônicos e reincidentes.

Um dos maiores desafios para os movimentos sociais e entidades de direitos humanos foi o enfrentamento ao trabalho escravo nas usinas de cana de açúcar. Várias denúncias foram feitas aos órgãos competentes e apenas algumas originaram um procedimento de fiscalização efetivo e sério por parte do Ministério Público do Trabalho. Alagoas que até então não figurava na relação dos Estados que mais tinham incidência de trabalho escravo, nesse ano de 2008 ficou em terceiro lugar, seguindo-se aos estados de Goiás e do Pará. Foram registrados 656 trabalhadores libertados, na operação chamada “Zumbi dos Palmares”. Já em Pernambuco aconteceram três operações nas quais foram resgatados cerca de 700 cortadores de cana submetidos a trabalho degradante e em situação similar à escravidão. As usinas autuadas foram a Usina Ipojuca localizado no município de mesmo nome, e a usina Vitória, no município de Palmares, pertencente ao futuro Prefeito local, conhecido como Beto da Usina. Algumas Usinas fiscalizadas pela Força-tarefa chegaram a ser interditadas. Após inspeções judiciais, porém, todas foram liberadas.

No Sertão Nordestino, se intensifica o crescimento do agronegócio, com o decisivo apoio dos governos, através de ações e de recursos públicos. É o que vem ocorrendo na região do Vale do Açu e na Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, na fruticultura irrigada em Pernambuco, com uso intensivo de agrotóxicos, com a degradação do meio ambiente e, sobretudo, com a irrigação custeada por recursos públicos para atender prioritariamente às grandes empresas e não aos pequenos produtores. O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, é mais um projeto que só vai beneficiar o agrohídronegócio e que trará impactos negativos para as comunidades tradicionais, como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Na região de Curumataú e Seridó paraibano, a exploração das atividades de mineração faz aumentar a grilagem de terras e a expulsão das famílias que há décadas moram e plantam na área.

Em Pernambuco, o Governo Estadual articula um diabólico projeto para levar a cana-de-açúcar para o sertão do Araripe, irrigando grandes empreendimentos com recursos dos pernambucanos e submetendo também os sertanejos, historicamente produtores de alimentos, a um modelo produtivo concentrador de terra e de renda, bem como historicamente gerador de trabalho escravo e degradante de baixos índices de desenvolvimento humano. O governo pernambucano não tem se diferenciado do Federal e dos demais governos nordestinos, na omissão frente aos pleitos dos camponeses e de seus movimentos e nas concessões ao agronegócio, tendo articulado ativamente o apoio do Governo Lula aos usineiros e fornecedores de cana pernambucanos. Além disso, o governo tem atuando fortemente para conter as fiscalizações e as autuações do Ministério de Meio Ambiente e do Ibama, frente aos graves danos ambientais causados pelo setor sucro-alcooleiro do Estado.

Os trabalhadores (as) e os movimentos sociais não assistiram de braços cruzados a essa injustificável omissão dos governos federal e estaduais diante da Reforma Agrária, em claro favorecimento ao latifúndio e ao agronegócio. Em todo o Nordeste resistiram e se mobilizaram, nos acampamentos e nos assentamentos que continuam privados de investimentos e de ações governamentais, apresentando propostas e reivindicações, bem como lutando contra essa conjuntura que tem se mostrado desfavorável para o avanço da Reforma Agrária e da justiça social e fundiária. Os movimentos sociais no campo seguirão firmes em 2009, como fizeram em 2008, enfrentando os desafios para reverter as omissões governamentais e para conter o avanço desenfreado da violência no campo, que caminha junto com o avanço do agro-hidronegócio e das empresas transnacionais. Para além de resistir, os trabalhadores rurais continuaram demonstrando, com suas lutas e com propostas produtivas concretas, que a construção de um País soberano, justo e sustentável somente será possível com o fortalecimento da agricultura camponesa e com uma reforma agrária verdadeira e profunda.

CPT faz balanço da luta camponesa em 2008 – Sítio Eletrônico do MST – 08/01/2009

O governo brasileiro intensificou seu apoio ao agronegócio priorizando o Programa de Agrocombustíveis, a partir do etanol, atendendo aos interesses de grandes empresas nacionais e do capital internacional. Além de procurar regularizar a grilagem de terras na Amazônia e de alienar partes extensas do território nacional às empresas transnacionais, o governo disponibilizou recursos públicos ao agronegócio. Só o setor sucroalcooleiro recebeu este ano mais de R\$ 6,4 bilhões, apenas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que aplica os recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador - também no agronegócio. Essa política de incentivo aos agrocombustíveis só aumentou em 2008, sendo que no final do ano houve uma forte redução nos projetos programados, tendo em vista que a crise financeira internacional, logo no seu início, impactou fortemente a atividade sucroalcooleira. Essa redução de investimento denunciou, mais uma vez, a fragilidade e a conhecida dependência desse setor quanto aos recursos públicos e à ação do Estado.

A Reforma Agrária está paralisada, sem que o governo cumpra a função de adotar o conjunto de medidas indispensáveis para valorizar e multiplicar a agricultura familiar e camponesa, atacar e reverter a elevada concentração da propriedade da terra no Brasil, que é uma das maiores do mundo. Transformou-se em um mero programa de assentamentos, que está bastante aquém das próprias promessas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) elaborado no início do Governo. O ano de 2008 foi o pior para Reforma Agrária no governo Lula. O número de famílias assentadas correspondeu a, apenas, cerca de 20 % do total das famílias assentadas em 2007, desempenho que, por sua vez, já estava abaixo da meta estabelecida.

Além de abandonar o II PNRA, o governo e os seus órgãos responsáveis pela Reforma Agrária - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - permaneceram omissos na solução de questões centrais e estratégicas para a Reforma Agrária no país. Questões que foram

assumidas como bandeiras de lutas pelos movimentos sociais do campo, a exemplo do limite da Propriedade da Terra; da aferição da função social da propriedade a partir dos requisitos amplos definidos na Constituição Federal; da revogação da medida provisória que reprime os trabalhadores em suas ocupações de latifúndios improdutivos; da aprovação do Projeto de Emenda à Constituição contra o trabalho escravo; além da atualização dos índices de produtividade para ampliar a desapropriação de terras.

No caso dos territórios quilombolas a situação é a mesma, mesmo que tenha vontade política de demarcar os territórios quilombolas, o INCRA não dispõe de pessoal capacitado e de estrutura para promover o procedimento de titulação e de elaboração de relatórios técnicos. O resultado disso foi o insignificante número das comunidades tituladas durante o governo Lula: apenas 8 comunidades em todo Brasil, dentre um universo de três mil. O agronegócio tem exercido pressões contrárias à titulação dessas terras e, infelizmente, o governo tem sido mais sensível a essas pressões e interesses do que ao seu dever maior de fazer justiça às comunidades quilombolas. Setores ligados ao agronegócio articularam uma instrução normativa que não mais respeita o direito de auto-identificação, conforme preconiza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto 4887/03.

No Nordeste brasileiro a situação é ainda mais perversa. As usinas historicamente violam os direitos trabalhistas e negam a função social da terra. Promovem também a constante degradação do meio ambiente, seja através do desmatamento, seja pela poluição dos rios da zona canavieira nordestina provocada pelo constante derramamento do vinhoto, substância tóxica resultante da produção de álcool etílico pelas usinas, bem como pelo uso intensivo de agrotóxicos que contaminam o solo e os cursos de água. Os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, e Rio Grande do Norte, aumentaram, em média, 25% a produção de cana-de-açúcar sobre as áreas de produção de alimentos e da mata nativa. Como consequência aumentou o preço dos alimentos. Os governos federal e estadual permaneceram na Zona da Mata nordestina sem cobrar os débitos milionários de muitas usinas. Em vez de executar essas dívidas fiscais e tributárias e, por essa via, obter terras para assentar trabalhadores e trabalhadoras, os governos facilitam o perdão ou securitização das dívidas, favorecendo novos financiamentos para devedores crônicos e reincidentes.

Um dos maiores desafios para os movimentos sociais e entidades de direitos humanos foi o enfrentamento ao trabalho escravo nas usinas de cana de açúcar. Várias denúncias foram feitas aos órgãos competentes e apenas algumas originaram um procedimento de fiscalização efetivo e sério por parte do Ministério Público do Trabalho. Alagoas que até então não figurava na relação dos Estados que mais tinham incidência de trabalho escravo, nesse ano de 2008 ficou em terceiro lugar, seguindo-se aos estados de Goiás e do Pará. Foram registrados 656 trabalhadores libertados, na operação chamada "Zumbi dos Palmares". Já em Pernambuco aconteceram três operações nas quais foram resgatados cerca de 700 cortadores de cana submetidos a trabalho degradante e em situação similar à escravidão. As usinas autuadas foram a Usina Ipojuca, localizada no município de mesmo nome, e a usina Vitória, no município de Palmares, pertencente ao futuro prefeito local, conhecido como Beto da Usina. Algumas Usinas fiscalizadas pela força-tarefa chegaram a ser interditadas. Após inspeções judiciais, porém, todas foram liberadas.

No sertão nordestino, se intensifica o crescimento do agronegócio, com o decisivo apoio dos governos, através de ações e de recursos públicos. É o que vem ocorrendo na região do Vale do Açu e na Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, na fruticultura irrigada em Pernambuco, com uso intensivo de agrotóxicos, com a degradação do meio

ambiente e, sobretudo, com a irrigação custeada por recursos públicos para atender prioritariamente às grandes empresas e não aos pequenos produtores. O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco é mais um projeto que só vai beneficiar o agro-hidronegócio e que trará impactos negativos para as comunidades tradicionais, como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Na região de Curumataú e Seridó paraibano, a exploração das atividades de mineração faz aumentar a grilagem de terras e a expulsão das famílias que há décadas moram e plantam na área.

Em Pernambuco, o governo estadual articula um diabólico projeto para levar a cana-de-açúcar para o sertão do Araripe, irrigando grandes empreendimentos com recursos dos pernambucanos e submetendo também os sertanejos, historicamente produtores de alimentos, a um modelo produtivo concentrador de terra e de renda, bem como historicamente gerador de trabalho escravo e degradante, de baixos índices de desenvolvimento humano. O governo pernambucano não tem se diferenciado do federal e dos demais governos nordestinos na omissão frente aos pleitos dos camponeses e de seus movimentos e nas concessões ao agronegócio, tendo articulado ativamente o apoio do governo Lula aos usineiros e fornecedores de cana pernambucanos. Além disso, o governo tem atuando fortemente para conter as fiscalizações e as autuações do Ministério de Meio Ambiente e do Ibama, frente aos graves danos ambientais causados pelo setor sucroalcooleiro do estado.

Os trabalhadores (as) e os movimentos sociais não assistiram de braços cruzados a essa injustificável omissão dos governos federal e estaduais diante da Reforma Agrária, em claro favorecimento ao latifúndio e ao agronegócio. Em todo o Nordeste resistiram e se mobilizaram, nos acampamentos e nos assentamentos que continuam privados de investimentos e de ações governamentais, apresentando propostas e reivindicações, bem como lutando contra essa conjuntura que tem se mostrado desfavorável para o avanço da Reforma Agrária e da justiça social e fundiária. Os movimentos sociais no campo seguirão firmes em 2009, como fizeram em 2008, enfrentando os desafios para reverter as omissões governamentais e para conter o avanço desenfreado da violência no campo, que caminha junto com o avanço do agro-hidronegócio e das empresas transnacionais.

Para além de resistir, os trabalhadores rurais continuaram demonstrando, com suas lutas e com propostas produtivas concretas, que a construção de um país soberano, justo e sustentável somente será possível com o fortalecimento da agricultura camponesa e com uma reforma agrária verdadeira e profunda.

Terceira idade do campo conquista muitos avanços em 2008 – Sítio Eletrônico da Contag - 09/01/2009

As lutas por mais acesso às políticas sociais no movimento sindical do campo movimentaram a agenda de 2008. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais protagonizaram grandes debates e colheram muitas conquistas ao longo deste período. Algumas delas foram a forte atuação da Contag no Conselho Nacional de Saúde e a luta pela criação da Política Nacional de Saúde do Campo e da Floresta, em parceria com o Projeto Saúde e Gênero.

Na área da previdência, a secretária de Políticas Sociais da Contag, Alessandra Lunas, também destaca vários pontos. "Além da ótima atuação dos estados por atendimento

diferenciado e de qualidade, acho que demos outros passos bastante importantes como a votação do Projeto de Lei da Previdência, os agendamentos eletrônico e em bloco dos beneficiários. Houve ainda o cadastramento nacional dos segurados especiais".

Já o segmento da terceira idade realizou o Encontro Nacional da Terceira Idade e inúmeros debates e oficinas de capacitação. Outro destaque foi o lançamento da campanha do crédito consignado, que orienta o segmento contra golpes de empresas financeiras.

No campo da proteção infanto-juvenil, o movimento sindical do campo fechou parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e avançou na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Em relação à educação, a criação da licenciatura do campo e da Comissão Nacional de Educação do Campo no Ministério da Educação abriu portas para novos caminhos. "Todos esses avanços são fruto não apenas do empenho em 2008, mas de todo um planejamento de mandato de quatro anos. Apesar da realização do Congresso da Contag, em março, muitas ações estarão em andamento, e na área de políticas sociais não será diferente", finaliza.

Abin monitora 'aliança' entre MST e Paraguai para rever acordo de Itaipu - Tânia Monteiro e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/01/2009

Por determinação do Palácio do Planalto, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deverá monitorar a aproximação que estaria ocorrendo entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o governo do presidente Fernando Lugo, do Paraguai. A preocupação do governo é com a tentativa de cooptação dos sem-terra pelos paraguaios, com o objetivo de apoiar mudanças no Tratado de Itaipu, aumentando o valor da energia paga pelo Brasil, além de renegociar a dívida. Essas mudanças estavam entre as principais promessas de campanha de Lugo nas eleições presidenciais do ano passado.

O MST está distribuindo entre acampados e assentados material com informações sobre a polêmica, chamando a atenção de seus militantes para os direitos do país vizinho. "No caso da usina de Itaipu, é uma questão de defesa dos princípios da soberania nacional e popular sobre os recursos naturais", disse ontem ao Estado um dos principais líderes nacionais da organização, Roberto Baggio. "A Eletrobrás paga uma bagatela para eles (paraguaios) e quem está ganhando mesmo são os grandes grupos econômicos, estrangeiros, que compram barato essa energia para ter lucro."

O governo brasileiro vê como um problema a eventual atuação do presidente paraguaio em sintonia com os sem-terra. Primeiro, porque seria uma interferência indesejada em assuntos internos, considerando que as autoridades brasileiras já disseram que o tratado é inegociável. E, segundo, porque ocorreria às vésperas do aniversário de 25 anos do MST, que deverá ser comemorado com manifestações de protesto, ocupações de terra e marchas por todo o País.

Acredita-se que a questão do pleito paraguaio será incluída nas manifestações, difíceis de serem monitoradas - devido ao fato de os sem-terra não terem um controle centralizado, cabendo a cada Estado definir o que fazer.

AFINIDADES - De acordo com reportagem publicada ontem pelo jornal Valor, Lugo teria enviado representantes de seu governo para manter contato com movimentos sociais brasileiros e disseminar entre eles o que seriam as verdadeiras razões dos paraguaios - que estariam sendo omitidas pelos meios oficiais.

Lugo, que é bispo e partidário da Teologia da Libertação, sempre viu com simpatia as ações do MST - que nasceu apoiado por bispos brasileiros ligados à mesma linha teológica.

No Planalto, o temor de alguma possível ação do MST é acentuado pelo fato de seus militantes serem bastante organizados nos Estados do Sul, nas proximidade da área de Itaipu.

Além disso, a Via Campesina, organização internacional da qual o MST faz parte, tem ligações com a Mesa de Coordenação Nacional das Organizações Campesinas, que é o movimento dos sem-terra paraguaios.

Segundo Baggio, que também é um dos representantes no Brasil da organização internacional Via Campesina, o MST sempre se interessou pelos problemas dos povos da América Latina. “Vamos continuar informando a nossa base e nos somar com outros movimentos sociais brasileiros.”

SOBERANIA - Pela ótica do governo brasileiro, tanto o governo paraguaio quanto os movimentos sociais estariam tentando politizar um assunto que é técnico e jurídico, legitimamente desenhado pelos dois governos, não importando que isso tenha acontecido durante governos ditatoriais - o tratado, de 1973, foi assinado pelos então presidentes Emílio Médici e Alfredo Stroessner.

Por enquanto, o governo não vai se pronunciar sobre as movimentações. As autoridades pretendem apenas acompanhar as mobilizações e declarações sobre o debate, que pode acabar adquirindo tonalidades de nacionalistas contra antinacionalistas. Isso, no entanto, não preocupa o MST. “Nada é mais nacionalista do que defender a soberania de um povo sobre os seus recursos naturais”, afirmou Baggio.

Stedile já pôs militantes à disposição de Evo Morales - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Nacional – 08/01/2008

A disposição do Movimento dos Sem-Terra (MST) de contrariar a linha de ação do Itamaraty e interesses do Brasil em favor de outros países vem sendo registrada há pelo menos dois anos. Em maio de 2006, em Viena, o presidente da Bolívia, Evo Morales,

recebeu um inusitado apoio de João Pedro Stedile, principal líder da organização, à sua “revolução agrária”. No encerramento do Fórum Alternativo, Stedile foi além e ofereceu a Morales as tropas do MST para expulsar os “latifundiários brasileiros” da Bolívia. “Estamos ansiosos, agora, com a reforma agrária (na Bolívia) e esperamos que ela comece pelas terras dos latifundiários brasileiros”, afirmou Stedile naquele evento, paralelo à reunião de cúpula da União Europeia e da América Latina.

Ainda em 2006, o líder dos sem-terra tocou outro nervo exposto da relação Brasil-Bolívia. Foi quando assegurou que “o povo brasileiro” apoiava a “estatização do setor de gás” boliviano. Duas semanas antes, Morales editara o decreto de nacionalização do setor e a ocupação de duas refinarias da Petrobrás, abrindo uma crise diplomática.

As declarações de Stedile foram registradas pelo Itamaraty, que, desde o início do governo Lula, evita polêmicas com os movimentos sociais. O próprio Morales teve o cuidado de rejeitar a proposta de Stedile.

Como no caso da Bolívia, o governo tentará anular os efeitos de uma eventual parceria do MST com entidades paraguaias por ações generosas em favor de projetos do presidente do Paraguai, Fernando Lugo.

Em princípio, uma reunião de ministros dos dois países deverá ocorrer ainda neste mês, em Brasília, para tratar do financiamento brasileiro a projetos de infraestrutura no Paraguai. A reunião foi acertada durante encontro privado entre Lula e Lugo em dezembro.

Até PT quer debater normas de tratado - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/01/2009

Não é só o MST que vê com simpatia as propostas do governo paraguaio, de reavaliação da dívida da obra da hidrelétrica de Itaipu e dos preços da energia que vende ao Brasil. O assunto tem sido debatido no interior de vários movimentos populares, entidades sindicais e organizações católicas.

A lista inclui desde a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - a maior do País, ligada ao PT - à Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assessores dessas duas organizações dizem que elas ainda não definiram que partido vão tomar, mas admitem que estão discutindo.

O interesse é tão grande que o PT, por meio da sua Secretaria de Movimentos Populares, vai organizar um debate sobre a questão. A data e o local ainda não foram definidos, mas é provável que ocorra no final de fevereiro, na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, na região da hidrelétrica, com a presença de representantes paraguaios. “Há muito interesse por esse debate”, diz o secretário do setor de Movimentos Populares do PT,

Renato Simões. “A crise econômica mundial deve tornar mais agudos os problemas do nosso vizinho e nós não podemos ficar alheios a isso.”

FÓRUM - Já se prevê que no Fórum Social Mundial, que começa no dia 27, em Belém, no Pará, a questão de Itaipu será um dos temas de destaque. Lá são esperadas numerosas delegações da Venezuela e da Bolívia, que apoiam o pleito paraguaio.

De acordo com o sindicalista Antonio Carlos Spis, que representa a CUT nas articulações com outras organizações sindicais e movimentos sociais, a questão paraguaia reabre um antigo debate sobre a integração latino-americana. “A CUT ainda não se posicionou. Pessoalmente, porém, defendo que o Brasil adote uma posição solidária, deixando de ser o pequeno imperialista que tentou ser no governo de Fernando Henrique Cardoso. A integração latino-americana pode ser fortalecida com a solidariedade no setor de energia.”

De todas as organizações envolvidas no debate, a que parece mais definida até agora é o MST. De acordo com Roberto Baggio, que faz parte da coordenação nacional do MST e atua no Paraná, isso ocorre porque a entidade sempre defende a soberania dos povos. “Assim como defendemos que os recursos do petróleo no pré-sal devem ser usados pelo povo brasileiro e que os recursos minerais devem garantir melhores condições de vida ao povo brasileiro, nós defendemos o direito do povo paraguaio usar como quiser seus 50% da energia produzida em Itaipu”, explicou o líder dos sem-terra no Paraná.

PF ampliará cooperação para combate ao tráfico - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 08/01/2009

Em busca de liderança nas iniciativas de segurança na América do Sul, a Polícia Federal montou um plano para reforçar sua presença nos 16,8 mil quilômetros de divisas do País e ampliar a cooperação policial com os governos vizinhos. O objetivo, segundo o delegado Roberto Troncon Filho, coordenador de Combate ao Crime Organizado, é intensificar o cerco aos crimes ambientais, conter a escalada do tráfico de drogas e de armas e suprir a ausência do Estado ao longo da extensa fronteira seca. Os dois primeiros acordos entram em fase operacional este ano com os governos do Paraguai e da Bolívia, enquanto vários outros estão em fase de finalização.

Com o Paraguai, um acordo promoverá políticas de erradicação da maconha. O país é hoje o maior fornecedor dessa droga ao País, ocupando o espaço deixado com a erradicação sistemática de plantações nas principais regiões produtoras do Brasil, como Pernambuco e Bahia. “Vamos compartilhar toda nossa experiência, inteligência e know how operacional com os colegas paraguaios”, disse Troncon.

Na Bolívia, maior provedor de crack para o mercado brasileiro, a PF terá o desafio de ocupar o vácuo deixado com o rompimento pelo governo Evo Morales do acordo de cooperação com os Estados Unidos na área de segurança. Em fevereiro, uma reunião entre

autoridades dos dois países, em Campo Grande (MS), definirá as bases da substituição do esquema americano.

Incra planeja Reforma Agrária na Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 05/01/2009

Técnicos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) anunciaram no último fim de semana um plano de regularização fundiária na Amazônia Legal, como parte do Programa Terra Legal.

O Incra prevê a transferência de terras da União para 436 municípios, doação das glebas aos posseiros que ocupam lotes de até 100 hectares, financiamento para que pequenos agricultores adquiram áreas de 400 hectares e a licitação pública de fazendas maiores, limitadas a 1,5 mil hectares.

Movimentos sociais na Amazônia esperam para ver: a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o Comitê de Defesa das Vítimas da Fazenda Santa Elina – em Corumbiara, estado de Rondônia –, por exemplo, reivindicam paralelamente a esse “pacote de bondade”, o pagamento de indenização às vítimas do massacre ocorrido há 16 anos. E insistem na sua desapropriação.

Fogaréu - O plano do Incra determina a transferência de terras às prefeituras, no limite de 2,5 mil hectares. Acima dessa área, a regularização passaria obrigatoriamente pelo Congresso Nacional.

Em recesso, senadores e deputados diminuem o impacto da discussão e da briga criada dentro do próprio governo, depois que Mangabeira Unger centrou críticas ao papel do instituto na Amazônia, sugerindo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a sua substituição por uma agência.

O pacote prevê, ainda, a transferência do patrimônio imobiliário para os estados. Segundo a direção do Incra, trata-se de um remédio jurídico para regularizar as terras da Região Norte.

O Incra ainda detém 67 milhões de hectares de terra à espera de uma destinação. Com o plano, o governo espera concluir a ordenação do solo amazônico em três anos.

(Com informações da Agência Amazônia de Notícias)

Trabalho escravo persiste no Brasil – Sítio Eletrônico do MST – 09/01/2009

O problema do trabalho escravo ainda resiste no Brasil. Esta realidade pode ser vista nos números divulgados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). De acordo com o órgão, em 2008, aproximadamente 4,6 mil trabalhadores foram libertados de condição análoga à escravidão em 133 operações realizadas pelos fiscais do MTE.

O estado de Goiás liderou a lista com 867 libertações. O Pará ficou em segundo, com 741 libertações, seguido do estado de Alagoas, com 656 e Mato Grosso, com 519. De acordo com o coordenador nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra), Frei Xavier Plassat, o levantamento é preocupante, tendo em vista que, desde 2002, os números se mantêm na faixa de quatro a seis mil libertações anual. O religioso ainda afirma que este número pode aumentar, pois algumas delegacias regionais do trabalho não enviaram o relatório final. “Estamos descobrindo novas ocorrências de trabalho escravo em regiões que até então não entravam no registro de trabalho escravo no Brasil. Observamos que houve crescimento na Região Centro-Oeste. Isto sinalizou que algumas atividades onde não

fazíamos fiscalização acabaram entrando na lista. Falo especificamente dos canaviais. Nos últimos anos forneceram a metade dos trabalhadores resgatados de condições de escravidão”.

O setor sucroalcooleiro liderou o ranking de libertações com mais de 2,1 mil trabalhadores libertados, seguido da pecuária bovina, com 954 pessoas. Desde 1995 – ano que o grupo móvel do MTE iniciou os trabalhos – mais de 30 mil trabalhadores já foram libertados. O Ministério do Trabalho divulga semestralmente a “lista suja” do trabalho escravo com nomes de empregadores que utilizam essa mão de obra escrava. Na última, divulgada no mês de dezembro, consta o nome de mais de 200 empregadores.

O MST no papel de quinta-coluna – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/01/2009

O novo governo paraguaio do ex-bispo progressista Fernando Lugo, empossado em agosto último e eleito sob a bandeira da reforma do Tratado de Itaipu, encontrou no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) aliado pronto a encampar a sua causa no Brasil. Ao aceitar pressurosamente o papel de quinta-coluna que foi instado a assumir por seus interlocutores em Assunção, com os quais mantém estreitos vínculos ideológicos, centrados na Teologia da Libertação, a incendiária organização se coloca em rota de colisão com o governo brasileiro - que o sustenta generosamente. Na defesa do interesse estratégico nacional, o presidente Lula está firmemente decidido a manter a integridade do acordo firmado pelos dois países em 1973.

O Planalto não objeta a que o Paraguai faça uma auditoria da sua dívida de US\$ 19 bilhões originária da construção da usina binacional. Mas se opõe à pretensão de Lugo de obter uma elevação significativa do preço que o Brasil paga ao seu país pela energia de Itaipu (US\$ 45,31 brutos por megawatt). O governo brasileiro tampouco aceita a reivindicação paraguaia de vender a outros países, e não apenas ao Brasil, como estipula o tratado, a parte que lhe pertence da geração da usina. (O Paraguai consome não mais de 5% do fornecimento de Itaipu.) O objetivo imediato de Lugo é duplo: de um lado, ampliar a pauta de conversações com Brasília - o que, em si, é legítimo; e, de outro, dar curso a uma estratégia de “guerrilha”, como revelou ao jornal Valor um negociador paraguaio que não quis se identificar.

Trata-se da decisão temerária de angariar apoios no Brasil para a batalha de opinião pública que o governo paraguaio quer ver desencadeada para furar o alegado bloqueio brasileiro de informações oficiais sobre as tratativas entre as partes. É onde entra o MST, com o acendrado internacionalismo que levou o seu líder supremo, João Pedro Stedile, em maio de 2006, a oferecer ao presidente da Bolívia, Evo Morales, as suas brigadas para expulsar os “latifundiários brasileiros” do vizinho país. (Nesse mesmo ano, ele anunciou a solidariedade do “povo brasileiro” à nacionalização da indústria de gás boliviana, com a ocupação de duas refinarias da Petrobrás.) Prudentemente, Morales dispensou a colaboração da turba paramilitar emeessetista. Agora, a organização é que foi procurada, na certeza de pronto e fraternal atendimento.

Para preparar o espírito da militância, material de propaganda sobre as demandas paraguaias já circula entre os seus acampados e assentados, sustentados pelo governo brasileiro, que paga as cestas básicas que lhes são destinadas, com o dinheiro do contribuinte. O pretexto para a mobilização é “a defesa dos princípios da soberania nacional e popular sobre os recursos naturais”, diz um dos principais dirigentes do MST, Roberto Baggio, convenientemente esquecido de que, no caso de Itaipu, esses recursos permaneceriam inexplorados não fosse a associação com o Brasil. Para o governo Lula, tanto o presidente Lugo como os seus agentes do lado de cá da fronteira estão querendo politizar uma questão técnica e pôr sob suspeita um acordo legítimo no âmbito das relações bilaterais.

Mas isso e nada é a mesma coisa para o projeto insurrecional de Stedile. “Se for necessário faremos no futuro manifestações de solidariedade ao povo do Paraguai”, anuncia ele. Sabendo-se de longa data no que consistem tais manifestações, as suas palavras representam antes uma ameaça do que uma promessa. O MST conta com forte estrutura nos Estados do Sul, como o Paraná, nas proximidades da área de Itaipu. Além disso, por intermédio da Via Campesina, de que faz parte, o MST se articula com o seu equivalente paraguaio, a Mesa de Coordenação Nacional das Organizações Campesinas, que ajudou a formar. Igualmente ominosa é a perspectiva de que a “solidariedade ao povo do Paraguai” seja incluída na exacerbada agenda revolucionária da passagem dos 25 anos do MST, a ser “festejada”, como de costume, com manifestações de protesto, ocupações de propriedades e marchas por todo o País.

Noticia-se que, por determinação do Planalto, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) irá monitorar a aliança antinacional em que embarcou o MST. Não poderia ser de outra forma. Com toda a probabilidade, porém, o governo terá de ir além disso.

Embate com militares no Sul foi embrião do MST, que fará 25 anos - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 11/01/2009

Uma pequena placa afixada em uma pedra na beira da rodovia RS-324, entre as cidades gaúchas Ronda Alta e Passo Fundo, é um dos poucos indícios de que nessa região tranquila do norte do Rio Grande do Sul começou a trajetória do Movimento dos Sem-Terra (MST), que no dia 19 completará 25 anos. Às margens da estrada foi montado o acampamento da Encruzilhada Natalino, onde, segundo a placa, houve a “derrota do Curió” e “vitória da luta da terra”.

Em julho de 1981, o então presidente João Figueiredo deslocou da Amazônia para ali o coronel Sebastião Curió, especialista em conflitos fundiários. A chegada a Natalino, porém, deu publicidade ao movimento, que seria fundado oficialmente três anos depois, em Cascavel.

Integrantes da igreja católica derrotados por Curió no Pará foram brigar com ele no Rio Grande do Sul. Queriam a revanche após uma série de prisões de religiosos no Norte,

como a do padre Florentino Maboni, em 1977, e do desmantelamento de grupos camponeses. Em maio de 1980, fora morto Raimundo Ferreira de Lima, o Gringo, sindicalista formado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), aposta do clero “progressista”.

Os bispos d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Xingu, e d. Tomás Balduino, fundador da CPT, foram os primeiros a chegar para a missa em Natalino, com 463 famílias. Enfrentavam a resistência do Exército para reconstituir no Bico do Papagaio - região que abrangia o norte de Goiás e parte de Pará, Mato Grosso e Maranhão - a rede de sindicatos e organizações arrasada nos combates que liquidaram a Guerrilha do Araguaia. Os religiosos levaram para Natalino um dossiê da ação de Curió contra a guerrilha do PC do B, confronto que resultou na morte de 63 guerrilheiros e 16 militares.

O clero do sul do Pará não perdoava Curió pelos combates à guerrilha. À época do Araguaia, o grupo “progressista” de bispos como d. Luiz Estevão, de Marabá, não tinha poder na estrutura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para apoiar os guerrilheiros e dar proteção aos torturados.

O jogo viraria em Natalino. A presença de Curió e seus adversários no Rio Grande do Sul despertou a atenção de jornais e revistas do Rio e de São Paulo, que não enfrentavam mais a censura, e de sindicatos de todo País. Os sem-terra receberam apoio de entidades internacionais e de outras religiões.

Em pouco tempo, uma rede contrária ao governo estava no acampamento. “Todos fomos para lá”, lembra o atual ministro da Previdência, José Pimentel. Ele esteve na Encruzilhada durante dois dias na companhia de d. Aloísio Lorscheider, bispo de Fortaleza. “O clima era de medo”, completa. Pimentel integrava a Pastoral Operária.

SIMBOLISMO - A Encruzilhada Natalino havia abrigado o último grande acampamento de camponeses antes do golpe militar. Ali haviam sido instalados em 1962, pelo então governador Leonel Brizola, 450 pessoas, em 22 mil hectares da antiga Fazenda Sarandi. Após a tomada do poder, os militares desmontaram o acampamento brizolista.

O casal Olmino Ferreira, de 67 anos, e Lúcia Loreci de Lima, de 47, foi uma das famílias que estiveram no acampamento de Natalino. Hoje vivem a 15 quilômetros dali. “Curió montou barracas do Exército na margem direita da estrada”, relata Ferreira. Lúcia lembra que Curió era rígido e tentou convencer as famílias a se mudarem para Mato Grosso. “Mas a maioria resolveu ficar.”

Um dos novos líderes do MST, Adelfo Zamarqui, de 45 anos, de Trindade do Sul, lembra que começou a militar no movimento a partir do acampamento de Natalino. “A resistência das famílias que ficaram na Encruzilhada deu origem à fundação do MST”, recorda.

Coronel Curió avalia que cumpriu sua missão e se compara a Napoleão – Estado de São Paulo – Nacional – 11/01/2009

O Exército permaneceu 30 dias no acampamento da Encruzilhada Natalino. Embora o coordenador da operação militar, coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura, tenha conseguido levar parte das famílias para um assentamento em Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, os sem-terra comemoraram vitória contra o regime.

“A cúpula do MST tem os ideais do antigo PC do B, o partido que implantou a guerrilha, só que mais inteligente e aprimorado”, diz ele. “Na Encruzilhada só encontrei barra pesada: (d. Pedro) Casaldáliga, (d. Aloísio) Lorscheider e (d. Tomás) Balduino. Não acho que eles venceram, pois cumpri a missão de meter uma cunha no meio do movimento e diminuí-lo, como Napoleão fazia para abater o inimigo.”

O “Napoleão” de Natalino teve um d. João à altura para enganá-lo. João Pedro Stedile aproveitava o cargo de técnico da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul para organizar o movimento. “O João Pedro contribuiu muito com a gente”, lembra a professora Maria Salete Campigotto, em Ronda Alta (RS), que dava aulas na escolinha do acampamento. “A Encruzilhada Natalino contribuiu para avançar mais rapidamente a resistência ao regime militar.”

Antônio Campigotto, marido de Maria Salete, afirma que o grupo de Natalino deu origem “de fato” ao MST. Um dos militantes mais respeitados entre os sem-terra, Campigotto diz que os acampados fizeram festa quando Curió deixou o Rio Grande do Sul. “A despedida dele foi péssima”, conta. “Só não soltamos foguetes porque não tínhamos dinheiro para comprar, mas teve muito grito e muita palma.”

À época os sem-terra não tinham ideia de que o acampamento iria contribuir para a constituição de um novo movimento no campo, segundo Stedile. O líder sem-terra avalia que os principais fatores de criação do MST foram a crise do modelo de industrialização, que não oferecia mais emprego a quem migrava para a cidade, o fracasso do processo de colonização da Amazônia e a perda do medo de lutar por parte dos camponeses. Ressalta ainda o esforço das pastorais e a rearticulação dos movimentos sociais. “Um belo dia, um acampado, procurando estação de rádio argentina, pelas ondas curtas, captou sem querer a onda usada por Curió para mandar informes ao SNI (Serviço Nacional de Informações)”, conta. “A partir daí, desmontamos o planejamento do coronel, pois sempre sabíamos o que ele informava.”

SEM CRUZ - Stedile e outras lideranças oficializaram o MST em 1984, com a constituição de uma diretoria, num congresso em Cascavel. Os sem-terra rejeitaram a mística cruz de Natalino, deixando claro a independência em relação à igreja, mas não perderam apoio dos “progressistas”.

A partir de Natalino, a ala “progressista” da igreja escancarou seu apoio a grupos sociais armados no Pará. Poucas semanas depois da saída de Curió, os padres Aristides Camiou e Francisco Gouriou foram presos, em agosto de 1981, sob acusação de incitar um grupo de camponeses que enfrentavam com espingardas grileiros de terra na localidade de Cajueiro, no sul do Pará. Até meados dos anos 1990, as ocupações de terra no Bico do Papagaio foram organizadas por sindicatos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Só depois de 1997 o MST assumiu o comando das invasões no Estado. Foi naquele ano que a

Polícia Militar do Pará matou 19 sem-terra em Eldorado do Carajás. O movimento passava pelo seu maior teste de fogo numa curva de asfalto a mais de 3 mil quilômetros do berço onde havia nascido. Era, definitivamente, um movimento nacional.

Para presidente do Incra, pressão ajuda - João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 11/01/2009

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, reconhece que há problemas em assentamentos feitos ao longo dos 25 anos de existência do MST, e chega a sugerir que alguns sejam extintos, por inviáveis, principalmente na Amazônia. Mas afirma que o MST acabou por se tornar importante instrumento para os governos, visto que pressiona a política pública em favor da reforma agrária.

“Quanto mais movimento social pressionando governos, melhor. É assim que tudo funciona. O MST faz a sua parte, a Fiesp faz a dela e a roda gira”, diz. Para ele, a pressão é fundamental até para diminuir os conflitos, fazer a reforma agrária avançar e resolver problemas que, às vezes, nem chegam ao conhecimento dos governos. “Tanto é que, nesses 25 anos de existência do MST, o Estado brasileiro sempre foi parceiro dos movimentos sociais, independentemente de quem estava ou está no poder. Todo governo sabe o quanto os movimentos sociais são importantes para a administração.”

Por pressão ou não do MST, o fato é que, nos 25 anos de existência dele, o Incra fez 7 mil assentamentos, nos quais vivem 1 milhão de famílias, distribuídas em 70 milhões de hectares. E as mortes por conflitos gerados exclusivamente pela questão agrária têm caído. De acordo com dados da Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003 ocorreram 42 mortes no campo por disputas agrárias; em 2008, apenas 2.

Hackbart reconhece problemas nos assentamentos da Amazônia. E até põe culpa no MST por isso. “Há muitos que, por causa da pressa, pela falta de critério, pela pressão do próprio MST, foram feitos em locais sem a mínima condição. Sou a favor de que sejam extintos.” Para ele, está provado que na Amazônia assentamentos só dão certo se ficarem perto de estradas e de bancos e se forem tocados por cooperativas. “Aí, eles se mexem.”

Amazônia concentra maior parte de casos de trabalho escravo no Brasil – Sítio Eletrônico da Contag - 12/01/2009

Eles não vivem presos a correntes, não são transportados em navios fêditos e nem são vendidos em mercados, mas são considerados escravos. Muitos trabalhadores brasileiros ainda são chamados assim porque bebem água suja, dormem em alojamentos superlotados, são obrigados a comprar equipamentos de trabalho e muitas vezes não podem deixar o emprego porque têm dívidas com patrão. E a maior parte desses casos acontece na Amazônia.

Segundo o último cadastro de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 66% dos flagrantes do crime ocorreram em estados pertencentes à Amazônia Legal, região que abrange Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. O cadastro, divulgado semestralmente pelo governo desde 2003, é conhecido popularmente como "lista suja" e reúne 201 nomes de fazendeiros e de empresas.

De acordo com dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), 51% dos casos de trabalho escravo ocorridos em 2008 estavam ligados à pecuária. "Os trabalhadores [encontrados nessa situação] fazem limpeza e manutenção dos pastos, além de instalarem cercas", explica o frei Xavier Plassat, coordenador da campanha contra o trabalho escravo da CPT.

A segunda atividade que mais concentrou casos de trabalho análogo à escravidão em 2008 foi a produção de carvão, que respondeu a 17% do total. Segundo Plassat, esses casos são comuns nos arredores do pólo siderúrgico de Marabá, no Pará, onde o carvão é utilizado para a produção de ferro.

Desmatamento e trabalho escravo - Além da coincidência geográfica e das atividades econômicas - a produção de carvão e a pecuária são apontadas como umas das principais atividades causadoras do desmatamento -, as causas do trabalho escravo também são próximas às do desmatamento.

"São regiões inóspitas, onde não há infraestrutura material quanto institucional. Não há presença do estado fiscalizador. O campo é aberto para práticas incontroláveis. Temos muita dificuldade para levar a fiscalização para a Terra do Meio (região do sudeste paraense), por exemplo, onde há muitas denúncias", relata Plassat.

Os produtos resultantes da utilização desse tipo de crime também revelam proximidade com atividades que causam impacto à floresta. De acordo com o cientista político Leonardo Sakamoto, coordenador Repórter Brasil, ONG que atua no combate ao trabalho escravo, mercadorias com essa origem são consumidas dentro e fora do Brasil.

"Carne bovina, soja, madeira, carvão vegetal - usado na siderurgia -, produção de frutas, como o cacau, e cana-de-açúcar", enumera Sakamoto, que pesquisa as cadeias produtivas em que é recorrente esse tipo de crime.

Grupo móvel - Quase a totalidade dos flagrantes de trabalho escravo são realizados em operações do grupo móvel de fiscalização do MTE. Além de fiscais do trabalho, participam dessas ações membros do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal.

Em 2008, o grupo fiscalizou 255 fazendas, libertando 4.634 pessoas. Segundo nota divulgada pelo MTE, o trabalho escravo ocorre em "situações de trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho degradante, que significa ausência dos direitos relacionados à saúde e segurança."

Segundo Sakamoto, poucas pessoas vão para a cadeia por cometerem esse tipo de crime, pois praticamente não existem condenações criminais. Há, contudo, algumas sanções econômicas. Além da fiscalização gerar multas, a empresa ou fazendeiro pode entrar para a 'lista suja', deixando de receber financiamento de bancos e agências públicas.

Quem entra para a lista também pode perder os clientes que assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, documento em que empresas se comprometem a não comprar de quem cometeu o crime. "Há também ações civis públicas do Ministério Público do Trabalho", relata o pesquisador. Para sair da lista do governo, os fazendeiros precisam esperar dois anos e pagar todas as dívidas trabalhistas e multas geradas no momento da fiscalização.

Governo reduz verbas para MST - Roldão Arruda e Daniel Bramatti – Estado de São Paulo – Nacional – 13/01/2009

Às vésperas da comemoração de seu aniversário de 25 anos de fundação, o Movimento dos Sem-Terra (MST) enfrenta uma grave seca de recursos públicos. A pior desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu governo, em 2003. A razão disso não está no Palácio do Planalto, que sempre esteve e continua próximo dos sem-terra, nem em qualquer gabinete da Esplanada dos Ministérios. O foco da crise encontra-se a poucos metros dali, no Tribunal de Contas da União (TCU).

Explica-se: as prestações de contas das entidades que constituem a fachada legal do MST, com registro jurídico e condições legais para celebrar convênios com órgãos do governo, têm sido seguidamente rejeitadas pelo TCU. Os problemas dessas contas, segundo os acórdãos do tribunal, variam de notas frias a desvio das finalidades para as quais o dinheiro público foi destinado.

A consequência quase automática de tais irregularidades é a suspensão dos convênios, seguida do fechamento da torneira de onde sai o dinheiro do contribuinte. No ano passado, as quatro principais organizações legais do MST receberam, de janeiro a novembro, R\$ 1,4 milhão para gastar. Foi uma quantia pequena, considerando que só em 2004 essas mesmas entidades tiveram R\$ 13 milhões.

A pior situação é a da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, conhecida pela sigla Anca. Depois de receber quase R\$ 17 milhões entre os anos de 2004 e 2006, a Anca passou os últimos dois anos sem ver nenhum tostão dos cofres públicos, conforme números da Controladoria Geral da União (CGU), que podem ser consultados pela internet no Portal da Transparência.

A Anca é a maior e a mais importante das entidades de fachada legal do MST. Tanto em São Paulo quanto em Brasília, são os seus escritórios que abrigam toda estrutura organizacional do movimento.

O esvaziamento dos cofres dos sem-terra teve origem em 2004, quando se instalou no Congresso a chamada CPI da Terra. Tentou-se na ocasião convocar e responsabilizar líderes do MST por invasões de terra e outras ações consideradas ilegais. Mas, como o movimento não tem estrutura jurídica - nem diretoria e endereço -, a tentativa fracassou.

Em represália, os parlamentares investigaram as entidades que o MST criou ao longo dos anos para negociar convênios e receber verbas tanto de instituições públicas como privadas, no Brasil e do exterior. Só em Brasília, entre ministérios, secretarias e autarquias, chega a 15 o número de instituições que repassam recursos para os sem-terra.

“Foi com esse movimento que começamos a descobrir uma série de irregularidades nos escritórios de fachada do MST”, diz o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), um dos integrantes da CPI, referindo-se a entidades como a Anca, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), o Centro de Capacitação Canudos e outras.

No seu encerramento, em 2006, a CPI recomendou ao TCU que investigasse com maior rigor as contas dessas entidades. E isso tem sido feito.

Só ano passado saíram daquele tribunal quatro acórdãos com condenações às entidades do MST. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a autarquia que se relaciona de forma mais direta com o MST, apareceu em outros quatro acórdãos - justamente por causa de problemas em convênios feitos com as entidades de fachada.

Um desses acórdãos trata de um convênio que destinou R\$ 230 mil para a compra de material didático para a alfabetização de jovens e adultos em assentamentos no Rio Grande do Sul. Os ministros do TCU estranharam o fato de, na prestação de contas, não estar incluída a compra de nenhum livro de matemática, português ou ciências. Por outro lado, existiam vários títulos de Paulo Freire e outros de autores do MST, todos da Expressão Popular, editora pertencente ao movimento. Depois de citar os títulos dos livros, o texto do acórdão constata: “Ora, claramente, esses não são títulos para uso de alfabetizando.”

Festa e invasões devem marcar 25º aniversário - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/01/2009

O fechamento de algumas fontes de recursos públicos não implicou na paralisação do MST, que prepara uma série de invasões para lembrar os 25 anos de sua criação. Também está prevista uma grande festa, no final deste mês, no Rio Grande do Sul. A intenção dos organizadores é levar ao menos três governadores para a comemoração, no município gaúcho de Nonoai - local onde, em 1979, ocorreu a invasão de terra que teria dado origem ao movimento, anos depois.

As atividades do MST prosseguem porque suas fontes de recursos são bastante diversificadas e não envolvem apenas o governo federal. Em vários Estados, as associações e cooperativas de assentados ligados ao movimento também têm celebrado acordos com governos estaduais e municipais.

O movimento também recebe recursos de forma indireta. Um exemplo são os convênios com universidades públicas, para a formação de assentados. O dinheiro é repassado para as instituições de ensino, que contratam professores e criam turmas especiais para atender ao MST.

Os convênios da Anca e da Concrab visam sobretudo a assistência técnica aos assentados. Mas também incluem cursos de valorização da mulher, de divulgação dos ideais da reforma agrária, assistência jurídica e outros.

O MST está organizado em 24 estados. Segundo seus líderes, agrega 130 mil famílias acampadas e 370 mil assentadas. No total seriam 500 mil famílias, cerca de 2 milhões de pessoas. Em artigo divulgado na semana passada nos sites da organização, seu principal líder, João Pedro Stedile, disse que “o MST é fruto da história da concentração fundiária que marca o Brasil desde 1500”.

Rejeição de contas é política, diz entidade – Estado de São Paulo – Nacional – 13/01/2009

Para a diretoria da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), a recusa de suas contas e de outras entidades da reforma agrária pelo TCU não está ligada apenas a questões administrativas. Quem diz isso é o advogado Patrick Mariano, porta-voz da entidade. “Embora estejamos confiantes de que o TCU aprovará as contas da entidade, não podemos deixar de apontar que todos esses processos são fruto de uma ação política e não administrativa. Há um rigor diferenciado na análise dos projetos de entidades que desenvolvem trabalho com a população assentada, na área de educação e produção agrícola, em comparação à complacência enorme com entidades ligadas a setores da classe dominante. É preciso mudar isso.”

Segundo Mariano, a CPI da Terra adotou uma retórica preconceituosa em relação e à reforma agrária e isso influenciou o TCU em alguns casos. “O problema é que as condenações sempre repercutem. Já das absolvições, ninguém fala”, acrescenta, ressaltando que houve convênios aprovados. “A Anca desempenhou papel fundamental na melhoria das condições de vida de trabalhadores rurais, sendo agraciada com vários prêmios internacionais. Esperamos um julgamento justo do TCU e que a atuação conservadora da bancada ruralista não contamine os julgadores.”

Consultado na quarta-feira da semana passada sobre o assunto, o Incra não havia se manifestado até ontem à noite. Uma assessora informou apenas, de modo preliminar, que as entidades ligadas ao MST continuam a receber recursos do governo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário também foi consultado, mas não se manifestou.

Essa não é a primeira vez que as torneiras secam para o MST. Entre 2000 e 2002, o governo do presidente Fernando Henrique cancelou convênios com as entidades de fachada, alegando que o dinheiro era desviado para financiar invasões. No segundo semestre de 2003, uma reportagem do Estado revelou que, discretamente, o governo Lula retomara os convênios. A reportagem deu origem à CPI da Terra.R.A.

Terra sem lei - Celso Ming – Estado de São Paulo – Vida & - 13/01/2009

Vai-se espalhando a percepção de que os bancos e outras instituições que também são chamadas de quase-bancos, estão soltas demais. Assim como deitaram e rolaram nas operações que precipitaram a crise, continuam deitando e rolando com os recursos que vêm recebendo dos bancos centrais e dos Tesouros nacionais.

Domingo, em entrevista à rede ABC News, o presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, declarou que está desapontado com a qualidade de gerenciamento dos primeiros US\$ 350 bilhões de recursos do Programa de Alívio de Ativos Problemáticos (Tarp, na sigla em inglês). Este é o plano de US\$ 700 bilhões do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Paulson, para salvar os bancos. Obama pediu prestação de contas sobre o uso dos recursos.

E ontem, na sede do Banco de Compensações Internacionais (BIS), na Basileia, dirigentes dos bancos centrais nacionais da região do euro criticaram a supervisão bancária do bloco. O problema é tanto de flacidez na fiscalização como de falta de transparência.

Enfim, a questão central é de regulação precária, de fiscalização omissa e de supervisão falha. É um tema que tem sido genericamente tratado como “inexistência de regulação” ou como “terra sem lei”.

Antes, é preciso delimitar os campos. Uma coisa é falta de regulação e outra, bem diferente, falta de supervisão. Não dá para negar que muita coisa está sob a lei da selva. Os bancos de investimento não são considerados bancos e, no entanto, operam no crédito. O Morgan e o Lehman mostraram que essas instituições vinham excessivamente alavancadas. Seus ativos chegavam a 30 ou 40 vezes seu patrimônio líquido (o máximo tolerado pelos Acordos de Basileia é 10 vezes). Não tinham condições de cobrir os rombos se os tomadores de crédito não honrassem seus compromissos, como ocorreu.

E, no entanto, há uma quantidade enorme de subsectores que direta ou indiretamente operam no crédito e, no entanto, não estão regulados: sociedades de crédito imobiliário, fundos de hedge, seguradoras de crédito, agências de avaliação de risco e empresas que trocam grandes volumes de títulos de dívida (commercial papers). Estão também de fora os mercados de derivativos e os paraísos fiscais, que o primeiro-ministro da Inglaterra, Gordon Brown, quer controlados.

A encrenca é mais profunda. Os mercados estão muito globalizados, funcionam à velocidade da luz, 24 horas por dia e, no entanto, as instituições que os deveriam controlar, além de serem excessivamente pulverizadas (há dezenas de organismos de supervisão nos Estados Unidos, por exemplo), têm alcance apenas local. Quem, afinal, deverá fiscalizar um fundo de hedge ou uma seguradora de crédito que opera em 20 mercados diferentes?

Problema igualmente intrincado é o de que nem mesmo a supervisão regular está sendo feita. O Federal Reserve (banco central dos Estados Unidos) deixou que os bancos

americanos fizessem o que fizeram. A Securities and Exchange Commission (SEC) não conseguiu enxergar a lambança que o estelionatário Bernard Madoff armou sob suas pernas. As agências de classificação de risco distribuíram fartamente certificados AAA para títulos que, na verdade, não passavam de fumaça.

Confira - Dureza - Desta vez, o presidente Lula deixou de lado o diagnóstico da “marolinha” e não escondeu que a situação do emprego nos primeiros três meses do ano “é preocupante”.

Mas não dá para saber qual será a força do desemprego no Brasil e até que ponto o consumo interno está rateando.

Ele vem aí - O centro da crise ainda são os Estados Unidos e é de lá que vem a incerteza. Mas muito dessa incerteza pode ser dissipada em prazo relativamente curto se o novo presidente Barack Obama conseguir inspirar confiança. Por isso, seus primeiros cem dias de governo serão decisivos.

Incra defende convênios com 'braços' do MST - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/01/2009

Hackbart diz que governo não tem estrutura nem pessoal para conduzir programas sozinho

O governo não tem estrutura nem pessoal para conduzir, sozinho, programas de assistência técnica e educação em assentamentos da reforma agrária. Por causa disso, os convênios com as entidades não-governamentais que atuam nessa área, a maioria delas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST), continuarão sendo renovados ano a ano, de acordo com as necessidades dos assentados.

Para o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, os problemas que essas entidades hoje enfrentam no Tribunal de Contas da União (TCU) são temporários e devem ser logo resolvidos.

Na terça-feira, reportagem publicada pelo Estado revelou que as irregularidades apontadas pelo órgão nas prestações de contas das entidades do MST provocaram, em 2007 e 2008, a suspensão de vários convênios com o governo e o fechamento das torneiras de recursos públicos. De acordo com Hackbart, esses problemas tiveram origem nas mudanças introduzidas pelo Ministério do Planejamento nos processos de prestação de contas das entidades conveniadas.

“As regras ficaram mais rígidas, para garantir maior transparência, e o TCU vem agindo de acordo com essas regras”, disse o presidente do Incra. “É preciso dar um tempo para as entidades se adaptarem às mudanças.”

Segundo Hackbart, o Incra não financia nenhum tipo de movimento social, nem ocupações de terras, mas sim instituições que desenvolvem programas de assistência técnica, de apoio à agroindústria, educação e outros. Isso faria parte das tradições do Estado brasileiro.

“O Estado sempre manteve parcerias com organizações não-governamentais. Elas são necessárias para a execução de atividades que cabem ao Estado”, acentuou. “Num governo democrático essa parceria precisa aumentar. É uma forma de participação popular. Não podemos nos esquecer de que uma das origens do atual governo foram as organizações sociais - e que por isso elas são hoje parte integrante do governo.”

DESVIO - No Congresso, entre parlamentares da bancada ruralista, existe a suspeita de que parte dos recursos destinados a entidades ligadas ao MST é desviada para gastos com a sustentação de seus militantes e a organização de invasões de terras. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso essa suspeita chegou a provocar a suspensão dos convênios com as entidades ligadas ao movimento.

Para Hackbart, as suspeitas são infundadas: “Todos os convênios são auditados e fiscalizados pelos órgãos de controle. Tudo é feito de forma pública e transparente.”

Os convênios das entidades ligadas ao MST envolvem cerca de 15 ministérios. Entre 2004 e 2005, um total de R\$ 35,4 milhões saiu das torneiras desses órgãos públicos para a cobertura dos convênios.

Pelas contas do MST, chega a 400 o número de cooperativas e associações de assentados ligadas ao movimento. Elas atendem cerca de 370 mil famílias, espalhadas por 24 Estados.

Ainda segundo o MST, os convênios com entidades públicas e privadas na área de educação já teriam permitido a alfabetização de 50 mil jovens e adultos, em 25 anos.

MST perde adeptos e recursos e procura identidade sob Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009

Para especialistas, expansão do Bolsa Família ajudou a esvaziar o movimento, já que a principal razão para adesão é econômica - ONGs ligadas aos sem-terra, que tiveram R\$ 39,9 mi de 2003 até 2006, perderam verba em 2008; acadêmicos veem importância histórica

Sérgio Lima



Mãos de Agenor Vieira, apelidado de parafuso, personagem do livro "Pioneiros do MST"

Após a chegada do PT ao poder em 2002, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) mantém sua importância histórica, mas perdeu adeptos, receitas e, ao comemorar seu aniversário de 25 anos neste mês, busca novas formas de se adaptar ao Brasil da era Lula.

É o que apontam dados levantados pela **Folha** que coincidem com a opiniões de especialistas sobre o tema da reforma agrária no país e no mundo.

O número de famílias invasoras caiu de 65.552, em 2003 -primeiro ano do governo Lula-, para 49.158, em 2007. O de novas famílias acampadas foi de 59.082 para 6.299- menos 89,34%. No período, a ocorrência de invasões oscilou de 391 para 364, afirma a CPT (Comissão da Pastoral da Terra).

"O pessoal, tendo pequenas ajudas, como a do Bolsa Família, não vai se inscrever nos batalhões de luta pela terra", diz dom Tomás Balduino, bispo de Goiás e conselheiro da CPT. De 2003 a 2008, o número de inscrições no Bolsa Família saltou de 3,5 milhões para 11 milhões.

Uma pesquisa feita pelo Datafolha com membros do MST em 1996 já demonstrava que a principal razão para a entrada no movimento era econômica. Para 62% dos entrevistados, a vantagem atribuída ao assentamento era "independência financeira", sendo citados como exemplos "deixar de ser empregado", "poder negociar a própria produção" e "lucros com a venda da produção". Os principais problemas sobre os

assentamentos eram "falta de infraestrutura" (22%), "falta de ajuda do governo" (19%) e "falta de recursos" (10%).

A despeito do momento de transição, o geógrafo da USP Ariovaldo Umbelino diz que o MST ainda é importante. "Com ele, a luta pela reforma agrária ganhou sua dimensão política e passou a se fazer nos fóruns políticos do país. A história dos primeiros anos mostrou a setores da sociedade que só através da luta é que se conseguiria a reforma agrária no Brasil", diz.

Umbelino também vê uma retração do MST e diz que ele passa por uma mudança de discurso, ao colocar a "luta contra o agronegócio" como principal bandeira. "Lula não cumpriu todas as metas [da reforma agrária], menos de 30% da meta foi atingida. O que fica demonstrado nos primeiros anos do governo Lula é que ele fez a opção pelo agronegócio."

O professor da Unesp Bernardo Fernandes afirma que "o papel atual [do MST] é seguir lutando para o desenvolvimento a partir dos paradigmas que defendem o campo como lugar de vida, onde as pessoas possam produzir alimentos saudáveis, recuperando ambientes degradados pela produção monocultora de grande escala."

Para frei Sérgio Görgen, militante desde a criação do MST, o foco do movimento no agronegócio resulta de uma mudança no perfil de seus participantes.

"Hoje o MST mexe com um número significativo de produtores agrícolas e as questões dessa cadeia produtiva estão no movimento". Görgen diz que isso traz a preocupação com empresas transnacionais, como as que "controlam as sementes e insumos", e com questões produtivas mundiais.

Apesar das novas bandeiras do MST, o apoio popular não é expressivo no Brasil. Uma pesquisa feita em 2008 pelo Ibope a pedido da mineradora Vale do Rio Doce, um dos alvos dos sem-terra, mostrou que apenas 31% dos entrevistados diziam confiar no movimento, contra 65% que diziam não confiar.

A desconfiança aumentava quanto maior a escolaridade. Entre os que tinham estudado até a quarta série do ensino fundamental, a confiança era de 35%, e a desconfiança, de 60%. Entre aqueles com ensino superior, a confiança era de 19%, e a desconfiança, de 75%.

Zander Navarro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul diz que o MST "perdeu a razão de ser". "Seria inevitável que a industrialização e a urbanização reduzissem, fortemente, a demanda social por terra em nosso país. É o que ocorre atualmente. Mas há o lado político, ou seja, o formato organizacional autoritário." O professor, no entanto, diz que as invasões são um "instrumento de pressão histórico de trabalhadores rurais sem terra, em todo o mundo" e que as realizadas pelo MST são, em geral, pacíficas e não produzem danos materiais consideráveis.

Financiamento - O governo Lula repassou apenas R\$ 1,4 milhão às principais entidades ligadas ao MST em 2008, segundo dados do Siafi. O número é muito diferente daquele registrado no primeiro mandato do petista. Entre 2003 e 2006, foram R\$ 39,9 milhões repassados às três principais ONGs ligadas ao MST. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foram R\$ 9,6 milhões.

Historicamente, as ONGs Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) e Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) são apontadas como as que têm maiores ligações com o MST.

O movimento, porém, diz que nunca recebeu dinheiro de nenhum governo e que se sustenta com "a ajuda dos próprios trabalhadores acampados e assentados, com a solidariedade da sociedade brasileira e com o apoio solidário de entidades e comitês de amigos no exterior, que acreditam nas experiências do MST". **(FERNANDO BARROS DE MELLO, JOSÉ ALBERTO BOMBIG e ANA FLOR)**

Governo assentou famílias longe das bases tradicionais – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009

Entre 2003 e 2007, 68,5% dos sem-terra foram assentados na Amazônia Legal, distante das regiões Sul, Sudeste e Nordeste - Segundo Dataluta, apenas 4% das invasões foram na região Norte; para geógrafo, "essência" do movimento impede ações na Amazônia

Quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente, no final de 2002, trabalhadores rurais sem terra, em especial do MST, ergueram às pressas acampamentos pelo Brasil afora na expectativa de que a reforma agrária com "uma canetada só", como prometera o petista, enfim aconteceria.

O número de famílias à espera de um lote de terra saltou de 60 mil, no final de 2002, para 150 mil, em meados de 2003.

Revelada com essa corrida aos acampamentos, a esperança dos sem-terra se transformou em frustração: o governo federal priorizou o assentamento de famílias na região amazônica, bem distante das bases do movimento, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, principalmente.

Dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) obtidos pela **Folha** revelam que, das 448,9 mil famílias que o governo petista diz ter assentado entre 2003 e 2007, 307,5 mil (68,5%) foram beneficiadas em projetos na Amazônia Legal (região Norte, além de Mato Grosso e parte do Maranhão).

O Pará foi o Estado com o maior número de assentados, com 136,2 mil famílias, o equivalente a 30% do total do país. A dinâmica atinge em cheio o movimento, com argumentos enfraquecidos para convencer os militantes a esperar um lote de terra. Na Amazônia Legal estão apenas 26% (59 mil) das 225 mil famílias acampadas.

A estratégia de encaixar famílias na Amazônia foi motivada, em parte, pelo avanço do preço da terra (lá existem muitas terras públicas federais disponíveis) e o fato de o governo manter na gaveta desde 2005 uma portaria que atualiza índices de produtividade usados na vistoria de imóveis rurais passíveis de desapropriação.

Como os índices em vigor estão defasados -os números usados são de 1975-, o fazendeiro tem mais facilidade para atingi-lo e, portanto, livrar-se da desapropriação da área pela improdutividade. Com novos índices, avalia o Incra, cresceria o número de imóveis desapropriados no Sul e Sudeste.

A colocação de famílias na Amazônia, onde a infraestrutura e as estradas são precárias, teve como pano de fundo a busca pelo cumprimento das metas oficiais de assentamento. Lula repetiu os métodos do governo Fernando Henrique Cardoso e inflou os balanços de assentados com a inclusão de famílias que já estavam na terra, além de ter reconhecido como da União projetos de assentamentos criados por governos estaduais. Outra artimanha foi substituir o termo "famílias assentadas" por "famílias com acesso à terra", para que os beneficiados pudessem ser somados aos incluídos nos projetos clássicos da reforma.

Realidades distintas - Um dos principais especialistas em MST no país, o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), afirma que a "essência" do movimento impede sua entrada na Amazônia.

Das 2.190 invasões de terra organizadas pelo MST entre 2000 e 2007, apenas 91 (4%) ocorreram no Norte do país, de acordo com o Dataluta, banco de dados sobre invasões de terra idealizado e coordenado por Fernandes no departamento de geografia da Unesp. "Uma das razões para se compreender as dificuldades do MST para se organizar em alguns Estados da Amazônia está na sua essência. A origem do MST está na luta daqueles que foram expropriados da terra. São famílias que acreditam no desenvolvimento da agricultura camponesa e são contra o modelo monocultor agroexportador, que veio a ser denominado de agronegócio", diz.

Ainda de acordo com o Dataluta -que reúne dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e da Ouvidoria Agrária Nacional, entre outras instituições- das 4.003 invasões no país entre 2000 e 2007, 2.190 foram do MST (55%).

Sobre a dificuldade de o movimento atuar na região Norte, Fernandes destaca a realidade local e a atuação de outros movimentos sociais. O MST não está organizado no Acre, Amapá e Amazonas, e atua de forma tímida no Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima. "Nesses Estados predominam as lutas de posseiros de resistência na terra. Outra razão da modesta atuação do MST é a forte atuação de outros movimentos camponeses", diz o geógrafo.

**Terra produtiva cresce, mas maior parte continua com poucos – Benites Afonso –
Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009**

Mesmo com o aumento na quantidade de assentamentos rurais e a atuação dos movimentos sociais para que o governo crie novos projetos, a maior parte das terras ainda permanece nas mãos de grandes agropecuaristas.

Os últimos dados do Dataluta (banco de dados da luta pela terra) apontam que entre 1992 e 2003, período que consta do último censo agropecuário divulgado pelo IBGE, a área usada para a agricultura e pecuária no país aumentou de 310 milhões de hectares para 418 milhões. No entanto, ela está concentrada nas mãos de um grupo menor de pessoas.

Enquanto em 1992 existiam 2,9 milhões de propriedades rurais com mais de 2.000 hectares, em 2003, esse número saltou para 4,2 milhões, um crescimento de 73%. Por outro lado, a quantidade de propriedades consideradas médias e pequenas (inferiores a 2.000 hectares) registrou aumento de 46%.

A extensão da fronteira agrícola, a mecanização das atividades rurais e a expulsão dos trabalhadores do campo são alguns dos fatores que, segundo o coordenador-adjunto do Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas em Reforma Agrária da Unesp, Clifford Andrew Welch, contribuíram para aumentar a concentração de terras.

Para o pesquisador, o governo brasileiro tem falhado no processo de reforma agrária. "Como ainda há milhões de famílias querendo terra, pode-se dizer que o que se chama de reforma agrária hoje é um tipo de programa de assistência social sem o apoio suficiente para realmente viabilizar o pequeno agricultor", analisa.

O cenário poderia ser pior se os movimentos sociais não pressionassem o governo para que mais famílias fossem assentadas, avalia Welch.

"Falamos que a reforma agrária nunca houve e, sem os movimentos, não teria nem 20% das pessoas assentadas como estão hoje. Muito do que foi conseguido em termos de criação de assentamentos é devido a mobilização dos movimentos sociais, como o MST", afirma o pesquisador.

Nos últimos 30 anos, 7.841 assentamentos foram criados, conforme os dados do Dataluta. Em média, o governo federal instituiu 261 projetos por ano no período. No entanto, entre 1979 e 1984, ano em que surgiu o MST, a quantidade de assentados era bem menor. Durante esse período, foram instituídos 528 novos projetos rurais para pequenos agricultores, uma média anual de 105.

MST diz que não precisa de CNPJ para fazer reforma – Cláudio Dantas Sequeira –
Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009

Sem o registro jurídico, movimento não é afetado legalmente por denúncias ou ações - Segundo advogado da CPT, a característica do MST é não ter personalidade jurídica, como o movimento garimpeiro ou ruralista

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) diz que não precisa ter CNPJ para empunhar a bandeira da reforma agrária, pois é "um movimento social de massa". "Os brasileiros que lutaram contra a escravidão, pela criação da Petrobras, pelas reformas de base e pelas Diretas-Já não precisaram de registro jurídico para sair às ruas", afirma a coordenação nacional do MST. Sem personalidade jurídica, o movimento não é afetado legalmente por denúncias, processos ou cobranças judiciais.

Não surtiu efeito, por exemplo, a tentativa do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul de dissolver o movimento. O conselho aprovou, em 2007, relatório do promotor Gilberto Thums propondo ação civil pública para declarar o MST ilegal. "Como não tem CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica], não deu para extingui-lo. Minha ideia era parecida com a de dissolver a Mancha Verde [torcida organizada do Palmeiras extinta pela Justiça em 1996], mas não consegui", disse à **Folha**.

O promotor, no entanto, comemora "algumas vitórias". "Conseguimos desativar dois acampamentos com mais de 400 acampados, criamos um cadastro dos integrantes do MST e proibimos o uso de foices em marchas." Thums defende a caracterização do MST como "personalidade judiciária", pela qual o movimento poderia figurar como autor ou réu em processos. Para o MST, o objetivo de Thums é criminalizar os movimentos sociais. "A característica do movimento é não ter personalidade jurídica, como o movimento garimpeiro ou ruralista. As críticas são parte de um processo de perseguição da direita", diz o advogado José Batista Afonso, da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Apoio da sociedade mantém MST atuante, afirma Stedile – Folha de São Paulo – Brasil
– 18/01/2009

Economista diz que, para 2010, sem-terra querem governo "mais à esquerda" do que Lula - Coordenador do movimento afirma que mobilização em invasões diminuiu porque reforma agrária está parada, e ações do Incra, mais lentas

Em entrevista à **Folha**, o economista João Pedro Stedile, 58, coordenador nacional do MST, disse que, sem o apoio da sociedade nesses 25 anos, o movimento teria acabado. Para 2010, afirmou, os sem-terra esperam a eleição de um governo "mais à esquerda" do que a atual gestão de Lula. (EDUARDO SCOLESE)

FOLHA - Quando o MST foi criado, em 1984, o sr. imaginava que o movimento chegaria aos 25 anos? Quais foram os momentos mais difíceis nessa trajetória?

JOÃO PEDRO STEDILE - Estávamos apenas preocupados em construir um processo unificado de luta pela reforma agrária. Nesses anos, vivemos muitos momentos difíceis. Os piores foram os dois anos do governo Collor [1990-1992] e, depois, os últimos dois anos do governo FHC [2001 e 2002].

FOLHA - *E os méritos?*

STEDILE - Mais de 500 mil famílias foram assentadas. Essas famílias resolveram seus problemas fundamentais, como trabalho, casa e educação para os filhos. Infelizmente, nem todos conseguiram resolver seus problemas de renda.

FOLHA - *Por conta de seu novo foco, contra o agronegócio, e da decepção com o governo Lula, o MST passa pelo momento mais delicado?*

STEDILE - Não fomos nós que mudamos, mas o foco do capital na agricultura. A reforma agrária foi bloqueada dentro do neoliberalismo, o que politizou a realidade do campo e o MST. Já tivemos momentos mais ou tão delicados como o atual.

FOLHA - *O MST e seus militantes parecem bem mais silenciosos. A consolidação do Bolsa Família contribuiu para enfraquecê-lo?*

STEDILE - A imprensa brasileira é que nos silenciou, embora não tenhamos parado de falar. O Bolsa Família é uma política para diminuir a fome de milhares de brasileiros, que estão na miséria e não fazem lutas. Não é a base social do MST. A mobilização em ocupações massivas diminuiu porque a reforma agrária está parada, e as ações do Incra, mais demoradas. As famílias ficam desanimadas.

FOLHA - *Pesquisas de opinião mostram que os brasileiros são favoráveis à reforma agrária, mas contrários às invasões e à destruição de laboratórios e plantações. O apoio da sociedade interessa ao MST?*

STEDILE - O apoio da sociedade ao MST e à reforma agrária continua muito forte. Se não fosse esse suporte, o MST já teria desaparecido.

FOLHA - *Alguns analistas dizem que o eventual retorno de um governo de oposição ao atual faria bem ao MST, pois o movimento não ficaria mais nessa "sinuca de bico" entre atacar ou não um governo aliado. O sr. concorda?*

STEDILE - É uma leitura equivocada. Nós sempre votamos em candidatos progressistas e, de preferência, de esquerda.

Queremos que o próximo governo seja mais à esquerda do que o governo Lula, que foi um governo de composição política. Mesmo assim, vamos seguir a nossa política histórica de manutenção da autonomia em relação aos governos.

Para ruralistas, o movimento perdeu espaço – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009

Ao falar sobre os 25 anos do MST, representantes de entidades e da bancada ruralista no Congresso consideram que o movimento perdeu espaço na sociedade e criticam o fato de ele não existir juridicamente, o que, segundo eles, impede a prisão de seus dirigentes.

Para Cesário Ramalho da Silva, presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira), o MST perdeu espaço muito por conta da evolução da agricultura. "Perdeu o foco, perdeu a razão de ser. O MST é produto de uma sociedade que estava desorganizada. É produto de um desemprego que existia, é produto da falta de crescimento que o país teve e que deixou de oferecer os empregos adequados às pessoas. Então criou-se um movimento social, que você até pode justificar, só que a forma de atuar deles atrasou o país", afirma.

João Bosco Leal, presidente do MNP (Movimento Nacional dos Produtores), em meio a uma série de críticas ao movimento, consegue encontrar um único ponto positivo: o de ter inibido a ação dos especuladores da terra. "Esse movimento trouxe destruição, baderna, ilegalidade, criminalização. Agora eu realmente penso que muita gente que estava no campo com uma propriedade só para valorizá-la, esse cara ou vendeu a sua propriedade para sair fora ou fez a sua propriedade produzir para não perdê-la", diz: "Esse movimento provocou isso. Foi positivo, não posso negar". Principal entidade sindical do campo, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) diz que os sem-terra têm promovido "chantagem política" e que a reforma agrária tornou-se uma "assombração viva" para os produtores rurais.

"Vista inicialmente como apelo social, [a reforma agrária] tornou-se uma assombração viva e perturbadora da produção da paz", disse a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) em sua posse na CNA no mês passado.

Um dos líderes dos ruralistas no Congresso, o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) critica a falta de CNPJ do MST. "Até hoje eles não constituíram uma entidade. São pessoas que se resguardam na clandestinidade. São pessoas que atacam, invadem e destroem e simplesmente não sofrem as penalidades da lei. Isso dá a eles um conforto inimaginável", diz.

O movimento não tem CNPJ nem direção legalmente constituída, numa estratégia de blindagem bolada desde sua criação.

"O cidadão é recebido pelo presidente, participa de planos de governo e não se preocupa em seguir as normas", completa Caiado, fundador, nos anos 80, da UDR (União Democrática Ruralista), criada para barrar a reforma agrária. **(EDUARDO SCOLESE)**

Fundadores do MST contam como nasceu o movimento – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2008

Barulhento, muitas vezes violento, odiado por uns, idolatrado por outros e enraizado como um dos principais atores políticos do país, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foi criado em 20 de janeiro de 1984 e, um ano depois, no primeiro congresso dos sem-terra, elegeu a sua primeira direção nacional.

Esse primeiro comando dos sem-terra se formou com 18 homens e duas mulheres. Eles e elas representavam os dez Estados nos quais o movimento estava organizado (RS, SC, PR, MS, SP, RJ, MG, ES, BA e RO) e traziam consigo histórias de infância e trabalho na roça, pouco estudo, migrações e, principalmente, militância em sindicatos e em pastorais católicas.

No ano passado, o repórter Eduardo Scolese e o repórter-fotográfico Sérgio Lima, ambos da Sucursal de Brasília da **Folha**, buscaram localizar e contar a história desse grupo.

No caminho, descobriram o paradeiro de 17 deles, sendo dois mortos e um que preferiu não dar entrevista. Entre os 14 personagens há casos semelhantes e inusitados, como dos que largaram o movimento por conta da família e dos que, por outro lado, sacrificaram a família por conta da militância. Há um ex-diretor do MST agora caminhoneiro, um que virou frentista e um hoje assessor do Planalto. O resultado completo desse projeto aparece no livro "Pioneiros do MST - Caminhos e Descaminhos de Homens e Mulheres que Criaram o Movimento", da editora Record, que estará na semana que vem nas livrarias. A seguir, leia trechos do livro e da trajetória de alguns desses personagens.

INFÂNCIA - Osvaldo [Xavier] começou a trabalhar aos seis anos de idade. De terça a domingo, era acordado pela mãe às 2h para ajudar na fabricação de farinha. Os irmãos mais novos, com 5, 4 e 3 anos, também ajudavam.

Somente o irmão de dois anos era poupado do serviço. Do quarto das crianças à casa de farinha eram cerca de 100 metros. A mãe caminhava na frente, para acender o fogo. Os filhos ajudavam a esfarelar pedaços de mandioca. Apertavam com as mãos até que a massa ficasse solta o suficiente para passar numa peneira. Enquanto isso, o pai cozinhava pacientemente a massa em fogo brando. Às 4h as crianças podiam descansar um pouco. Deitavam ali mesmo, num canto da casa de farinha, em cima de couros de boi usados como esteira. O cochilo era rápido. Duas horas depois tinham de ajudar o pai a puxar os burros para arar a terra e carregar sacos de farinha.

Às segundas-feiras Osvaldo conseguia dormir até mais tarde. Acordava às seis da manhã para ajudar o pai a levar os sacos de farinha ao vilarejo mais próximo. Até o meio-dia, eram duas viagens, num total de 8 quilômetros segurando o cabresto de um burro. Até então, Osvaldo nunca tinha visto um professor. Nunca tinha visto um médico. Os irmãos e as irmãs nasciam nas mãos de parteiras da comunidade.

MILITÂNCIA x FAMÍLIA - Líder nacional do MST, Geraldo [dos Santos] tinha um lote absolutamente improdutivo. Viajava pelo Brasil divulgando a teoria de produção e a organização do movimento, enquanto a sua prática era um desastre.

Os 22 hectares de terra estavam cobertos de capoeira, um tipo de vegetação duro de ser arrancado. O pouco de milho e de feijão plantados havia acabado. Duas vacas soltas no lote garantiam pelo menos o leite das duas meninas.

O local onde Geraldo, a mulher e as filhas dormiam não poderia ser chamado de uma casa convencional. Era um galpãozinho de madeira, parte assoalhada e parte de chão. À noite, a família ficava junta num canto, protegendo-se do frio; outro canto era reservado a um amontoado de milho.

Enquanto isso, Eloni [mulher de Geraldo] via as condições mais favoráveis das demais famílias do assentamento e enxergava também a dominação do marido pelas atividades do movimento. A compreensão dela com aquela rotina estava no limite. Mal conseguia alimentar as filhas. Roupas novas nem pensar. Um dia ela estourou. Longe das crianças, chamou Geraldo para uma conversa e colocou as cartas na mesa: "Se continuar assim, eu vou dar outro jeito. Largue um pouco a luta, se defina, senão vou tomar o meu rumo".

INVASÃO DE TERRA - Naquele fim de tarde chuvoso, dirigindo uma Kombi emprestada pela igreja por 12 municípios vizinhos de Três Passos, [Darci Maschio] enfrentou estradas enlameadas para avisar um a um os líderes sem-terra, sindicalistas e assessores da Pastoral da Terra.

Cada um deles teria a tarefa de avisar as demais famílias locais interessadas em participar da ação.

Curto e grosso, efeito da pressão de coordenar uma ação daquele tamanho, Darci pediu que cada um desses emissários enchesse as carrocerias dos caminhões com colonos e, por volta das dez da noite, estivesse estacionado no trevo de saída para Três Passos e Santa Rosa. De dez em dez, os caminhões partiriam em comboios para a Annoni, uma área cujo processo de desapropriação estava travado na Justiça desde 1975, e que se tornou emblemática para o movimento.

Darci ainda deu outra orientação: "Se a fileira com dez caminhões for interceptada em alguma barreira da polícia rodoviária, saltem imediatamente das carrocerias e ergam ali mesmo o acampamento".

TÁTICAS - "E aí, dom José [Gomes], como é que está o tempo?"

"O tempo está bom, Chicão [Dal Chiavon]. Está estrelado, tudo bem", respondeu o bispo [de Chapecó], com voz baixa, demonstrando preocupação com os riscos daquelas ações.

Ainda hoje o sigilo de uma ocupação é fundamental para seu o sucesso. Naquele tempo era primordial. O país acabava de sair de uma ditadura, e os órgãos de repressão ainda estavam com as estruturas de alerta atuantes. Por isso, falar em código era mais do que uma simples precaução. Uma pergunta sobre as condições do tempo, por exemplo, era uma forma de buscar novidades da organização dos sem-terra para as ações. Uma resposta de céu estrelado era sinal de que as coisas caminhavam conforme o combinado. Naquele telefonema [em 1985], o que Chicão menos queria ouvir era uma resposta de tempo ruim.

AMEAÇAS DE MORTE - A viagem começou em silêncio. Santana [Grasseli] não tirava os olhos da janela. Até então, não tinha motivos para desconfiar daquele rapaz sentado no banco ao lado. Alguns minutos se passaram, e o rapaz se levantou. Ao contrário do que faria qualquer passageiro, ele não seguiu em direção ao motorista para solicitar a parada. Ficou de pé, com o corpo virado na direção de Santana.

Angustiada, Santina tirou os olhos da janela e ouviu, pela primeira vez, a voz daquele homem: "Você não tem medo do que anda fazendo por aí?" A resposta de Santina foi para desconversar. "Não sei do que você está falando."

Mas o rapaz foi mais direto. "Sou bem informado, e é bom você lembrar que tem filhos pequenos." Santina se manteve imóvel e ouviu um último recado. "A gente se encontra." O rapaz desembarcou no primeiro povoado, e Santina nunca mais viu o rosto do qual nunca se esqueceu.

ASSENTAMENTO - Olinda [Maria de Oliveira] retornou à Bahia em março de 1999. Deixou a mudança na casa de familiares em Santa Maria da Vitória e percorreu outros 140 quilômetros para visitar o lote de terra, em Sítio do Mato, no assentamento Reunidas José de Rosa, uma homenagem dos sem-terra a Zeca de Rosa. A primeira impressão foi péssima. Com dois anos na terra, as famílias estavam todas ainda no meio do mato e debaixo de barracos de lona preta. A área, uma antiga fazenda de 2.700 hectares devastada por um padre serralheiro, já estava devidamente desapropriada desde dezembro de 1997, restando apenas a liberação dos créditos de instalação. Um fio de arrependimento passou perto de Olinda, mas ela tratou logo de se ajeitar por lá. Enquanto construía seu barraco, passou alguns dias instalada na única casinha de alvenaria do assentamento. Com a chegada de Olinda, esse abrigo se transformou numa escolinha.

VIOLÊNCIA - Sem chamar a atenção da polícia e dos demais acampados, Parafuso [Agnor Bicalho Vieira] recolheu os documentos e algumas peças de roupa de Dirceu [jovem que acabara de matar um fazendeiro] e correu de volta ao matagal daquela fazenda de 2.200 hectares.

Lá, sacou do bolso 250 cruzeiros e entregou tudo a Dirceu. Pediu que ele se acalmasse e seguisse pelos fundos da fazenda, até cair na primeira rodovia. De lá, pegaria carona até a rodoviária de Joinville e, depois, um ônibus direto para São Paulo. "Guarda esse endereço. É o da secretaria do MST lá em São Paulo. Eles vão te ajudar..."

Agora se manda."

Dirceu sumiu no meio do mato. Parafuso telefonou no mesmo dia para São Paulo e passou as coordenadas daquele jovem sem-terra. Da capital paulista, Dirceu foi enviado pelo movimento ao Pontal do Paranapanema, foco de conflitos de terra no extremo oeste do Estado, onde mudou de nome, virou assentado da reforma agrária, casou e teve filhos.

PÓS-MST - Santos [Luiz Silva] está lá [na empresa de transporte] desde o início de 2006. Com a carteira de trabalho assinada, o ex-motorista de trator, de ônibus escolar e até de ambulância agora comanda um Mercedes-Benz branco, com seis cilindros e dois eixos traseiros. São pelo menos três viagens por mês. Os destinos mais comuns são Brasília, Goiânia e Campo Grande, com a carroceria baú carregada de produtos eletrônicos, eletrodomésticos, medicamentos ou algum tipo de veneno. A viagem mais longa de Santos foi a Alta Floresta, na Amazônia mato-grossense. Foram dez dias longe da família, para levar veneno de matar formiga a uma fazenda no meio da selva, a 2.500 quilômetros de São Paulo.

Santos não se queixa. Não compara essas viagens com aquelas que fazia em tempos de executiva do MST. Agora, uma semana distante da mulher, dos filhos e do neto é como uma obrigação, parte de um serviço que sempre quis fazer. A cada viagem, os trocados restantes das diárias se transformam em alguns retoques a mais na casinha do Parque Imperial.

Aos 25 anos, MST perde base e se afasta do PT - Soraya Aggege – O Globo – Nacional – 18/01/2009

SÃO PAULO. Depois de perder terreno no meio rural, o MST faz 25 anos com os pés no asfalto.

Com seu exército de semterras reduzido em 40% nos últimos cinco anos, o movimento esticou a bandeira para outros temas: quer aproveitar a crise econômica para arregimentar massas urbanas e ajudar a fomentar greves. E já decidiu que, em 2010, não pedirá votos para o PT, seu tradicional aliado.

Há cerca de um ano, João Pedro Stédile, um dos líderes do movimento, já admitia que o modelo de reforma agrária defendido pelo MST estava esgotado.

Para ele, a vitória do agronegócio no campo obriga o MST a buscar novas bandeiras, como a recuperação da indústria nacional e a defesa de uma nova receita de desenvolvimento.

Os novos rumos serão discutidos por 1.500 líderes do movimento em Sarandi (RS), entre os dias 20 e 23 deste mês, no 13º Encontro Nacional do MST, véspera do aniversário.

— Muita coisa mudou. O MST também. Não se trata apenas do camponês e do antigo modelo de reforma agrária.

A população urbana precisa ser um agente ou nunca teremos a reforma agrária — afirma Egídio Brunetto, da direção nacional do MST.

Segundo ele, o MST não apoiará o PT em 2010: — Trata-se de um governo eleito sob a bandeira da reforma agrária e que nada fez por ela. Não sustenta a própria palavra.

Não apoiaremos a sucessão de Lula em 2010. Óbvio que não somos uma caixa cheia de pessoas iguais. Cada militante tem seu voto. Mas não vamos orientar em favor do PT — afirmou Brunetto.

MST foi processado mais de 600 vezes – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 19/01/2009

Foram centenas de invasões de propriedades rurais, saques a caminhões e protestos em órgãos públicos nos 25 anos de história do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), completados nesta semana. As estratégias teriam forçado o governo a assentar cerca de 370 mil famílias, segundo cálculo da entidade.

O MST pagou um preço, com 31 mortos e mais de 600 processos judiciais contra cerca de 1.500 militantes tornados réus ou candidatos a réus na Justiça em praticamente todos os Estados. Como o MST não existe juridicamente, as ações atingem seus coordenadores.

Dos principais nomes, poucos escaparam de alguma medida judicial. José Rainha Júnior, hoje desligado da entidade, respondeu a cerca de 47 processos, segundo a assessoria jurídica do MST, incluindo a acusação de homicídio de um policial, pela qual Rainha foi absolvido, no Espírito Santo.

O economista João Pedro Stédile responde hoje a um processo aberto com base na Lei de Segurança Nacional, criada na ditadura militar.

Mesmo longe do ato, Stédile foi denunciado pelo Ministério Público de Barra do Barreiro (RS) por suposta participação na destruição de 1 milhão de mudas de eucaliptos e dos laboratórios da Aracruz Celulose, em março de 2006, feita por mulheres da Via Campesina.

A denúncia do Ministério Público reconhece a ausência de Stédile. "O denunciado João Pedro Stédile, em que pese não ter sido comprovada sua presença no local dos fatos, exerceu função decisiva no planejamento e na execução do crime, na medida em que estimulou os demais denunciados à prática do delito (participação moral)."

"Dissolução" - A acusação contra Stédile é parte de um recente movimento judicial de "criminalização do MST", segundo acreditam os advogados da entidade. Para o assessor jurídico Juvelino Strozake, setores do Ministério Público e do Judiciário de primeira instância buscam a "dissolução" da entidade, como a pedida no ano passado pelo Ministério Público gaúcho.

"Cabe ao Ministério Público agir AGORA [sic]. "Quebrar a espinha dorsal do MST." O momento é histórico e se constitui no maior desafio já apresentado à instituição pós-1988: a defesa da democracia. Não importa o desgaste eventual aos simpatizantes do movimento", escreveu o relator do caso no conselho do Ministério Público gaúcho, Gilberto Thums.

Os promotores tiveram como apoio um relatório do coronel Waldir João Reis Cerutti, da Brigada Militar gaúcha. Citando "fontes de inteligência" não identificadas, o relatório diz que o MST pretende promover no norte do Estado um suposto "controle territorial branco tão lucrativamente adotado pelas [guerrilhas comunistas] Farc na Colômbia".

O MST recorreu e fez uma campanha contra a acusação. Segundo Strozake, promotores de Justiça, delegados de polícia e juízes passaram a recorrer a uma teoria que nasceu na Alemanha no final dos anos 30, o "domínio do fato". Por esse raciocínio, passam a acusar os líderes sem-terra mesmo que não estejam no local dos fatos. São acusados de "planejar", "fomentar" ou "organizar" os atos.

Segundo Strozake, a tese tem sido derrotada nas instâncias superiores do Judiciário.

Em contrapartida, dos 31 crimes contra militantes do MST desde sua criação, nenhum acusado de crime de mando está preso. O MST registrou 21 mortes no Pará - incluindo o massacre de Eldorado do Carajás-, cinco em Minas, em Felisburgo, e cinco no Paraná.

Por outro lado, seis integrantes do MST foram acusados pelo assassinato, em 1990, do cabo da Brigada Militar Valdeci de Abreu Lopes durante uma passeata em Porto Alegre. Os acusados cumpriram pena de seis anos de reclusão.

Presos - Os sem-terra detidos por participarem de invasões de terra são obrigados a dividir celas com traficantes, assaltantes, estupradores. Um dos líderes do MST no Pontal do Paranapanema (SP), Felinto Procópio, 41, preso duas vezes, passou oito meses em cinco penitenciárias e cadeias. O juiz disse que a prisão era necessária para "preservação da ordem pública". Procópio ficou dez dias no RDD, o regime de isolamento mais duro das penitenciárias brasileiras e que é aplicado a acusados de crimes graves, como líderes do PCC (Primeiro Comando da Capital). "Você vira um réu "vitalício". Em todos os processos seu nome é citado, assim você fica eternamente sendo chamado e envolvido nos processos", disse Procópio.

Encontro deve ter tom crítico ao governo Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 19/01/2009

O MST dá início hoje, em Sarandi (333 km de Porto Alegre), ao seu encontro nacional. Segundo a direção, 1.300 delegados de 24 Estados vão deliberar sobre os rumos do movimento nos próximos anos. A atmosfera do encontro, que termina no dia 24, deve ser permeada por um tom crítico ao governo Lula. Entre 2003 e 2007, o governo diz ter assentado 448,9 mil famílias -menos que a meta de 540 mil.

Uma das cobranças do MST é a atualização dos índices de produtividade usados nas vistorias de fazendas passíveis de desapropriação. Em vigor desde 1975, apesar dos ganhos de produtividade no período, os atuais índices defasados são um complicador para a desapropriação de imóveis improdutivos.

O MST também espera reafirmar sua oposição ao modelo de produção baseado em grandes extensões de terra. "A reforma agrária saiu da pauta porque se criou a ilusão de que todos os nossos problemas seriam resolvidos com o agronegócio, o que se mostrou falso", diz João Paulo Rodrigues, da direção do MST. **(GRACILIANO ROCHA)**

Movimento ficou conhecido após massacre no Pará – Estado de São Paulo – Brasil – 19/01/2009

O MST nasceu nas regiões Sul e Sudeste, ganhou corpo no Nordeste, avançou no Centro-Oeste, mas o fato que o tornou conhecido no Brasil e no exterior ocorreu no Norte, palco de conflitos e de pessoas nada ou pouco ligadas à origem do movimento.

Em 17 de abril de 1996, no sudeste do Pará, integrantes do MST que participavam de uma marcha foram encurralados por policiais militares nos dois sentidos de uma rodovia e se transformaram em vítimas do massacre de Eldorado do Carajás.

O saldo foi de 19 sem-terra assassinados e outros 69 feridos. O movimento ganhou nome, e a reforma agrária, simpatizantes. A essência do episódio, no entanto, tinha pouco das raízes do movimento e do tipo de conflito ao qual estava acostumado.

No Norte, onde o MST mal está organizado, grilagem, madeireiros, trabalhadores escravos e ex-garimpeiros integram o cenário. Os militantes que preenchiam aquela marcha eram quase todos ex-garimpeiros, a maioria migrantes maranhenses. Homens e mulheres que encontraram no movimento uma expectativa de dias melhores em meio ao fechamento de Serra Pelada e ao fim da corrida pelo ouro.

Um perfil absolutamente diferente da base de origem ao movimento, dos "colonos" sulistas, dos "trabalhadores rurais" paulistas e dos "lavradores" nordestinos. Em geral, sem-terra desempregados pela mecanização agrícola ou "expulsos" de pequenas propriedades devido ao crescimento familiar.

Violência real - Segundo dados da Comissão da Pastoral da Terra tabulados pela Folha, 60% dos assassinatos no campo estão concentrados na Amazônia Legal (Estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão). Entre 1985 e 2007, dos 1.508 assassinatos motivados por conflitos fundiários, 905 ocorreram nessa região. O Pará lidera a lista, com 30% das mortes no país.

Uma prova de que o MST está distante da chamada "violência real" é que, das 2.190 invasões entre 2000 e 2007, 153 (7%) ocorreram na Amazônia Legal, sendo 59 (4%) no Pará. "Os conflitos do Sul e do Sudeste, onde têm a atuação do MST, são mais organizados e normalmente focam muito a improdutividade das fazendas. Eles planejam muito bem", afirma Ailson Machado, assessor de mediação de conflitos agrários da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. "Já os conflitos no Norte do país são muito desorganizados e contêm uma variedade muito grande do perfil de pessoas."
(EDUARDO SCOLESE)

Governo veta festa na periferia durante Fórum Social no Pará – João Carlos Magalhães
– Folha de São Paulo – Brasil – 19/01/2009

O governo do Pará proibiu a realização de festas em seis bairros da periferia de Belém (PA) enquanto durar o Fórum Social Mundial -que começa no próximo dia 27.

A portaria começa a valer hoje e vai até o dia 2 de fevereiro, quando o encontro já estará terminado. Ela também proíbe o funcionamento de bares depois das 22h nessas áreas. A justificativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública para a proibição é que esses bairros têm índices de violência "críticos" e estão no entorno dos dois principais pontos de eventos do fórum -os campi da UFPA (Universidade Federal do Pará) e da UEPA (Universidade do Estado do Pará).

A restrição cita especificamente as festas de "aparelhagens", apelido de equipes que tocam em geral tecnobrega (mistura do antigo brega com elementos eletrônicos) em grandes sistemas de som.

A cena musical, uma invenção paraense, atraiu o interesse de acadêmicos, que veem nas "aparelhagens" um modelo de produção inovador, em que o artista "pirateia" seu próprio trabalho, distribui as músicas gratuitamente a camelôs e ganha dinheiro com shows, e não com os direitos autorais. "Isso nada mais é do que um grande preconceito", disse Raimundo Orlando Corrêa, o Dinho, DJ da equipe Tupinambá, uma das mais famosas de Belém. "Será que vão proibir as festas no fórum também? Claro que não, porque lá vai estar o filho do doutor, do advogado. A violência não está nas festas, está nas ruas", afirmou.

A secretaria disse que a ideia é "prevenir ocorrências, como brigas, tumultos e poluição sonora, que possam gerar transtornos à ordem pública", e negou haver preconceito. A portaria faz parte do plano do governo estadual de coibir a violência durante o fórum. Além de um investimento de mais de R\$ 50 milhões em equipamento, carros e pessoal, a polícia paraense terá também o reforço de 300 homens da Força Nacional de Segurança -alguns deles já patrulhando os bairros alvos da proibição.

Para Manoel Machado, presidente da Apasepa (Associação das Aparelhagens Sonoras do Estado do Pará), a perda é "financeira", em torno de R\$ 200 mil, e "cultural". "Eles [policiais] dizem que o bandido rouba e depois gasta nas festas. Mas isso é um preconceito antigo. No Pará, o que é do povo não é cultura", disse. Procurada, a organização do fórum não se pronunciou até a conclusão desta edição. Segundo Vera Monteiro, da pós-graduação em direito administrativo da FGV-SP, a portaria é "comum", mas pode ser contestada na Justiça, pois "restringe uma liberdade".

Ministros travam disputa sobre regularização de terras - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 20/01/2009

No centro da polêmica sobre a necessidade urgente de ampliação da presença do Estado na Amazônia, a regularização das terras da região virou o pivô de uma feroz disputa no interior do governo. Nesta semana, uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve decidir sobre a criação de uma agência executiva para substituir o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nessa área. Em jogo, estão 297 mil posses em 436 municípios amazônicos, onde vivem 6,7 milhões de pessoas.

A proposta do ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, é vincular a nova agência à Presidência da República, usando a estrutura e os funcionários dos institutos de terras dos nove Estados da Amazônia Legal para executar, via convênios, um plano de regularização fundiária por meio de uma "varredura integral" das posses na região.

Amparado por movimentos sociais e por alguns ministros petistas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) resiste à proposta de Mangabeira. Para evitar a perda de poder do instituto subordinado à sua pasta, o ministro Guilherme Cassel apresentará um "plano operacional" para tirar 67,4 milhões de hectares da situação de irregularidade que favorece grilagens de terra, alimenta a pistolagem e inibe ações de proteção à floresta.

Elaborado pelo MDA, o plano "Terra Legal" promete levantar polêmica nos bastidores do governo, sobretudo com a área ambiental. Pela proposta, obtida pelo Valor, haverá a doação aos posseiros de áreas com até 100 hectares (ou um módulo fiscal) e um processo simplificado com "valor simbólico" para posses de até 400 hectares na região (ou 4 módulos). Quem tiver até 1,5 mil hectares, terá preferência para comprar a terra pelo "valor de mercado", excluídas as benfeitorias. Acima disso, haverá licitação pública normal.

O plano prevê revogação de nove leis e dois decretos, que seriam substituídos por duas MPs, uma para a área rural e outra para regularizar as terras de 172 municípios da região. A titulação aos pequenos ocorreria sem vistoria prévia, apenas com cadastramento e georreferenciamento, o que levaria, no máximo, 180 dias, segundo Cassel - hoje, são cinco anos. Em áreas maiores, exigiriam-se vistorias, com prazo até um ano. Para ter a posse definitiva, o dono não poderá vender a terra antes de dez anos. "Em três anos, podemos regularizar todas as posses até 15 módulos", defende o ministro Guilherme Cassel.

Sem medo de piorar o clima já tenso com os colegas, Cassel ataca: "Não dá para toda semana alguém 'descobrir' a Amazônia". Ele reivindica o poder sobre o assunto. "Debatemos durante três ou quatro meses na Casa Civil, e esse é o único plano dentro do governo." No geral, Mangabeira concorda com o MDA, mas desafia os interesses do Incra. "A tese que goza de apoio preponderante, porém não unânime, é que o governo federal deve ser representado nessa parceria com Estados e municípios por meio de uma entidade leve, enxuta, com características de agência executiva, não de agência reguladora", disse, em seminário sobre o tema. E agrega dois pontos de discórdia ao apontar problemas nos assentamentos de reforma agrária e defender a chamada varredura. "Procura-se resolver os problemas de uma só vez, já que os conflitos estão entrelaçados."

Cassel é radical ao discordar de Mangabeira. A "varredura integral" piora a burocracia porque exige a regularização de toda a gleba de terras, e não apenas dos lotes. "Se levarmos em conta o total de funcionários e a produtividade dos institutos estaduais, levaríamos 286 anos no Pará e 1.372 no Amazonas", diz. Ele defende a parceria com os

Estados, mas diz que "ninguém tem capacidade técnica e operacional" para tocar o processo. "Mato Grosso, por exemplo, não resolveu nem a situação estadual", diz. "Vamos fazer com apoio dos Estados e dos movimentos sociais".

Outra polêmica, talvez ainda mais importante, deve ficar por conta da questão ambiental porque a regularização sugerida pelo MDA será feita também em áreas desmatadas e apenas com "compromisso" de recuperação da floresta. Nos bastidores, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, resiste em aceitar um modelo genérico para a região. "Vai perder o título se desmatar após a regularização. Vamos manter a reserva legal e as APPs (Áreas de Preservação Permanente) com compromissos de recomposição florestal", diz Cassel. Mas os ambientalistas querem mais garantias de preservação da floresta antes da concessão da posse definitiva. Em 2008, Minc e Cassel trocaram farpas públicas porque o Ibama incluiu vários assentamentos do Incra na relação dos "100 campeões" do desmatamento na Amazônia, com 229,2 mil hectares derrubados. Até agosto, o desmatamento nos assentamentos havia somado 374 km² nos 36 municípios mais devastados da região - o equivalente a quase duas cidades do Recife (PE).

Decadente aos 25 – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 21/01/2009

O MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra completa 25 anos de existência, mas não amadurece. Ameaça, agora, "invadir" cidades, ou seja, intensificar sua atuação nos centros urbanos. É um modo insensato de render-se à realidade, que já lhe ameaça a sobrevivência e a identidade.

Um sintoma de desnorteio são as turras com seu padrinho, o governo Lula. Patrocinador e patrocinado não se entendem sobre cifras de assentados. Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário, computa 520 mil famílias assentadas desde 2003. O MST considera os dados espúrios e reconhece só 163 mil famílias contempladas. Acusa Lula de não ter cumprido nem 30% da meta do Plano Nacional de Reforma Agrária.

A chegada do PT ao poder federal coincide com o esvaziamento do MST. O total de famílias invasoras baixou de 65.552, em 2003, para 49.158, em 2007. O número de novas famílias acampadas em torno da bandeira vermelha caiu de 59.082 para 6.299 no mesmo período, decréscimo de 89%.

Três foram as frentes abertas pelo governo aliado que contribuíram para desidratar o MST. Primeiro, a cooptação de vários quadros próximos para a burocracia estatal. Ela criou uma aparência de interlocução que esvaziou em parte o radicalismo retórico de suas lideranças.

Houve, ademais, a expansão do Bolsa Família, que principiou com 3,5 milhões de agraciados em 2003 e atingiu 11 milhões em 2008. Esse mínimo colchão de renda ajudou a solapar a base de adesão ao MST. Ela se apoiava na insegurança econômica e foi reduzida, também, pela recuperação do emprego até os meses finais do ano passado.

Por fim, Lula fez minguar o fluxo de recursos para organizações-satélite que sugavam verba estatal em nome do MST. No primeiro mandato, fluíram cerca de R\$ 10

milhões por ano para as burras de ONGs que lhe faziam as vezes de testas-de-ferro. Em 2008, pingou R\$ 1,4 milhão.

Encurralado pela própria decadência, o MST reage a seu modo. Desta vez, sua vanguarda de ativistas recebe a ordem de avançar sobre as cidades, protagonizando mais ações estapafúrdias e desconexas. Enfrentará, além de mais processos judiciais, apenas a indiferença e a desconfiança da maioria da população.

Interesses ruralistas prevaleceram mais uma vez em 2008 – Sítio eletrônico do MST – Maurício Hashizume - 21/01/2009

Os desavisados acreditarão que a queda dos preços de produtos agrícolas e que a crise econômica mundial determinaram um ano meio desastroso para o agronegócio. A despeito do recuo das cotações internacionais e da desaceleração de demanda no último trimestre de 2008, os interesses classistas dos grandes produtores agropecuários do país prevaleceram mais uma vez no ano que terminou. Para além de intempéries pontuais e setORIZADAS, os ruralistas confirmaram o seu "favoritismo histórico" nos principais embates com outros setores da sociedade como camponeses sem-terra, organizações ambientalistas, povos indígenas e quilombolas.

As cifras do agronegócio foram monumentais. A safra 2007/2008 foi recorde: 143,8 milhões de toneladas, 9,2% maior que a safra anterior de 2006/2007 (131,7 milhões de toneladas). A área plantada também cresceu: passou de 46,2 milhões de hectares na safra de 2006/2007 para 47,4 milhões de hectares em 2007/2008 - crescimento de 1,2 milhão de hectares (2,55%), o equivalente à área total da Reserva Extrativista (Resex) Verde Para Sempre, na foz do Rio Xingu, no Pará. Apenas na safra 2007/2008, a soja se expandiu por mais 3 milhões de hectares no país - quase o total da área reservada para a Estação Ecológica da Terra do Meio, também no Pará.

O Valor Bruto da Produção (VBP) em 2008, resultado da multiplicação total do volume da produção agropecuária com o índice de preço, atingiu o recorde de R\$ 298,6 bilhões, nada menos que 32% mais que em 2007 (R\$ 226,6 bilhões). O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio, que a soma de todas as riquezas geradas pelo setor, superou R\$ 691 bilhões até outubro de 2008. Somado à projeção dos últimos três meses do ano, deve chegar a R\$ 698 bilhões, com um incremento de 8,62%, metade da receita prevista (R\$ 1,4 trilhão) no Orçamento Geral da União do ano passado.

As exportações do agronegócio em 2008 também bateram marca recorde: US\$ 71,9 bilhões. O saldo da balança comercial do setor (exportações menos importações) no ano passado fechou em US\$ 60 bilhões, soma total dos recursos injetados pelo governo britânico para ajudar grandes bancos do país europeu durante a crise econômica mundial.

Essa dinheirama não condiz com o conhecido "chororô" dos porta-vozes ruralistas, que sempre apresentam um quadro de "extrema gravidade" para convencer o governo e a opinião pública da necessidade "incontornável" de mais um pacote de "bondades oficiais" ao setor. A saída da senadora Marina Silva (PT-AC) do Ministério do Meio Ambiente, em maio de 2008, e as atribuições concedidas a Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), já foi recebida muito bem por expoentes do agronegócio, como o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi.

Mais uma vez está sendo criado um cenário para que, depois da apropriação dos lucros, os prejuízos sejam socializados. "Hoje em dia, o que vem ocorrendo no campo brasileiro é a prevalência, com o apoio da política pública federal, do agronegócio, que nada mais é do que o avanço do capitalismo no campo", define o economista José Juliano de Carvalho, professor aposentado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

As quebras de recordes no lado econômico vieram acompanhadas da desenvoltura da elite agropecuária na arena política. Dos 513 deputados federais eleitos para o mandato do início de 2007 até o final de 2011, 104 poderiam ser identificados como ruralistas, de acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Também não faltam defensores do ideário dos fazendeiros no Senado. "A idéia de vinculação com o setor agrícola é simpática para boa parte das bases eleitorais dos parlamentares", explica Antônio Augusto de Queiroz, analista político do Diap.

Em marcha - Não por acaso, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, se escorou nos parlamentares ruralistas na tentativa de promover mudanças a fórceps para afrouxar as exigências do Código Florestal, à revelia de organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e até do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A redução da Reserva Legal (que não pode ser devastada) de 80% para 50% nas propriedades da Amazônia Legal foi um dos poucos sonhos que o agronegócio brasileiro ainda não conseguiu concretizar.

Contudo, o bloco congressista pró-fazendeiros continua se esforçando para derrubar limites à sua expansão. Aprovado ainda em novembro de 2007 na Comissão de Agricultura da Câmara, o Projeto de Lei 6.424/2005, do deputado Flexa Ribeiro (PMDB-PA), que estabelece justamente a oficialização da Reserva Legal dos 50% e ainda permite o plantio de espécies exóticas para complementar essa porção mínima, tramita agora na Comissão de Meio Ambiente da Casa. O deputado Jorge Khoury (DEM-BA) já apresentou parecer favorável e a proposta, apelidada de "Floresta Zero" pelos ambientalistas, está pronta para votação. O Greenpeace mantém inclusive uma campanha específica - Meia Amazônia Não - contra a aprovação da matéria.

Mudanças na lei que liberaram a contratação sem assinatura de carteira para trabalho de curto prazo no meio rural, que facilitaram a alienação de terras públicas de até 1,5 mil hectares na Amazônia e instruções normativas que impuseram mudanças ao processo de reconhecimento de comunidades quilombolas vieram a público ao longo do ano. Entretanto, muito mais do que bloquear votações de repercussão nacional como a da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001 - que determina o confisco da terra onde houver trabalho escravo -, a agenda ruralista foi confirmada em muitos outros flancos que não estiveram tão em evidência.

Historicamente, a Comissão de Agricultura da Câmara têm sido um dos espaços mais utilizados para dar propulsão à agenda ruralista. Não foi diferente em 2008. Articulados por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputados federais que simpatizam com a causa dos fazendeiros compuseram uma trincheira nos principais debates que envolveram o setor. Na visão de Antônio, do Diap, a volumosa bancada não multiplica mais facilmente os seus votos em plenário, mas ainda dispõe de poder para barrar matérias como a da PEC do Trabalho Escravo, que sublinha a função social da propriedade.

Entre os pares da comissão, Luís Carlos Heinze (PP-RS) esbanjou sinceridade: "Quem está gerando riqueza nesse país", declarou ele, "está sendo varrido de cima de suas

propriedades: primeiro pelos bancos, segundo pela carga tributária e agora pelos ambientalistas (...) e também pelo pessoal do Ministério do Trabalho". Ele foi mais longe na explanação (ouça trecho). "Aqui em Goiás, e até isso acontece, os caras tiveram que matar um fiscal, de tão acuado que estava esse povo. O cara não agüenta mais. Pelo amor de Deus!", disse. "A sociedade brasileira tem que estar do lado da gente que produz".

Presidente da Frente da Agropecuária, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) sintetiza o que pensam os ruralistas em texto no site da entidade. No artigo "O Brasil da comida na mesa ou do meio ambiente utopicamente preservado", o parlamentar repisa a velha dicotomia: produzir ou preservar?

"Concretizadas as restrições da atual legislação e as áreas de conservação da biodiversidade, a disponibilidade de terras agricultáveis será de apenas 23%, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares. A conclusão é que a atividade agropecuária e muitas áreas urbanas estão sobre áreas de preservação permanente ou reservas legais, segundo os conceitos da legislação ambiental vigente no Brasil", observa. De quebra, ele dá a receita: "O Congresso Nacional precisa dialogar com a sociedade e elaborar a Lei do Código Ambiental Brasileiro de diretrizes gerais e dar aos estados federativos a incumbência de realizar tecnicamente, dentro de suas especificidades, o seu código ambiental estadual, com a implantação do zoneamento econômico-ecológico, no uso restrito de conceitos técnicos e científicos".

Orçamento e projetos - A força da bancada ruralista pode ser traduzida em "façanhas". Autor de um corte de cerca de R\$ 10 bilhões no Orçamento Geral da União, o senador Delcídio Amaral (PT-MS), que relatou o projeto, não deixou de atender aos anseios do grupo e dobrou (de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 3 bilhões) a dotação para o programa de garantia dos preços de produtos agrícolas. As emendas da Comissão de Agricultura à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) também foram religiosamente aprovadas.

A comparação do pronto-atendimento da demanda com a execução orçamentária dos programas de reforma agrária em 2008 é inevitável. De acordo com levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), foram executados apenas 44,24% (R\$ 732,2 milhões) do orçamento de R\$ 1,65 bilhão destinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para garantir ações que favorecem o acesso e a fixação à terra dos brasileiros mais desprovidos. Dos R\$ 132,7 milhões previstos para a ação em si e para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, apenas R\$ 1 milhão foi executado, ou seja, apenas 0,75%.

Além dos benefícios econômicos, o bloco ruralista aprovou uma série de projetos na Comissão de Agricultura para demarcar posição política. Em março de 2008, os deputados da comissão aprovaram um projeto de decreto legislativo (PDC 393/2007) que susta decreto presidencial que homologou a Terra Indígena (TI) Apyterewa, em São Félix do Xingu, no Pará, um dos municípios recordistas em desmatamento ilegal e criação de bovinos.

Outros três projetos de decreto legislativo que pretendem invalidar portarias de demarcação de territórios de povos indígenas foram aprovados na mesma instância: o PDC 70/2007, referente à TI Cachoeirinha, nos municípios de Aquidauana (MS) e Miranda (MS); o PDC 475/2008, relativo à TI Batelão, em Juara, Tabaporã e Nova Canaã do Norte, no Mato Grosso; e o PDC 480/2008, que susta os efeitos da Portaria do Ministério da Justiça de demarcação da TI Ibirama La-Klanô ou Duque de Caxias, em Santa Catarina.

Faz parte ainda do rol de propostas aprovadas de acentuado caráter político o projeto de decreto legislativo (PDC 616/2008) que flexibiliza a definição de Áreas de

Proteção Permanente (APP) estabelecida pela Resolução nº 303 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Outra matéria controversa que passou na Comissão de Agricultura foi o projeto de lei (PL 346/2007), que criação do Sistema Nacional de Cadastro para o Programa de Reforma Agrária (Sinpra) e do Conselho Deliberativo de Gestão do Sistema Nacional de Cadastro para o Programa de Reforma Agrária (Gecinpra), que estabelece critérios para a seleção de famílias contempladas e exclui pessoas que já tenham participado de ocupação de terras ou prédios públicos. O PL 346/2007 tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em caráter terminativo - se for aprovado, não precisará ir a plenário e seguirá diretamente ao Senado.

Outros dois projetos de lei introjetam iniciativas típicas do Poder Executivo e foram referendadas pela Comissão de Agricultura da Câmara: o PL 78/2007, que molda a definição dos índices de produtividade mais aos interesses ruralistas, e o PL 3082/2008, que reabre o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, para assegurar o interesse de fazendeiros.

De todas as matérias aprovadas na comissão, uma das que encontram mais resistência entre os movimentos sociais é o projeto de lei (PL 490/2007), do deputado Homero Pereira (PR-MT), presidente licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), que altera o Estatuto do Índio, fazendo com que as demarcações de terras indígenas sejam obrigatoriamente aprovadas pelo Congresso Nacional. A matéria está sob responsabilidade da relatora Iriny Lopes (PT-ES) na outrora atuante e hoje combalida Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

CNA - A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), entidade patronal que representa os pesos-pesados do setor, recebeu amparo do governo federal nas suas propostas ligadas ao agronegócio exportador. Para a safra 2008/2009, o Tesouro Nacional antecipou prontamente R\$ 5 bilhões em créditos para que o Banco do Brasil ajudasse os grandes produtores. De junho a dezembro do ano passado, o banco estatal emprestou R\$ 18,3 bilhões ao setor, 37,5% mais que no mesmo período do ano anterior. Para bancar todo o Programa Bolsa Família, que atende mais de 40 milhões de pessoas, o Executivo destinará R\$ 11,9 bilhões, dois terços do crédito aos fazendeiros.

Antônio, do Diap, ressalta que os interesses ruralistas avançam aceleradamente quando coincidem com a agenda do governo federal, como no caso do incentivo às exportações e no tema do etanol. No entanto, ele pondera que a bancada ruralista, em si, não tem obtido o êxito completo e absoluto em negociações de renúncias fiscais e de anistia de dívidas como no passado. Isso não quer dizer que a "fatura" dos ruralistas em votações importantes continuem sendo "pagas" pelo Planalto, mas que houve épocas em que esse atendimento de demandas era mais automático e inquestionável. De fato, a questão da dívida agrícola - mesmo depois da edição da Medida Provisória 432, convertida na Lei 11.775/2008 - não foi o bastante para contentar os produtores (veja próxima matéria que fará parte do Balanço 2008).

Na visão do analista do Diap, o deslocamento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para a presidência da CNA é um indício da tentativa de revigorar o bloco ruralista. Para ele, a expoente ruralista optou por formar uma trincheira na entidade, em vez de ampliar a atuação em outros espaços, abrindo caminho para o fortalecimento de novas lideranças.

Em seu discurso de posse na CNA, em dezembro de 2008, Kátia Abreu se esforçou para defender a sua tese de "afirmação" com relação ao papel da agropecuária para a sociedade brasileira e de "ruptura" à "imagem injusta" de "protótipos do atraso, da fortuna injusta, da propriedade usurpada e do poder feudal". "Ao lado dos meus aliados do mundo

rural, pretendo mudar a cabeça do fazendeiro e, assim, mudar a imagem negativa que a sociedade ainda tem dos produtores, vistos por muitos, de forma equivocada, como eternos dependentes de favores financeiros do governo e sistemáticos descumpridores da legislação trabalhista", sustentou a senadora em artigo publicado em jornal.

No ato da posse, a senadora apresentou projetos que pretende aplicar na direção da CNA, como os de capacitações em legislação ambiental e trabalhista, no que ela chamou de "choque de globalização". Sem deixar de enfatizar os números do agronegócio - 24% do Produto Interno Bruto (PIB), 36% das exportações e cerca de 37% da força de trabalho -, Kátia Abreu se queixa do tratamento recebido do poder público. "Qual a proporção da retribuição do Estado ao setor agropecuário? Nem um décimo do valor de tão espantosa participação na economia".

Colonização - Na avaliação de final de ano da entidade, o ano de 2008 foi caracterizado como um "ano de extremos", em que a quebra de recordes coincidiu com quedas de preços de commodities e demandas, além de "temas que trouxeram preocupação ao produtor rural": como as tentativas do governo de restringir empréstimos a proprietários em conflito da legislação ambiental e a dificuldade de contratação de crédito para o financiamento da safra 2008/2009.

"De positivo, pode-se comemorar a melhoria na aprovação de eventos na área de biotecnologia. Atravancadas por demandas judiciais e a prevalência de posturas ideológicas, o setor acompanhou com grande expectativa as decisões de aprovação de novos eventos transgênicos para o milho e algodão e de pesquisa para o arroz e a soja", celebra relatório da CNA.

Mesmo o maquinário (colheitadeiras, pulverizadores, tratores etc.) arrestado pelos bancos das fábricas já vem sendo devolvido individualmente desde o final de 2008 aos produtores que não conseguiram quitar suas parcelas de financiamento. A Famato, que faz parte da CNA, conseguiu a aprovação na Justiça de uma liminar que pedia a exclusão de mais de 12 mil nomes de fazendeiros do Mato Grosso fosse excluída da lista de inadimplentes de órgãos de proteção ao crédito, como Serasa, Cadim e SPC.

No contexto de globalização do capital financeiro, de domínio das multinacionais e da nova divisão do trabalho, avalia o experiente professor José Juliano, o Brasil - sob a égide dos governos desde Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva - está aceitando um lugar na periferia do sistema como produtor de matérias-primas. "Com as diferenças de hoje, evidentemente, mas se trata do modelo primário-exportador de antes. É uma nova forma de colonização".

Mangabeira quer regularizar terras em três anos - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 21/01/2009

Envolvido em uma disputa com o Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo controle da regularização fundiária no país, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, garantiu que o país está "na antevéspera de anúncios dramáticos" sobre o tema. Ele anunciou para breve o anúncio do plano que, segundo antecipou o Valor, deve ser discutido neste semana com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "A neblina da confusão será levantada, as posses até 1,5 mil hectares poderão ser regularizadas rapidamente", garantiu. "Minha aspiração é que possamos regularizar em três anos até 80 % das posses".

"A solução será anunciada em poucas semanas, e talvez em poucos dias", garantiu. Ela incluirá, segundo o ministro, uma "simplificação dramática" para regularizar as posses de até 1,5 mil hectares, a organização de produção cooperativa e atuação cooperativa entre instâncias estaduais e federais.

Ele defendeu a proposta combatida pelo Ministério do desenvolvimento Agrário, que reduz o papel do Incra e prevê a criação de uma agência federal que coordene por convênios os institutos de terras dos nove Estados da Amazônia. "É um federalismo de cooperação: só vamos resolver o problema fundiário na Amazônia colocando Estados e municípios na frente", afirmou. Uma decisão "já tomada" permitirá transferir aos municípios terras federais ocupadas pela zona urbana irregularmente.

O governo procura uma forma de regularizar a situação dos assentamentos do Incra onde os donos originais cederam a propriedade a outros ocupantes. Mangabeira disse que o governo reduzirá exigências para a concessão da posse aos proprietários desses terrenos menores.

Mangabeira anunciou também que o plano Amazônia Sustentável, coordenado por ele, organizará o extrativismo "madeireiro e não-madeireiro" na Amazônia sob bases profissionais, superando o atual modelo com atividades artesanais ou predatórias. A região amazônica com clima de cerrado também está entre as prioridades do governo, que pretende fazer um "grande projeto nacional" de recuperação de áreas degradadas pela agricultura e pecuária.

Mangabeira informou, ainda, que o governo criará um programa específico para o desenvolvimento do Nordeste, com características diferentes dos programas implantados até hoje, que, segundo o ministro, tiveram o defeito do "pobrismo", considerando a região uma área carente necessitada apenas de medidas compensatórias, ou o "sãopaulismo", que previu incentivos para reproduzir, nos Estados nordestinos, o mesmo modelo de expansão urbana do Sul e Sudeste do país.

MST diz que crise favorece reforma – Graciliano Rocha – Folha de São Paulo – Brasil – 22/01/2009

A crise financeira internacional despertou avaliações otimistas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) sobre a ampliação da reforma agrária no país. O tema dominou o primeiro dia de debates do encontro nacional do movimento, que completa 25 anos de fundação.

A lógica apresentada por dirigentes do MST é que descapitalização de empresas do agronegócio favorece a aquisição de terras pelo governo para o assentamento de sem-terra.

Para eles, a rápida expansão territorial de companhias de celulose e de usinas foi interrompida pela escassez do crédito ou mesmo por prejuízos com investimentos de risco no mercado financeiro.

O otimismo com oportunidade trazida pela crise encontra o seu paralelo no desencanto com o governo Lula, um aliado histórico dos sem-terra.

"O Lula perdeu a chance de fazer um grande programa de reforma agrária, ampla, massiva, de desapropriação e expropriação das fazendas que não cumprem a função. Lula fez a opção pelo agronegócio", disse Marina dos Santos, da direção nacional do movimento.

O dissabor mais recente veio esta semana e repercutiu no encontro nacional. Foi o anúncio da injeção de R\$ 2,4 bilhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para ajudar a Votorantim Papel e Celulose a comprar parte da Aracruz Celulose. O custo total da fusão é estimado em R\$ 2,7 bilhões.

"Com a quebra da Aracruz, só aqui no RS ficaram disponíveis mais de 176 mil hectares, porque a empresa parou de adquirir novas áreas para plantar pínus e eucalipto. Agora o governo vem e injeta o dinheiro ao invés de fazer reforma agrária?", afirmou Cedenir de Oliveira, outro integrante da direção nacional do MST.

Com 1.300 delegados de 24 Estados, segundo a organização, o encontro nacional ocorre no assentamento criado na antiga fazenda Annoni, local onde o MST realizou sua primeira invasão, em outubro de 1984, nove meses após sua fundação.

O MST não permitiu o acesso dos jornalistas às plenárias de ontem. Uma barreira formada por militantes abordava quem chegava por uma estrada de terra e repórteres eram barrados na entrada do assentamento, onde aconteciam entrevistas com líderes do movimento. Equipes da Brigada Militar ficam nos cruzamentos que dão acesso ao lugar para evitar invasões às fazendas próximas.

MST faz um balanço do 13º Encontro Nacional – Sítio Eletrônico do MST – 22/01/2009

O balanço das discussões realizadas durante o 13º Encontro Nacional do MST, que teve início na terça-feira (20/01), em Sarandi (RS), será apresentado nesta sexta-feira (23/01), às 11h, no assentamento Nova Sarandi. No Encontro, os 1.500 trabalhadores participantes fizeram uma avaliação da luta pela terra, da situação da Reforma Agrária e da agricultura no Brasil. As atividades vão até o próximo sábado (24/01).

Na noite do dia 23 acontece a cerimônia do Prêmio Luta pela Terra, por meio da qual o Movimento faz um reconhecimento público a entidades, coletivos, personalidades, lutadores e lutadoras sociais que tiveram destaque na defesa da Reforma Agrária e do MST. A comemoração dos 25 anos do Movimento será no dia 24, com uma grande festa e ato político com a presença de representantes das maiores entidades de trabalhadores, autoridades, artistas e amigos nacionais e internacionais.

Importante – Após a coletiva, a imprensa terá acesso ao local do Encontro até às 15h e a partir das 20h do dia 22, quando será entregue o Prêmio Luta pela Terra. A festa dos 25 anos, no sábado, também será aberta.

COLETIVA DE IMPRENSA

Data: Sexta-feira (22/01)

Local: Assentamento Nova Sarandi

Endereço: Rodovia RS 324

Horário: 11h

União doa pequenas terras a posseiros na Amazônia – Hudson Corrêa e Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009

Em reunião com ministros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu ontem a nova legislação para regularizar propriedades de até 1.500 hectares que estão nas mãos de posseiros na Amazônia -são consideradas grandes áreas as terras com mais de 2.500 hectares.

Quem estiver morando desde antes de dezembro de 2004 em imóveis com até 400 hectares ficará com a terra de graça ou por um valor simbólico. A decisão do governo representou uma derrota para o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável). Ele queria a criação de uma autarquia, vinculada à sua pasta, para cuidar da regularização. Mas, Lula decidiu que o trabalho será feito por uma diretoria subordinada ao ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário).

Cassel disse que a nova legislação será implantada por projeto de lei, a ser enviado ao Congresso, ou medida provisória. Lula pediu pressa. Cerca de 290 mil posseiros devem ser beneficiados pelas medidas anunciadas ontem. A regularização das terras com até 400

hectares alcançaria uma área equivalente a 4% de toda a Amazônia, ou seja, pouco mais de duas vezes o Estado de Pernambuco, segundo cálculo do Ministério do Desenvolvimento Agrário. As terras estão na Amazônia Legal que alcança nove estados (AM, PA, MT, RO, AC, RR, TO, AP e MA).

Atualmente, segundo Cassel, a regularização de um imóvel dura até cinco anos, mas com nova legislação passaria a 120 dias. Para acelerar o processo, entre outras medidas, será abolida a vistoria em áreas de até 400 hectares e haverá convocação de posseiros por edital.

Também ocorrerá doação de terras. O posseiro de uma área de até 100 hectares não pagará nada. Os que estão em propriedades de 101 a 400 hectares pagarão um valor, no prazo de 20 anos, a ser calculado com inúmeras variantes que o tornam simbólico, segundo o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente).

A legislação atual prevê que na regularização de área entre 101 e 400 hectares o posseiro pague preço de mercado para ficar com a terra. Esse critério, pela nova lei proposta ontem, passará a vigorar apenas para área de 401 a 1.500 hectares.

Os beneficiados não poderão vender as terras por dez anos e ficarão proibidos de desmatar a reserva legal, que corresponde a 80% da propriedade. Estavam ainda na reunião, Reinhold Stephanes (Agricultura), Dilma Rousseff (Casa Civil), José Múcio (Relações Institucionais), José Antonio Toffoli (Advocacia Geral da União) Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Bernardo (Planejamento).

A senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Kátia Abreu (DEM-TO), disse que não acredita na eficiência da proposta. Segundo ela, o governo errou ao não criar a autarquia defendida por Mangabeira. "Nada seria mais eficaz que a agência, esse era o segredo, de outra forma, não acho que vai dar certo porque o Incra é encrunqueiro e burocrático". O Incra fornecerá técnicos a Cassel para atuar na regularização. Para o presidente do MNP (Movimento Nacional dos Produtores), João Bosco Leal, a proposta do governo é viável e a tendência é que acabe com os conflitos entre posseiros e donos das terras.

Desmate cresce 52% em 14 cidades das líderes de lista – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009

Um ano após a entrada em vigor do plano emergencial para combate ao desmatamento nos 36 municípios que mais devastavam a Amazônia, dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostram que, embora tenha havido redução média de 7% no desmate, em 14 dessas cidades as derrubadas cresceram 52%.

Em janeiro de 2008, o governo suspendera as licenças para desmatamento no grupo de municípios -a maioria no Pará e em Mato Grosso. Em Nova Ubiratã (MT), o total de áreas abertas subiu de 19,7 km² entre agosto de 2006 e julho de 2007, para 143,2 km² no período posterior, um aumento de 624%. Em Marcelândia (MT), campeã de desmate segundo o Ministério do Meio Ambiente, o aumento foi de 132%. Nos outros 22 municípios, a redução média foi de 32%, com destaque para Porto Velho (RO), que registrou a maior redução em termos de área, e Brasil Novo (PA), com maior redução proporcional. Considerando apenas os 36 municípios da lista, as derrubadas caíram de 5.246 km² para 4.897 km².

DEVASTAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL CAIU 82%, REVELA ONG – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009

O desmatamento na Amazônia Legal registrou essa redução nos últimos cinco meses de 2008 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Dados dos Sistema de Alerta de Desmatamento, divulgados pela ONG Imazon, apontam que, entre agosto e dezembro do ano passado, 635 km² foram desmatados na região. Em 2007, na mesma época, foram 3.433 km². De acordo com o pesquisador do Imazon Adalberto Veríssimo, essa queda se deve a dois fatores: crise econômica internacional e políticas públicas que o governo federal tem implantado na região.

49% dos resgates são em lavouras de cana, diz CPT – Folha de São Paulo – Brasil – 23/01/2009

As lavouras de cana-de-açúcar detiveram em 2008 os maiores índices de denúncias e resgates de trabalhadores em regime escravo no Brasil, segundo relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra). O estudo mostra que 49% dos 5.244 trabalhadores resgatados estavam no setor sulcrocroleiro, e 19,5% na pecuária. A região Centro-Oeste assumiu a liderança no ranking, com 32,1% dos casos. "Me surpreendeu que Goiás tenha sido o campeão, à frente do Pará. Isso ilustra o fenômeno da expansão desordenada do agronegócio", diz o frei Xavier Plassat, da coordenação da campanha da CPT para erradicação do trabalho escravo. Para a União da Indústria da Cana-de-açúcar, são "casos isolados" que representam menos de 0,3% da força de trabalho do setor. **(CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA)**

**Crítico da transgenia, MST planta soja com alteração genética em assentamento –
Folha de São Paulo – Graciliano Rocha - Brasil – 23/01/2009**

Jean Pimentel/Agência RBS



Blitz policial próxima ao assentamento onde MST faz seu encontro nacional, em Sarandi

No assentamento gaúcho Novo Sarandi, considerado simbólico para o MST e escolhido como palco da comemoração de 25 anos da organização, reina a soja transgênica Roundup Ready -fabricada pela Monsanto-, plantada em milhares de hectares. "Não é um assentamento modelo por causa dessa contradição da soja transgênica", afirma Cedenir Oliveira, dirigente nacional do MST. O movimento é uma das vozes mais duras contra os alimentos geneticamente modificados e já realizou protestos contra a Monsanto no país.

No Novo Sarandi -considerado especial pelo MST por ser um assentamento criado na primeira área invadida pelo movimento, em 1984-, a soja reproduz o modelo de agronegócio que o discurso dos sem-terra sempre combateu: manipulação genética, uso intensivo de defensivos agrícolas e royalties para a multinacional.

A maior parte das 130 mil sacas colhidas anualmente tem a marca Monsanto. A dificuldade de encontrar sementes convencionais competitivas na região foi apontada como causa da expansão da transgenia no assentamento, segundo agricultores relataram à Folha.

No assentamento, o capitalismo convive com a utopia socialista. Das 450 famílias que vivem no local, 13 têm um modelo próprio. A produção é inteiramente coletiva e os moradores vivem numa agrovila sustentada por um modelo de diversificação da produção e divisão do lucro segundo as horas de trabalho dedicadas por cada morador.

Na Cooptar, a cooperativa dos 13, há um pequeno frigorífico e, além de culturas de subsistência, são produzidos carne, leite, milho e soja convencional (as sementes vêm do PR). Descontadas as despesas, sobra cerca de R\$ 500 por mês para cada morador.

Os agricultores que usam a semente transgênica dizem que, por não serem de uma cooperativa, não têm condições de, sozinhos, comprar a semente do Paraná.

Itaipu - Sem permitir que jornalistas assistam às plenárias do encontro nacional do MST em Sarandi, um dos membros da direção nacional chamou ontem o Tratado de Itaipu de "roubo vergonhoso". "Os acordos foram feitos por ditaduras corruptas. Foi um roubo em relação ao Paraguai dos mais vergonhosos, é um roubo institucionalizado, porque o preço é injusto e não permite que eles negociem a energia", disse Egídio Brunetto. Firmado em 1973, o tratado estabelece que os paraguaios vendam ao Brasil o excedente da energia produzida na usina como meio de pagar metade da dívida global pela construção, de US\$ 19,6 bi.

MST contra o Brasil – Douglas Falcão e Renato Pacca – O Globo – Opinião – 23/01/2009
DOUGLAS FALCÃO e RENATO PACCA

Recentes reportagens noticiam a mobilização de movimentos sociais brasileiros, patrocinada pelo Paraguai, que busca apoio para as mudanças propostas pelo presidente Fernando Lugo em relação ao contrato da hidrelétrica de Itaipu.

Emissários do governo paraguaio vêm mantendo contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros movimentos ligados ou simpáticos à chamada Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), criada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a fim de pressionar o governo brasileiro a aumentar o valor pago pela energia de Itaipu e reavaliar a dívida referente à obra da hidrelétrica, de modo que o Paraguai, na prática, deixe de honrar com sua parte.

O eterno líder do MST, João Pedro Stédile, já vestiu uma improvável fantasia de embaixador informal do Paraguai no Brasil e confirmou a distribuição, entre a "militância", de "documentos e argumentos do povo do Paraguai". Se preciso for, fará "manifestações de solidariedade ao povo do Paraguai". Um dos negociadores paraguaios confirmou a estratégia "de guerrilha". A campanha também está sendo levada a universidades e ao Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil.

O viés ideológico é claro. Os governos "bolivarianos" fazem uso de sua principal tática: esvaziar as instituições democráticas dos países latino-americanos, apelando para grupos que se movimentam fora das instâncias formais, como o MST, desde que sob controle dos "líderes bolivarianos". Tudo sob o argumento de que governo e "vontade do povo" se exercem sempre por meio de assembleias.

O tabuleiro da diplomacia entre governos é relegado a segundo plano e um obscuro jogo passa a ser travado com base em velhos conceitos de informação e contrainformação, que devem povoar o imaginário das viúvas saudosas do falido regime soviético.

O MST e outros movimentos supostamente defensores de ideais "sociais", negando de antemão os direitos do Brasil sobre Itaipu, cuja construção foi integralmente paga pelo contribuinte brasileiro, mobilizam-se pela duvidosa demanda paraguaia. Mostram-se subservientes ao interesse estrangeiro e buscam conquistar nossa opinião pública por meio do assembleísmo de massas, uma das maiores ameaças à democracia. Nele, o indivíduo perde sua condição de cidadão, titular de um voto, e passa a integrar um rebanho que aguarda o sinal de seu líder.

De se notar que o assembleísmo tem vida curta. Após a tomada do poder pelos “valorosos” bolivarianos, como se deu na Venezuela, na Bolívia e no Equador, a liberdade de expressão e os direitos individuais são rapidamente cerceados ou suprimidos, sob o argumento de que a “revolução” não pode ser ameaçada por quem defenda “ideias discrepantes”, tudo sob o manto do governo “eleito”.

É a nova roupagem das ditaduras na América Latina do século XXI.

E o Brasil? O que faz para enfrentar a situação de Itaipu? Por determinação do Palácio do Planalto, a tão criticada Agência Brasileira de Inteligência (Abin) entrou em cena e deverá monitorar os passos do MST e o governo do presidente paraguaio Fernando Lugo, enquanto o Itamaraty mostra-se tímido.

Na prática, o governo joga essencialmente o mesmo jogo obscuro, inclusive levando funcionários de Itaipu a reuniões com movimentos sociais.

Assim, a reação diplomática oficial fica relegada a segundo plano e o governo brasileiro limita-se a disputar o apoio “popular” dos nossos sem-terra com o governo paraguaio. O parlamento brasileiro, tão desgastado, sequer é ouvido e a democracia representativa, garantidora da defesa dos direitos individuais, mais uma vez aparece soterrada por uma dúzia de líderes de “movimentos sociais” .

O governo brasileiro, mais uma vez, confere ao MST um status indevido, ao dar satisfação de sua política externa soberana a um movimento “social” que, não satisfeito em sequer possuir registro formal e reiteradamente optar pelo caminho da ilegalidade ao violar direitos de cidadãos e descumprir decisões de tribunais brasileiros, ainda resolveu patrocinar os interesses do sr. Fernando Lugo — tão legítimos quanto o uísque paraguaio —, contra o Brasil e, por consequência, contra o contribuinte brasileiro, que periga pagar duas vezes pela obra da hidrelétrica. A ressaca promete ser dolorosa e duradoura.

*DOUGLAS FALCÃO e RENATO PACCA são advogados.

MDA vai regularizar 67,4 milhões de hectares na Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MDA – 23/01/2009

O Governo Federal vai regularizar, nos próximos três anos, 296 mil posses na [Amazônia Legal](#). Serão titulados imóveis rurais de até 15 módulos fiscais (com, no máximo, 1.500 hectares) cujas posses sejam anteriores a dezembro de 2004. O processo, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os estados da região, envolve uma área de 67,4 milhões de hectares.

Para agilizar os processos de regularização, que hoje levam cerca de cinco anos, [a legislação será modificada](#), com a simplificação do [rito de titulação](#).

[Veja como será o processo de regularização](#)

No caso das áreas de até um módulo fiscal (um módulo tem, em média, 76 hectares), a titulação será gratuita e o processo deverá ser concluído entre 60 e 120 dias, a partir do cadastramento da posse.

Posses entre um e quatro módulos fiscais terão valor diferenciado, abaixo do valor de mercado, com 20 anos para pagamento e três anos de carência. O rito é o mesmo das áreas de até um módulo.

As áreas entre quatro e 15 módulos fiscais seguem regras semelhantes no prazo de pagamento. O valor da área, no entanto, será o de mercado, descontadas as benfeitorias. Neste caso, a titulação será precedida de vistoria dos imóveis para avaliação das benfeitorias e da ancianidade da posse.

Nas três situações será exigido o cumprimento da legislação ambiental, com a preservação de 80% da área nativa. As áreas tituladas não poderão ser vendidas dentro de um prazo de dez anos, mas servem como garantia para financiamentos junto a instituições financeiras.

Nova diretoria executará plano de legalização de terras - Mauro Zanatta e Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 23/01/2009

Em meio à disputa de bastidores pelo controle do complexo processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, o governo decidiu criar uma diretoria-executiva extraordinária dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário para executar o plano de legalização das posses na região

A intervenção do governo na Amazônia vinha gerando choques entre os ministros de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. No centro das divergências, estava proposta de criação de uma agência executiva subordinada diretamente ao Palácio do Planalto, além da delegação de poder aos institutos estaduais de terras para substituir as atribuições do Incra. Apoiada por ministros petistas e movimentos sociais como o MST, ganhou a tese de manter as ações sob as ordens do ministro Cassel. Mas o eixo das ações será deslocado do Incra, que cederá ao MDA pessoal e equipamentos. Além disso, um grupo interministerial coordenará e supervisionará as ações da nova diretoria-executiva.

"Daria muito trabalho criar um novo órgão dentro da estrutura de governo. O Incra tem mais experiência nesse tipo de situação", disse Cassel. "A idéia do presidente era que ficasse sob minha responsabilidade". Derrotado nos debates internos, Mangabeira comentava, mesmo antes da reunião no Palácio, que não era "fundamental" substituir o Incra. "O mais importante é que haja coordenação federativa. Quem fará a representação do governo é o menos importante." A medida mais necessária para evitar que o problema fundiário continue a impedir o desenvolvimento da Amazônia, segundo ele, é simplificar a concessão de registro para pequenas propriedades, onde havia acordo com Cassel.

De fato, o maior problema da Amazônia Legal é o emaranhado de leis e decretos que inibem a regularização, alimentam a grilagem de terra e protegem a pistolagem na região. O plano do MDA, batizado "Terra Legal", prevê a legalização acelerada das áreas de até 1,5 mil hectares. Para isso, o governo encaminhará ao Congresso, até meados de fevereiro, medida provisória ou projeto de lei com simplificações do sistema de titulação das terras na região.

As mudanças beneficiarão 296,8 mil posses situadas em 436 municípios da região. O MDA exigirá dos posseiros contrapartidas como a obrigatoriedade de preservação da vegetação original e proibirá a venda dos imóveis por dez anos após a legalização

A nova diretoria-executiva começa a operar até o fim de abril. Pelo plano, as áreas de até 100 hectares serão doadas aos posseiros. Nos lotes com até 400 hectares, o governo fará a venda por "valores históricos". As posses até 1,5 mil hectares serão vendidas por valor de mercado, descontados os investimentos em benfeitorias. Nas áreas acima desse tamanho, o governo fará uma licitação pública. "Quem tiver mais de 1,5 mil hectares pode abrir mão do excedente ou entrar na licitação", disse o ministro Cassel. Nas áreas acima de 2,5 mil hectares, o governo retomará a posse das terras.

O ministro Mangabeira acredita que o plano facilita e acelera a concessão dos títulos de posse. O governo concentrará a fiscalização sobre os grandes proprietários para identificar casos de grilagem e retomar as áreas da União. **(Colaborou Sergio Leo, de Brasília)**

Em encontro, MST promete ampliar invasões – Folha de São Paulo – Brasil – 24/01/2009

A principal decisão tomada no encontro nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) é a promessa de intensificar as invasões em 2009. A estratégia é aumentar a pressão para o governo federal assentar os sem-terra.

"Os fazendeiros que se cuidem porque nós vamos massificar a luta pela reforma agrária em 2009", disse ontem Marina dos Santos, da direção nacional do MST, no final do encontro, em Sarandí, no Rio Grande do Sul.

O fato de não haver eleição em 2009 e a crise financeira global, que descapitalizou companhias de agronegócio, são considerados favoráveis para o aumento de ações dos sem-terra em todo o país. "Este ano não tem justificativa de que não se pode fazer isso ou aquilo porque tem campanha. Este ano tem que destravar a reforma agrária", disse Santos.

O MST pretende pautar suas ações políticas no confronto com corporações de agronegócio. O movimento vê nas invasões uma "disputa de território" com empresas de setores como celulose e de usinas de álcool, de acordo com o também dirigente Cedenir de Oliveira. Segundo o MST, a expansão de áreas para o plantio de eucalipto e cana de açúcar concorre com a criação de novos assentamentos.

Os líderes do MST também criticaram o presidente Lula. "Nós nunca falamos que o Lula é ou não é nosso amigo. A nossa avaliação é que, no governo dele, não houve reforma agrária, como havia uma expectativa inicialmente", criticou Marina.

Crise mundial será o foco das discussões do Fórum Social – João Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2009

Depois de três edições debatendo rachas internos e buscando novos formatos, o Fórum Social Mundial, cuja nona edição começa nesta terça-feira, em Belém (PA), vai ter como principal foco a crise financeira mundial. A edição deste ano terá menos atividades ligadas a autocríticas e mais discussões relacionadas à crise. "Esta é a edição mais importante depois da primeira, em 2001", afirma Oded Grajew, do Movimento Nossa São Paulo e idealizador do evento. Grajew diz que o colapso financeiro confirmou as previsões que o fórum fazia. "É só recuperar toda a nossa história. Sempre falamos isso. Mas a gente não fica feliz e contente com a crise. Queremos é um mundo com qualidade de vida."

Para ele, a eleição de Barack Obama nos EUA e a ofensiva de Israel em Gaza também aproximam o contexto internacional de assuntos que sempre estiveram no foco do fórum. "A crise nos deu razão, mas criou uma urgência. Ela nos impõe uma agenda", diz outro fundador do encontro, Cândido Grzybowski, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Para ele, as discussões se voltarão mais à falência do que chamou de "economia-cassino" e menos à autoanálise.

Mas o debate sobre métodos e rumos do encontro continua sendo essencial, diz Grajew. "O fórum é muito novo. Estamos navegando por mares nunca antes navegados. Ele demanda uma permanente avaliação."

Desde 2005, quando foi realizado pela última vez em Porto Alegre (RS), o evento tentou formatos e sedes diferentes. Em 2006, aconteceu em três países: Mali, Venezuela e Paquistão. Em 2007, foi para Nairóbi (Quênia), onde houve problemas de organização, como o preço da inscrições.

No ano passado, em vez de promover uma semana de debates, houve um dia de manifestações em 80 países.

Essas mudanças ecoavam incertezas e divisões internas da organização. Nos encontros, discutia-se a capacidade do evento de provocar transformações reais -crítica comum ao fórum. Nos bastidores, parte de seu Conselho Internacional lutava para que o fórum se filiasse a governos que consideram "progressistas", como o de Hugo Chávez (Venezuela). Segundo a ala ligada aos brasileiros, isso era contrário à carta de princípios da organização. Um dos membros do conselho, o sociólogo filipino Walden Bello, escreveu em artigo de 2007 que o fórum estava em uma "encruzilhada" e devia ceder espaço a "novos modos" de "resistência e transformação".

"Mas mesmo as reuniões do conselho estão hoje mais tranquilas", afirma Chico Whitaker, outro idealizador do fórum. Ele, Grajew e Grzybowski afirmaram que o tema deste ano, a Amazônia, se encaixa na busca de soluções para a crise. Para o sociólogo Chico de Oliveira, no entanto, os organizadores deveriam ter escolhido os EUA como local do encontro para conseguir retomar a antiga visibilidade.

Setor sucroalcooleiro emprega 49% da mão-de-obra escrava – Sítio Eletrônico do MST – 26/01/2009

O setor sucroalcooleiro foi o ramo da economia que mais se utilizou da mão-de-obra escrava no ano de 2008. De acordo com dados da Campanha Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, 2.553 trabalhadores, o que representa 49% dos resgatados da escravidão, estavam no setor sucroalcooleiro. Assim como em 2007, os estados campeões em números de denúncias de uso de mão-de-obra escrava foram, novamente, o Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

Segundo o coordenador nacional da CPT, José Batista Afonso, o trabalho escravo se encontra tanto nos estados da região norte, onde predomina o antigo latifúndio, onde o destaque é a pecuária, como dentro do agronegócio moderno, presente mais nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, e onde o foco é a produção de agrocombustíveis. “A questão central é a exploração do trabalhador e a garantia do lucro a qualquer custo por parte do empregador. Esse é o pano de fundo. Então tanto faz ser um empreendimento dos mais modernos possíveis quanto aquele mais arcaico lá no interior da floresta.”

José Batista afirma que as medidas implantadas pelo governo para o combate ao trabalho escravo são contraditórias. Por um lado há o incentivo a fiscalização da prática, mas por outro há o investimento nos setores que se utilizam deste tipo de exploração.

“Se o setor sucroalcooleiro é um dos maiores empregadores da mão-de-obra escrava, então você precisa diminuir os incentivos para este setor. Mas isso o governo jamais admite. Há cada vez mais recursos para os setores ligados ao agronegócio e para todas estas atividades que são elencadas como empregadoras da mão-de-obra escrava.”

Fóruns pedem "outro mundo", mas com fórmulas diferentes – Clovis Rossi – Folha de São Paulo - 27/01/2009

Inimigos aparentemente irreconciliáveis, os dois fóruns que começam nesta semana -o Social de Belém do Pará, hoje, e o Econômico, de Davos, amanhã- coincidirão neste ano em buscar "outro mundo possível", como pede o slogan tradicional dos fóruns sociais. De certa forma, o título da reunião da elite econômica e política que é o encontro de Davos copia o grito da turma de Belém: "Moldando o mundo pós-crise". Com um pouco de boa vontade, pode-se ler como buscando outro mundo possível.

Mas termina aí qualquer semelhança. O mundo que Belém busca é a antítese do de Davos, conforme se lê no artigo que Oded Grajew, principal idealizador dos fóruns sociais, publicou ontem nesta **Folha**. Diz ele que o fórum de Belém "será a oportunidade de perceber que o colapso financeiro, os conflitos armados e a degradação ambiental fazem parte de uma mesma crise de valores decorrente do modelo de desenvolvimento que privilegia a competição (...) pelo poder e pelo acúmulo de bens materiais".

Já o outro mundo que Davos debaterá pretende só "refundar o capitalismo", para usar expressão do presidente francês, Nicolas Sarkozy. Ou, escavando um pouco a superfície dos debates até agora travados entre governantes, trata-se de tentar manter o lado

virtuoso do capitalismo, representado pelos cinco anos de crescimento intenso e inédito em todo o mundo, até a crise das "subprimes", sem permitir que ele seja atingido pelo fogo amigo de suas próprias aventuras financeiras, responsáveis pela crise.

Ou, se se preferir reduzir a dicotomia a duas palavras, trata-se de utopia x regulação. Leia-se, por exemplo, o que disse ontem Gordon Brown, primeiro-ministro britânico e um dos 41 chefes de Estado/governo que estarão em Davos: "Precisamos criar uma moldura para governança internacional que no momento falta. Devemos considerar o déficit regulatório no nível global. O atual arranjo é inadequado".

O problema é que o próprio Brown afirma que faz dez anos que diz a mesma coisa - sem que nada tenha acontecido. Até a crise estourar e fazer com que surja outra coincidência entre Davos e Belém: há um razoável consenso no sentido de que o encontro nos Alpes deste ano marcará inflexão no sentido de um maior ativismo estatal. "Nos anos recentes, foi o mundo corporativo que esteve na dianteira em Davos, com os governos tentando apenas alcançá-lo. Neste ano, acho que essa tendência será revertida", diz, por exemplo, Mark Spelman, da consultoria Accenture, tradicional presença em Davos.

Reforça até o criador do Fórum Econômico Mundial o professor suíço Klaus Schwab: "O pêndulo se moveu e o poder voltou aos governos".

É bem possível, no entanto, que essas opiniões sejam apenas expressões de uma generalizada angústia com a crise, ainda mais agora que o FMI vai reduzir sua previsão de crescimento mundial de 2,2% para 0,5%, segundo a agência britânica Reuters antecipou ontem. De todo modo, o ativismo do Estado é concebido de maneira diferente pelos dois fóruns. Para o empresariado, trata-se só de o Estado socorrer a empresa privada, sem assumir o papel de gerente. Para Belém, o Estado deveria alocar seus recursos em benefício da área social. A partir de amanhã, vai-se ver que as poucas semelhanças se tornarão diferenças colossais, maiores que a distância que separa as neves dos Alpes suíços do calor tropical da Amazônia brasileira.

A atualidade da Reforma Agrária no Brasil – Sítio Eletrônico do MST – 27/01/2009

A reforma agrária, apesar de necessária, ainda não foi feita no país. Esta é a avaliação do geógrafo e professor da USP (Universidade de São Paulo), Ariovaldo Umbelino. Ele considera que a demanda pela Reforma Agrária é atual, ao contrário de alguns intelectuais e do agronegócio, que afirmam que o debate já está ultrapassado.

O geógrafo também aposta nos assentamentos e na agricultura camponesa como alternativa viável de desenvolvimento do campo. Mas para sobreviver, ele analisa que o camponês precisa de subsídio agrícola por parte dos governos e de autonomia em relação ao sistema de produção implementado pelo agronegócio. Atualmente, 92% dos grãos produzidos no país são de soja, milho e algodão e visam à exportação.

A necessidade da reforma agrária ainda é atual? Nós temos hoje no Brasil em torno de 50 mil famílias acampadas ou semi-acampadas. E temos no programa que o FHC [ex-presidente Fernando Henrique Cardoso] criou pelos Correios outras 850 mil famílias à espera de que o Estado cumpra aquilo que o governo disse que iria fazer, ou seja, uma

reforma agrária a partir dessa inscrição. Isso soma mais ou menos um milhão de famílias que estão à espera de uma reforma agrária. Se a gente pegar os proprietários que têm as pequenas propriedades, somando os parceiros, os rendeiros e os posseiros vamos verificar que há algo acima de 4 mi de unidade familiares que vivem da atividade agrícola. E se somarmos a esses os trabalhadores assalariados permanentes na propriedade que queiram algum dia ter um pedaço de terra e os trabalhadores temporários, que em parte também tem esse horizonte [de ter um pedaço de terra], vamos verificar que há um total de 5 mi de famílias potencialmente desejosas da reforma agrária. Então não está esgotada a possibilidade histórica da reforma agrária. Na realidade, o que é preciso ser feito é pressão política para que os governos façam de fato reforma agrária. Ou seja, distribuam terra, façam a política fundiária e façam junto a política agrícola, que vai levar as condições para que esses agricultores produzam. Não que esse processo vai ter um caráter, no Brasil, como se discutia na década de 50 e 60, um caráter estrutural. Evidentemente, naquele momento histórico, o Brasil tinha 60% da população na área rural e aí é evidente que ela teria que ter um caráter estrutural e profundo. Na realidade, a reforma agrária é o encontro da possibilidade dos camponeses brasileiros terem acesso á terra já que o campesinato se consolidou historicamente como campesinato sem terra.

O assentamento, produto direto da reforma agrária, é economicamente viável?

Se você pensar o assentamento como fruto apenas da política fundiária, não. Porque a família assentada é uma despossuída, ela não tem condição. E o que o governo oferece para ela? O custeio para ela se instalar, o crédito para conseguir fazer a casa e, fora daí, a família tem que entrar em uma das linhas do Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. Portanto, tem que produzir, vender e pagar o juro. Essa lógica interessa ao sistema financeiro e não a uma política que se quer de promoção humana, de desenvolvimento social e econômico. De forma muito tênue o governo atual tem feito parte dessa política agrícola. O Plínio [Plínio de Arruda Sampaio] quando em 2003 fazia o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, já naquele momento antes do plano existir, ele conseguiu convencer o ministro do Desenvolvimento Agrário a implantar o Plano Safra e a compra antecipada. Que agora, nesses últimos anos, o governo tem retomado, mas não nessa direção de subsídio agrícola. A reforma agrária é viável e possível, e em um primeiro momento ela não cria nenhum tipo de embaraço para o agronegócio. Na verdade, o embaraço acontece porque a elite brasileira não permite ceder nada aos trabalhadores e aos camponeses brasileiros.

O que é necessário, em sua opinião, para que a reforma agrária dê certo?

Primeiro, a necessidade da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, ou seja, um fundo em que os assentados tenham acesso a ele sem ter que pagar juros. Porque hoje os assentados dependem de programas, como o Pronaf, dependem do sistema bancário. Então é preciso tirá-los dessa ciranda financeira. E esse fundo não seria de uso liberal deles, para fazer o que bem entendem. Pelo contrário, a retirada de recursos do fundo seria para fins de botar a sua unidade de sistema produtivo com tecnologia, porque essa reforma agrária tem que ser pensada com as conquistas que a sociedade tem da redução do sacrifício do esforço físico na atividade agrícola. E, por outro lado, temos que construir política de subsídio para garantir a produção agrícola. Na Europa, nos Estados Unidos, no Japão é assim. Não há possibilidade de nenhum assentamento vingar do ponto de vista produtivo se ele não tiver uma política de subsídio anual planejada e organizada pelo Estado.

Como deveria ser essa política de subsídio?

Esse subsídio tem que estar ancorado em uma articulação de metas de produção que o Estado brasileiro tem que, em conjunto com os camponeses, construir. Ou seja, não podemos impor a um camponês que ele produza o que nunca produziu, da mesma forma que é desejável que o ele irá produzir seja de consumo da maior parte da sociedade. Se a gente somar tudo o que o Estado brasileiro consome, iniciando pelas escolas e passando pelas unidades de assistência social, quartéis, polícias militares e chegando nos próprios restaurantes é um consumo absurdo de alimento que poderia dar vazão a toda essa produção articulada. Não se tratar de dar recurso para que o camponês produza o que ele bem entende, mas que seja uma produção pactuada entre o que ele sabe produzir e o que a população precisa. Em um segundo momento, eliminar a intermediação na comercialização.

De que maneira a agricultura camponesa pode resistir à expansão do agronegócio?

Hoje, a safra de grãos do Brasil 80% é soja e milho e 12% é algodão. Ou seja, 92% da safra do país o brasileiro não come. Isso quer dizer que o projeto do agronegócio é produzir comida para o mundo, e não para todos, onde tenha necessidade, mas sim produzir o que as multinacionais querem e para quem possa pagar. A agricultura camponesa tem como princípio a diversidade. Se a pequena propriedade for na direção do monocultivo, ou ela agrega mais terra ou se esgota. É evidente que isso mostra que ela é inviável para a cultura de grãos em larga escala. Mas não é inviável para criar aves e suínos, café, cacau. Para a cana-de-açúcar ela é inviável para produzir etanol e açúcar em larga escala, mas não para produzir cachaça e açúcar mascavo. O ideal é que as unidades camponesas não comprassem nada de fora, produzissem tudo o que precisa e ainda tivesse algo a mais a oferecer à sociedade, o que ela vai ter sempre. As elites brasileiras não olham para a população brasileira como um setor potencial a alimentar o seu próprio empreendimento econômico. Ela acha que com a exportação ela resolve todos os problemas e impede do ponto de vista político a participação efetiva desses setores nas conquistas sociais. E o governo Lula, contraditoriamente, se aproximou desse ponto de vista, dessa compreensão.

Conversamos com o geógrafo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Arioaldo Umbelino, sobre a atualidade da reforma agrária e desafios da agricultura camponesa.

Cassel apresenta plano de regularização fundiária a governadores – Sítio Eletrônico do MDA – 28/01/2009

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participou durante esta quarta-feira (28), no Palácio do Planalto, do Fórum de Governadores do Norte e Nordeste. Organizado pela Secretaria de Relações Institucionais e Sub-Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República, o evento teve a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A reunião propiciou a apresentação e discussão de estratégias para redução das desigualdades regionais no Brasil. Uma delas é a regularização de imóveis rurais na Amazônia Legal que, juntos, representam 67,4 milhões de hectares. O processo será conduzido nos próximos três anos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),

em parceria com os estados da região. Serão titulados imóveis rurais de até 15 módulos fiscais (com, no máximo, 1.500 hectares e que sejam anteriores a dezembro de 2004).

[Acesse aqui mais informações sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal](#)

Roraima - Ainda nesta quarta-feira (28), o presidente Lula assinou um decreto transferindo seis milhões de hectares de terras da União para o estado de Roraima, antigo território que, desde que foi alçado à condição de Estado, não tinha a posse definitiva das terras de suas cidades e fazendas. De acordo com o presidente, a iniciativa supera uma "dívida" da União com os roraimenses por conta do impasse judicial sobre a legalidade da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Agricultura familiar fortalecida - Durante o Fórum de Governadores, o ministro Cassel tratou, ainda, do fortalecimento da agricultura familiar. Ele informou que o MDA vai ampliar a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), duplicando o número de famílias atendidas nos Territórios da Cidadania do Nordeste e da Amazônia Legal – passando dos atuais 67 mil agricultores, para 134 mil.

Segundo o ministro, a partir da proximidade dos agricultores com a assistência técnica, serão qualificados os acessos das famílias da região a outros programas, como o do Biodiesel, do crédito agrícola e do garantia-safra. Cassel defendeu que uma Ater forte é fundamental para articular as políticas de desenvolvimento rural sustentável, além de qualificar o acesso ao crédito e oferecer oportunidades de novas formas de renda no meio rural - como a instalação das agroindústrias familiares.

No encontro, Cassel traçou um retrato da agricultura familiar na Amazônia Legal. São mais de 430 mil estabelecimentos familiares, sendo que mais de 255 mil localizam-se nos Territórios da Cidadania. Os números relacionados à assistência técnica passaram de R\$ 3,7 milhões, em 2002/2003, para R\$ 28 milhões, em 2007/2008. As concessões de crédito saltaram nos mesmos períodos de R\$ 96,1 milhões, para R\$ 701,7 milhões.

Assentados do Portal da Amazônia recebem Crédito Instalação – Sítio Eletrônico do MDA – 28/01/2009

A Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso começou o ano de 2009 com o pagamento de Crédito Instalação para 412 famílias assentadas nos Projetos de Assentamento (PAs) Japuranã e Japuranoman, ambos no município de Nova Bandeirantes, no Território da Cidadania do Portal da Amazônia. O crédito, no valor de R\$ 2.400 por família, é pago na modalidade Apoio Inicial (Alimentação e Fomento) e visa garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas.

Os técnicos da Unidade Avançada (UA) do Incra em Carlinda, responsáveis pela liberação do crédito nesses assentamentos, também liberaram R\$ 24.150 para pagamento de

serviços de mão-de-obra especializada e construção de 23 moradias no PA Japuranoman. Os recursos são provenientes do Crédito Habitação.

“O pagamento desses créditos teve início ainda no final de 2008 e o trabalho está quase concluído. Falta apenas pagar o Fomento a 112 famílias do PA Japuranoman”, afirma o chefe da UA, Jefferson Correa Rosa. De acordo com ele, os investimentos do Incra/MT nos assentamentos movimentam diretamente a economia e o comércio dos municípios. Somente em Nova Bandeirantes, os investimentos em créditos somaram R\$ 1.012.950 em 2008, contemplando 435 famílias assentadas.

Lula 'devolve' 25% das terras de RR - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 29/01/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem um decreto e uma medida provisória que permitirão a transferência de 6 milhões de hectares de terras da União para Roraima - cerca de 25% da área do Estado. As terras ficaram com a União no processo de transformação do antigo território em Estado.

A MP permite as doações de terras por outras razões que não apenas a reforma agrária - até hoje, esse era o único motivo para dispor das áreas. O decreto restringe a transferência, porém, às terras em Rondônia.

Essa havia sido uma promessa de Lula durante as discussões sobre a implementação da reserva indígena de Raposa Serra do Sol, demarcada em área contínua, enquanto o Estado defendia a demarcação em ilhas, com a manutenção dos arrozeiros e vilarejos. Com a medida, Lula espera compensar Roraima pela criação da reserva, de 1,7 milhões de hectares.

A reivindicação da doação de terras pela União era antiga - para que se regularizasse a produção agropecuária. Hoje, não há titularidade da terra e toda a ocupação é irregular. Caberá ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fazer a regularização. “Esse passo que estamos dando é para dar legitimidade e legalidade ao Estado”, disse o presidente. “Não é possível um Estado sem o seu território, sem o seu chão, em que não possa haver por parte do governo do Estado a determinação das políticas agrícolas porque não existia território.”

Lula afirmou que Roraima foi o primeiro Estado a receber a transferência de terras da União, após uma série de reuniões por causa da reserva indígena. Rondônia, Acre e Amapá, territórios federais até 1988, também têm parte de suas terras nas mãos da União e esperam o mesmo procedimento.

SUPREMO - Na cerimônia, o presidente afirmou que espera para breve a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação da Raposa Serra do Sol. Disse esperar

“de uma vez por todas” o fim da “celeuma”. “Espero que tenha decisão final. Como não é garantido a nenhum cidadão vivo entrar com recurso contra uma decisão da Suprema Corte, espero que ela tome uma decisão e defina de uma vez por todas a questão.”

O julgamento sobre a constitucionalidade da criação da reserva foi interrompido na primeira semana de dezembro, com oito votos a favor, por um pedido de vistas. O STF deve retomar o caso em fevereiro.

MST INVADE FAZENDA DO INCRA NO PARANÁ – Folha de São Paulo – Brasil – 29/01/2009

Um grupo de 50 membros do MST invadiu na madrugada de ontem a fazenda Araçá, em Marmeleiro (sudeste do PR). A área pertence a uma gleba de 623 hectares, dividida em três lotes. Parte da propriedade fora invadida em 2006 por famílias sem-terra. Os três lotes de terra pertencem ao Incra e na década de 1980 foram entregues a terceiros para exploração comercial.

MST exclui Lula de evento de presidentes – Folha de São Paulo – Ana Flor - Brasil – 30/01/2009

Marlene

Bergamo/Folha

Imagem



Os presidentes Evo Morales, Fernando Lugo, Hugo Chávez e Rafael Correa e o coordenador do MST João Pedro Stedile, em Belém

Em um encontro ontem à noite com Hugo Chávez (Venezuela), Fernando Lugo (Paraguai), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), no Fórum Social Mundial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu divergências entre os países, mas disse que todos eles são capazes de "sentar à mesa" e resolver os problemas.

As declarações foram uma resposta do petista a críticas recebidas à tarde em um encontro com os quatro presidentes -do qual o brasileiro foi excluído-, promovido pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para discutir a "integração popular" na América Latina. "Temos divergências, mas é melhor ter divergências e sentar

em torno de uma mesa e resolver do que aquele tipo de governo em que parecia que estava tudo bem e era um enganando o outro. Agora é o jogo da verdade", afirmou Lula.

O petista fez questão de citar todos os quatro presidentes e as diferenças entre seus países e o Brasil. Começou por Lugo, que à tarde foi mais duro com o brasileiro. "Lugo sabe que tem divergência com o Brasil. Reconheço que temos divergências, mas nós nos respeitamos para sentar numa mesa e encontrar uma solução que atenda aos interesses dos dois povos", disse.

À tarde, Lugo trouxe à tona as disputas com o Brasil em torno da hidrelétrica de Itaipu. "Não acredito que um tratado leonino firmado no tempo da ditadura [vá nos separar]. Lula não pode dizer não a um preço justo e também à livre disponibilidade dessa energia." Ao falar em "livre disponibilidade", Lugo reforçou a reivindicação pelo direito de vender a quem quiser sua parte gerada pela binacional. Hoje o Brasil fica com 95%.

Já "preço justo" tem a ver com a discussão do preço que o Brasil paga pela energia que compra do Paraguai (45% do produzido em Itaipu), atrelado ao pagamento da dívida que o país vizinho contraiu no governo brasileiro para a construção da hidrelétrica. Ex-bispo, Lugo foi eleito em 2008 e conta com o apoio do MST para mudar o contrato de Itaipu. À noite, Lula falou ainda sobre como foi atacado quando defendeu Morales em meio à nacionalização do gás boliviano. Disse que chegou a ser chamado de "frouxo". "Eu jamais iria permitir que um metalúrgico de São Paulo fosse brigar com um índio boliviano."

O presidente brasileiro ainda deu por encerrada a divergência com Rafael Correa, em relação ao empréstimo do BNDES ao Equador -em dezembro, em um evento no qual Lula estava presente, Correa criticou o Brasil pelo empréstimo. "Nós tivemos divergência com Rafael Correa. Fomos resolvê-la numa mesa de negociação, cada um respeitando sua soberania."

Ainda afirmou que mantém "possivelmente" a melhor relação com a Venezuela de Hugo Chávez que o Brasil já teve. "Eu ando o mundo defendendo o Chávez, porque todo mundo é contra o Chávez. Quero dizer que tenho orgulho de ser o presidente que mantém possivelmente a melhor relação com a Venezuela que o Brasil já teve."

No evento à noite, os quatro presidentes, que falaram antes de Lula, reforçaram a ideia de que a culpa da crise econômica é dos países desenvolvidos e apontaram como uma solução o socialismo que têm tentado levar adiante em seus países.

No lugar de um debate sobre a crise financeira, o evento acabou virando uma série de discursos dos presidentes, como tradicionalmente ocorre. Mais de 8.000 pessoas compareceram, muitas delas militantes petistas e de centrais sindicais.

O encontro do MST à tarde oficialmente falaria da Alba (Alternativa Bolivariana das Américas), criada por Chávez em 2001 como reação à Alca (Área de Livre Comércio das Américas), e que não tem a adesão do Brasil. Apesar de ser a explicação dada pelo MST para não chamar Lula, a Alba acabou desaparecendo do encontro.

Para sociólogo, fórum deveria ser nos EUA – Folha de São Paulo – Brasil – 30/01/2009

Um dos principais intelectuais de esquerda do país, Chico de Oliveira diz que para o Fórum Social ganhar repercussão parecida com a que teve anteriormente ele deveria ser realizado nos EUA. (JCM)

FOLHA - A crise econômica tende a fortalecer o fórum?
CHICO DE OLIVEIRA - A crise abre um flanco para uma crítica contundente. Se o fórum fizer isso, benefício do fórum. Se ficar maquiando [a discussão], prejudica muita coisa. É claro que faz algum tempo que ele declinou um pouco, perdeu centralidade na agenda. Tentaram passar para a África, mas não deu certo. Não teve a mesma repercussão. Agora, de fato, a crise econômica abre uma crítica que o fórum já vinha fazendo. E a fratura é exposta. Depende da habilidade da crítica.

FOLHA - O Fórum Social pode transformar as realidades que discute?
OLIVEIRA - Não. O fórum transformou a forma de cooperação de organizações sociais, movimentos, até partidos. Tornou-se uma Internacional [Socialista] não partidária. Só transformará [realidades] se essas organizações, agora articuladas, forem capazes de processar esses novos recursos.

FOLHA - O senhor vê uma correlação entre o contexto internacional em 2001 e o de hoje?
OLIVEIRA - Se o pessoal do fórum de fato quisesse inovar, deveria ter feito ele nos EUA. Porque daí você surfaria na crista da onda do Obama. E botava os conflitos norte-americanos na agenda do fórum, porque eles nunca estão.

Governo Federal reduz conflitos agrários e melhora a vida dos assentados em todo o País – Sítio Eletrônico do MDA – 30/01/2009

O Brasil já contabiliza 43 milhões de hectares destinados à reforma agrária nos últimos seis anos, dado que o transforma no País com a maior área de assentamentos em todo o mundo e que propicia a paulatina redução de conflitos agrários. De 2003 a 2008, 519.111 famílias foram assentadas e 3.089 assentamentos foram implantados pelo Governo Federal, sem que se deixasse de priorizar a qualificação da infraestrutura e a melhoria das condições de vida entre a população rural.

Desde 2003, 144 mil casas foram erguidas em assentamentos (houve outras 122,6 mil reformadas), 37,8 mil quilômetros de estradas foram construídos ou recuperados para propiciar acesso às moradias e 287 mil assentados participaram do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Os avanços da reforma agrária no Brasil foram destacados nesta sexta-feira (30) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Belém (PA), na reunião com o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (FSM), que contou com a participação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Para se ter idéia da dimensão desses números, o Brasil já destinou 80 milhões de hectares para a reforma agrária em toda a sua história – 53% desse total nos últimos seis anos. A China (a ênfase foi na década de 50), 50 milhões de hectares. A Bolívia, 18 milhões de hectares. O México (especialmente entre 1917 e 1940), 26 milhões de hectares.

Mais 70 mil famílias assentadas em 2008 - Somente no ano de 2008, houve a destinação de 4,1 milhões de hectares à reforma agrária, com 70.157 famílias assentadas e 321 assentamentos implantados em todo o País. Ao todo, R\$ 740 milhões foram empenhados em obtenção de terras. O ano foi especialmente marcado pelo enfoque na qualificação da reforma agrária. Mais de 415 mil famílias assentadas receberam assistência técnica. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) investiu R\$ 321 milhões em obras de infraestrutura básica – como estradas, abastecimento de água e saneamento – o maior orçamento desde 2003. Com o aumento do valor do crédito do Incra destinado a cada família assentada, a ação totalizou R\$ 1,3 bilhão, beneficiando diretamente mais de 180 mil famílias – também o maior número da história.

Redução de 20% nas ocupações - As ações do Incra em 2008 ainda englobaram o recadastramento das propriedades rurais em todos os 36 municípios listados pelo Ministério do Meio Ambiente como os que concentram os maiores desmatamentos na região amazônica, além do reforço no trabalho de licenciamento ambiental dos assentamentos em todo o País. Com o Territórios da Cidadania, ação interministerial do Governo Federal que visa o combate à pobreza rural, as ações de reforma agrária e qualificação da infraestrutura de assentamentos ainda foram enfatizadas nos lugares com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e menor dinamismo econômico.

Esse esforço dos últimos anos no assentamento de famílias conjugado com a melhoria das condições de vida nos assentamentos e a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional converteu-se na redução de cerca de 20% no número de ocupações de terra em 2008.

Regularização Fundiária na Amazônia - Ainda na reunião do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, o presidente Lula ressaltou que a ação primordial para frear o desmatamento e a violência na Amazônia é fazer o que o Governo Federal fez, na semana passada, definindo a regularização fundiária na região. Lula reiterou que a regularização das terras na Amazônia Legal ficará a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O ministro Guilherme Cassel ainda destacou a força dos números da reforma agrária brasileira para a discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável durante o Fórum: “Apesar de alguns discursos marcadamente ideológicos, o que se sente no Fórum é que, quanto mais a pessoa se informa sobre os avanços na reforma agrária, mais cresce o sentimento de que estamos no caminho certo. No mundo atual, nenhum País tem destinado tanta terra a quem não tem terra como o Brasil”. Segundo o presidente do Incra, Rolf Hackbart, os recursos destinados à reforma crescerão ainda mais, para R\$ 4,6 bilhões este ano. Em 2003, haviam sido de R\$ 1,4 bilhão.

Um raio X do ano de 2008

- 70.157 famílias assentadas
- 4,1 milhões de hectares destinados à reforma agrária
- 321 assentamentos implantados
- 415 mil famílias assentadas receberam assistência técnica
- R\$ 1,3 bilhão aplicado em créditos para assentados
- R\$ 321 milhões para obras de infraestrutura básica (Exemplos: 4,6 mil quilômetros de estradas novas e recuperadas, atendendo 38,2 mil famílias; e 225 obras de abastecimento de água e saneamento, beneficiando 18 mil famílias)

O avanço obtido de 2003 a 2008

- 519 mil famílias assentadas (o equivalente a 59% de toda a história)
- 43 milhões de hectares destinados à reforma agrária (53% do total até hoje)
- 3.089 assentamentos implantados
- 144 mil casas construídas e mais 122,6 mil casas reformadas em assentamentos
- 21 mil quilômetros de estradas construídas e outros 16,8 mil quilômetros de estradas recuperadas
- 287 mil assentados beneficiados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA)

De Davos a Belém – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 31/01/2009

CALOR e festas em Belém do Pará, muito desânimo e clima gélido em Davos, na Suíça. Como acontece todo ano, transcorrem simultaneamente, na desconexão que se conhece, dois megaeventos dedicados a debater os destinos do planeta.

Reunindo militantes de diversos movimentos antiglobalização, o Fórum Social Mundial de Belém constitui antes de tudo um palco de protestos, a que não faltam elementos bizarros e atitudes performáticas. A famigerada "sociedade do espetáculo" se infiltra num acontecimento em que, do marxismo ortodoxo à mística "new age", o único ponto real de convergência é a condenação do atual sistema de poder.

Com alguma ironia, pode-se dizer que o Fórum Econômico de Davos nunca esteve tão perto de condenar, por seu turno, esse mesmo sistema. Revela-se tão grave a crise mundial que propostas anteriormente capazes de provocar escândalo hoje são discutidas com respeito naquele círculo seleta, em meio ao pânico e ao "mea culpa".

Diante da notícia de que até o diretor do FMI Jaime Caruana defende a estatização de alguns bancos, como forma de recuperar um sistema de crédito em colapso, é forçoso concluir que, neste momento, roteiros clássicos no cenário mundial se embaralham e reverterem com rapidez.

A confiança absoluta na desregulamentação do mercado e a generalizada indiferença com relação aos sinais de alerta emitidos por alguns poucos analistas econômicos - estigmatizados por seu suposto catastrofismo- desaparecem do horizonte das discussões. É

como se estivesse em curso até mesmo uma competição em sentido inverso, na qual nenhuma descrição do quadro financeiro global soa pessimista o bastante para obter consenso.

Seja como for, o Fórum de Davos deste ano reflete um processo de mudanças na agenda global que não se limitam ao problema mais urgente da crise financeira. Assim como o ultraliberalismo econômico, também os atuais mecanismos de decisão internacional estão sob questionamento. Aspectos tão diversos como o desequilíbrio ecológico, o terrorismo, o narcotráfico ou os conflitos étnicos e religiosos regionais ultrapassam a capacidade de intervenção de uma única potência, ou do restrito clube dos países mais desenvolvidos.

"Um outro mundo é possível", repetem os participantes do Fórum Social Mundial. Não, com certeza, o dos sonhos variegados e extravagantes que se expõem fugazmente no evento de Belém do Pará. Mas é também verdade que o mundo real, tantas vezes celebrado em Davos com otimismo, terá de ser reformado.

A confiança excessiva nas próprias crenças não caracteriza apenas os entusiastas de Belém; mas ao menos o choque de realidade, que ainda parece faltar a estes, vai atingindo seus distantes congêneres na Suíça.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Sílvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

